

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 31 de Outubro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1196 • Director: Carlos Brito

Comunistas desafiam PS

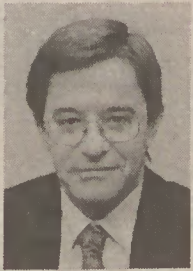
• Que novo sistema eleitoral para a AR quer o Partido Socialista – e como é que nele se assegura a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos?

Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

Pág. 20

À laia de balanço de um ano de Governo

• É inequívoco que o Governo dialoga mais à direita que à esquerda, mais com o patronato que com os trabalhadores.



■ Octávio Teixeira

Pág. 21

PCP

• Encontro com as estruturas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado

O país perde mas há quem ganhe...

Pág. 23

Jornadas Parlamentares

PCP CONTRA ESTE ORÇAMENTO



Carlos Carvalhas nas jornadas parlamentares do PCP

- «Estamos perante um mau Orçamento, que não dá resposta às necessidades do desenvolvimento, à necessidade de maior justiça fiscal.»
- «O desemprego vai aumentar, assim como se vai agravar a situação do aparelho produtivo nacional.»
- «Com tais posições, opções e políticas, podem o governo e o PS contar com o voto contra do PCP ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano.»

Págs. 5, 6 e 7



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Desigualdades e problemas sociais

Lutar é o caminho

Conversa com os camaradas Domingos Abrantes, Jerónimo de Sousa, José Ernesto Cartaxo e Adelaide Pereira.

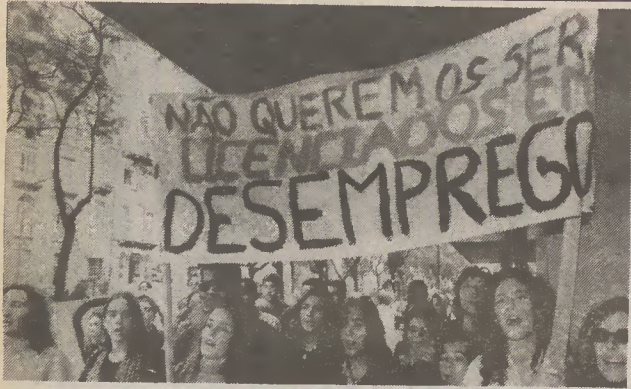
Págs. 18 e 19

Encontro de Quadros da ORL

Autarquias

Uma batalha de todo o Partido

Centrais



Os estudantes universitários saíram à rua protestando contra a alteração à Lei de Bases

RESUMO

23 Quarta-feira

O jornal «Record» publica uma conversa «off the record» do treinador do FCP, António Oliveira, com um grupo de jornalistas, em que ele confessa ter participado em falsificações de documentos e fraude no caso N'Dinga ■ Os conflitos étnicos no Zaire agravam-se ■ Na Nicarágua, Daniel Ortega denuncia irregularidades cometidas por Arnaldo Alemán nas eleições do fim de semana ■ Meio milhão de estudantes birmaneses manifestam-se contra o Governo ■ É acordado um cessar-fogo entre as duas facções curdas que combatem no Norte do Iraque ■ Uma equipa de investigadores britânicos publica um artigo, em que se constata que a BSE, a chamada doença das vacas loucas, é transmissível ao homem ■ O presidente francês desloca-se à Cisjordânia e a Gaza.

24 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa num encontro do PCP com estruturas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, em Lisboa ■ Os estudantes universitários saem à rua, em diversos pontos do país, para protestar contra a alteração à Lei de Bases do Ensino Superior ■ O Parlamento Europeu vota a suspensão da ajuda financeira à Turquia, devido ao desrespeito pelos direitos humanos naquele país ■ As autoridades eleitorais da Nicarágua encontram 30 mil votos não escrutinados, suspendendo de imediato a publicação dos resultados eleitorais.

25 Sexta-feira

Realizam-se as Jornadas Parlamentares do PCP para a análise do Orçamento de Estado para 1997 ■ José Ramos Horta apela a Helmut Kohl para que não esqueça os direitos humanos na sua viagem à Indonésia ■ No Zaire, os tutsis avançam para Bukavu e declaram abertamente visar o derrube do presidente Mobutu ■ Regista-se um motim na Flórida, nos EUA, após a morte de um jovem negro pela polícia ■ Jacques Chirac termina o seu périplo pelo Médio Oriente com uma visita ao Líbano ■ A primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, apresenta a sua demissão ao rei, sendo substituída por Thorbjørn Jagland.

26 Sábado

O secretário-geral do PCP encerra o encontro de quadros da

ORL sobre a situação política e social e as eleições autárquicas de 1997 ■ Realizam-se as eleições legislativas em Malta ■ José Ramos Horta faz parte da lista de pessoas proibidas de entrar nas Filipinas durante a cimeira da APEC ■ A ONU retira todo o pessoal humanitário do leste do Zaire ■ Realiza-se, no Porto, o segundo desfile do Portugal Fashion 96.

27 Domingo

O prémio Nobel da Paz de 1996, José Ramos Horta, chega a Portugal ■ As forças antitibans lançam a sua ofensiva a norte de Cabul ■ Os integralistas paquistaneses manifestam-se contra o Governo de Benazir Bhutto ■ Realizam-se eleições presidenciais na Bulgária.

28 Segunda-feira

O Presidente da República aceita ser o patrono da Fundação Paz e Democracia que Ramos Horta vai criar ■ Milhares de refugiados hutus percorrem as estradas do Leste do Zaire ■ Os médicos de Ielstin cancelam a agenda do presidente para esta semana ■ Um prédio de doze andares desmorona-se no Cairo, provocando 15 mortos e dezenas de desaparecidos ■ Fidel Castro recebe o chefe da diplomacia da Vaticano.

29 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita a sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, no quadro das iniciativas de defesa do sector empresarial do Estado ■ PSD recua na decisão de convocar um debate de urgência sobre a venda das reservas de ouro do Banco de Portugal ■ Procuradoria Geral da República chama a atenção da Assembleia da República para a necessidade da rápida eleição dos três elementos do Conselho de Fiscalização dos serviços secretos ■ Professores da Faculdade de Arquitectura do Porto entram em greve por tempo indeterminado pelo reconhecimento dos seus horários e direitos ■ Chegam ao campo de Mugunga mais de 200 mil refugiados hutus fugidos aos combates na fronteira zairuandesa ■ Inicia-se em Teerão uma conferência regional sobre o Afeganistão ■ Atentado à bomba em Sivas, Turquia, mata seis pessoas.

EDITORIAL

Frenesi propagandístico

O Governo está tomado de um verdadeiro frenesi propagandístico. O pretexto é a passagem do primeiro aniversário da sua formação. Sucedem-se as cerimónias, os actos, os festejos. Em poucos dias, reuniram todas as instâncias superiores do PS, só falta o Congresso. Os «independentes», para não ficarem órfãos, também já tiveram o seu quinão no lançamento da segunda edição dos «estados gerais». Os líderes do PS rivalizam em ditirambos à acção governativa e os independentes também neste pormenor não querem ficar atrás. Um diário atribuía a Guterres a afirmação de que «existe uma relação de afectividade entre o país e o Executivo». Outro transcrevia a declaração de um «independente de serviço» sobre «a determinação do PS em assumir, com inteireza, as responsabilidades assumidas com a vitória eleitoral».

O País pasma com tantos festejos, pois não é coisa do outro mundo que o Governo ainda exista um ano depois de ser formado e sobretudo porque este, fazendo tão pouco, decepcionou tanto os que nele depositaram a esperança de ver resolvidos alguns problemas nacionais.

Como bem salientou a Comissão Política do PCP em nota trazida a público na conferência de imprensa de Vítor Dias, na passada terça-feira, «os responsáveis do PS e do seu Governo enganam-se a si próprios se, iludidos com leituras apressadas ou enviesadas de sondagens e com títulos sobre o «estado de graça», não querem perceber que há hoje na sociedade portuguesa um expressivo e crescente movimento de desilusão, frustração e descontentamento com a sua política.»

Com a presente onda propagandística, o Governo pretende obviamente contornar este descontentamento, fazer esquecer os desaires e omissões na sua actuação, mas pretende também manter no ar, através da frenética mobilização das suas forças, uma certa chantagem sobre o recurso a eleições antecipadas no caso do chumbo do Orçamento, como alguns dos seus membros mais destacados têm insinuado e o Primeiro-Ministro se recusou a desmentir na recente entrevista à RTP.

A convocação da segunda edição dos «estados gerais», para estes dias que precedem imediatamente a discussão e votação do Orçamento de Estado na Assembleia da República não deve ser estranha a este objectivo chantageador.

O tema das reformas escolhido pelo actual Primeiro-Ministro para a reunião da «nova maioria», faz lembrar de mais, aliás como outros tiques do actual poder, certas atitudes do cavaquismo e especialmente, neste caso, as «10 reformas de Cavaco», para não se pensar num certo mimetismo e, sobretudo, em como a continuidade de uma mesma política, seguida em muitos aspectos essenciais, pode conduzir e idênticos comportamentos da parte de temperamentos políticos tão desiguais.

É que as reformas até são praticamente as mesmas.

A grande excepção é, sem dúvida, a regionalização - «a reforma que recebeu aplausos mais veementes», como reconhece toda a imprensa.

E que significado atribuir a estes aplausos em relação à regionalização, a reforma que Guterres e a direcção do

PS podiam ter lançado no caminho da concretização e que deixaram afundar no pântano das manobras obstructionistas lançadas pelo PSD?

Significa um novo crédito à promessa de que agora é que vai ser? Um aviso e uma pressão dos assistentes a mostrar que estão alerta? Uma nota de reprovção pela conduta até agora seguida?

A direcção do PS e Guterres em particular tem-se comportado como se já tivessem aceitado um adiamento sine die para a regionalização. A aproximação das autárquicas e as pressões internas no partido talvez o forcem a mudar de atitude, como agora prometeram.

Mas como vão deslindar a malha de confusões em que deixaram enlear o processo em sede de revisão da Constituição? Lembre-se que se contam entre essas confusões: a aprovação de legislação que contemple os dois referendos - o nacional e o regional -, a realização dos ditos e a sua leitura, visto que só são vinculativos com uma participação de mais de 50 por cento dos eleitores e sabendo-se que o recenseamento está completamente desactualizado por, entre outras razões, não se ter dado baixa dos falecidos.

Por tudo isto, a regionalização é verdadeiramente um símbolo da actuação incompetente e desastrada e, ao mesmo tempo, desrespeitadora das promessas eleitorais e até do chamado «contrato de legislatura», por parte do PS. Só por inadvertência ou ironia pode ter sido transformada no tema mais aplaudido da sessão de lançamento dos novos «estados gerais».

Começam bem...

O País pasma com tantos festejos, pois não é coisa do outro mundo que o Governo ainda exista um ano depois de ser formado e sobretudo porque este, fazendo tão pouco, decepcionou tanto os que nele depositaram a esperança de ver resolvidos alguns problemas nacionais.

O s festejos sobre o aniversário do Governo também têm em vista tentar passar para segundo plano as matérias mais indigestas do Orçamento de Estado para 1997.

Como salientámos na anterior edição do «Avante!», os propagandistas do Governo desenvolvem uma enorme campanha para branquear o Orçamento e apresentá-lo quase como um milagre, mas ao mesmo reconhecem que há matérias de que não importa falar e que o melhor é esquecer.

As Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas na passada sexta-feira, fizeram em relação à propaganda governamental o papel de desmancha-prazeres e vieram precisamente lembrar essas matérias e falar delas ao nosso povo.

Foram postas em evidência como linhas especialmente negativas do Orçamento: a orientação geral e universal do congelamento de salários ou a redução dos fracos níveis de salários dos trabalhadores; o facto de não contribuir para o aumento de emprego e de assumir com despudor o agravamento do desemprego; a opção pelo prosseguimento acelerado das privatizações; o agravamento e aprofundamento da injustiça fiscal; a desaceleração do apoio a áreas sociais e económicas essenciais para o presente e o futuro da sociedade portuguesa.

Por isso mesmo é que, falando no encerramento das Jornadas, Carlos Carvalhas desenvolveu e aprofundou cada uma destas linhas, formulou orientações alternativas que o PCP vai sustentar e traduzir em propostas de alteração e anunciou, em coerência e desde já, «o voto contra do PCP ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Imprensa
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

| | |
|---|--------------------------|
| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | EUROPA |
| 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50 | 50 números: 24 750\$00 |
| ESPAÑHA | EXTRA-EUROPA |
| 50 números: 13 300\$00 | 50 números: 39 950\$00 |
| GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU | — 50 números: 26 650\$00 |

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Pura verdade

Final, ao contrário do que prometeu e jurou, o PS vai negociar com o PSD, como este tem exigido, a revisão da Constituição.

Mais uma vez a comissão da Assembleia da República constituída para o efeito será marginalizada e reduzida, como aconteceu em revisões anteriores, ao papel de um cartório notarial para registo da escritura que vier a consumar os acordos entre PS e PSD.

É este, com efeito, o verdadeiro significado da deliberação da Comissão Política do PS, anunciada no passado sábado, no sentido de ser encetado pelo partido do Governo um processo de conversações com os partidos da oposição para a acelerar a revisão da Constituição.

Na verdade, ao transferir a revisão do terreno da comissão parlamentar para o campo das negociações bi-partidárias, o PS, teimando em prosseguir-la e acelerá-la, fica ainda mais nas mãos do PSD, que é o único partido com quem pode formar os dois terços necessários a qualquer alteração.

Ao mesmo tempo, o processo passa do quadro dos trabalhos públicos de uma comissão da Assembleia, para a obscuridade dos gabinetes,

propicia às cláusulas secretas e ao tráfico de vantagens puramente partidárias, sem nada a ver com os interesses do país.

Assinale-se, igualmente, o envolvimento directo no processo de revisão que o Governo chama a si, em consequência da designação do Ministro da Presidência para encabeçar a delegação do PS para as conversações com os outros partidos.

António Vitorino torna-se, assim, o grande patrão da revisão.

Os indícios de entendimentos entre o PS e o PSD, que a decisão da Comissão Política dos socialistas vem agora cobrir, tornaram-se visíveis desde há dias quando, na comissão da Assembleia da República que discutia matéria relativa ao direito eleitoral, os deputados laranja anunciaram apoiar a proposta do PS sobre a criação de círculos uninominais de apuramento.

A «proposta do PSD é compatível com a do PS» - declararam eles. Ora a proposta do PSD fala claramente de «círculos eleitorais geograficamente definidos por lei, a qual pode deter-

minar a existência de círculos uninominais ou plurinominais».

Com toda a razão e oportunidade, o Grupo Parlamentar do PCP veio então a público denunciar o entendimento rosa-laranja que se iniciava em área tão melindrosa que pode representar «uma significativa distorção do sistema de representação proporcional».

Na altura, o Presidente da comissão parlamentar de revisão, Vital Moreira, saiu a terreiro para defender, com aquele ardor dos recém-convertidos, a proposta do PS, desmentir os comunistas sobre os entendimentos e declarar a denúncia por estes feita de «pura inventona».

Ora, a pura verdade é que a negociação entre o PS e o PSD já aí está oficializada, em marcha acelerada e reduzindo a comissão parlamentar e o seu Presidente, quer este acredite ou não, a um mero papel decorativo.

Quanto ao alcance da proposta do PS e ao apoio que lhe foi dado pelo PSD veremos em breve quem inventou a inventona...

■ Carlos Brito

O sinistro testemunho do ouro nazi

Esta semana, a revista americana "Newsweek" relançava a questão da herança do ouro nazi e destacava o papel assumido pelo Portugal salazarista, em colaboração com a Suíça, no branqueamento desse ouro roubado por Hitler aos países ocupados e aos judeus. É uma questão que merece algumas reflexões, até pelos valores éticos do capitalismo que revela.

Calcula-se em mais de 600 milhões de contos (ao valor actual) o ouro que o III Reich tinha depositado na Suíça ao findar a guerra. Era apenas o saldo, as sobras, do gigantesco "tesouro de guerra" de que os nazis se serviram, com a cumplicidade das instituições bancárias internacionais, não só para sustentar o esforço bélico como para branquear o ouro roubado.

Representantes do Banco de Portugal garantem agora que o ouro nazi entrado em Portugal (sobram apenas em "estado puro" algumas barras marcadas com a suástica...) teria sido proveniente "de negócios lícitos". Entre eles incluem, certamente, os pagamentos dos géneros alimentícios que o governo de Salazar recusava ao povo português e o volfrâmio que ia alimentar a máquina de guerra nazi. Tudo "lícito". Acrescenta o BP que sobre a lavagem e branqueamento do ouro nazi não há registos (obviamente). Mas talvez isso explique parte do "milagre financeiro" salazarista que fez passar o ouro detido pelo BP de 953 mil contos em 1931 para mais de 2,8 milhões em 1941 e quase 10 milhões em 44, sendo Portugal durante a guerra, o 2º maior importador de ouro, logo a seguir aos Estados Unidos. Mais um aspecto da "herança" salazarista que merece ser esclarecido.

Valerá também a pena esclarecer o papel da Banca suíça nesta sinistra operação.

Para além dos depósitos sujos feitos pelos nazis, estão em causa os milhões depositados na Suíça nos anos 30, em vésperas da guerra, pelos judeus alemães, esperanças em reavê-los mais tarde. Os seus herdeiros reclamam a sua devolução, a que os bancos suíços se têm eximido, à sombra do "segredo bancário" (reforçado nos anos 30 com a justificação de proteger "os bens das pessoas perseguidas pelas suas ideias e origens"

- precisamente enquanto marcavam esses depósitos com a letra "J", o que se mostrou precioso aos nazis para localizar os depositantes). E só agora, mais de 50 anos passados, perante as acusações de que a Banca suíça (esse "modelo" de respeitabilidade capitalista!) não passa afinal de uma instituição sem escrúpulos, aceitou a Suíça uma investigação sobre o destino desses bens - que entretanto contribuíram para prosperar o capital suíço (e português, com mais de 1,5 milhão de contos à sua parte, segundo dados agora revelados).

É sem dúvida legítimo que os herdeiros desse ouro reclamem os bens dos seus avós. Mas falando de heranças e reparações, não é só o ouro que está em causa.

Qual a herança que pode reclamar uma neta que sabe que a pele fina dos seios da sua avó foi arrancada para fazer um abajur de candeeiro? Reivindicar o candeeiro? Qual a herança dos dentes de ouro arrancados antes de entrar na câmara de gás? Já sem falar nos ossos transformados em adubo, do óleo extraído de corpos fervidos, das experiências ditas "científicas" em seres humanos sob o olhar atento do examinador-exterminador.

Mas esta herança historicamente deixada pelos holocaustos nazis para o Capital nada contou.

Falta porventura nesta questão a voz autorizada de uma menina judia: o que diria Anne Frank sobre isto?

Talvez, com aquela escrita atenta e arguta que nos deixou, lançando o seu olhar sobre o mundo actual, lembrasse que os valores do mercado não são os únicos a reivindicar pelos seres humanos. Porque desta reflexão, o essencial será precisamente isso: a herança inalienável a defender é a da própria vida humana e a dos valores elaborados pela humanidade através dos milénios. Valores que, como se viu, não contam para o Deve/Haver da moral capitalista.

■ Aurélio Santos

As redes que Kohl tece

Toda a gente sabe que Helmut Kohl é um democrata dos quatro costados. Direi mesmo mais: se, por qualquer acaso, ele tivesse nascido em Portugal, tanto poderia ser líder do PP, como do PSD, como do PS. Não obstante, há entre Kohl e Guterres relações de afectividade muito especiais que dão clara vantagem ao PS. As ditas relações nasceram bruscamente no Verão de 1995, assim: Guterres, graças a um bem organizado serviço de cunhas, conseguiu que Kohl se dignasse recebê-lo na Casa Grande. Helmut «ficou bem impressionado» com António e «gerou-se de imediato uma empatia entre os dois».

Quando, em Junho passado, Kohl nos deu a honra da sua visita, a comunicação social da especialidade, além de considerar tal facto «uma vitória de Guterres», sublinhou, arguta, que «o primeiro-ministro vê hoje cumprido um desejo que fez há nove meses». A feliz

délivrance assumiu expressões várias: disse-se que, para além de muitas públicas e privadas exibições de profunda amizade, os dois estadistas se debruçaram sobre várias outras temáticas, culminando num pleno e total acordo, ou seja: Guterres apoiou todas as posições de Kohl - excepto num caso em que foi Kohl a apoiar Guterres.

Recordemos: «Moeda Única»? sim; «Alargamento (da UE) às jovens democracias de Leste»? sim; «os eurocépticos não passam de uns porcos sujos»? sim; «Timor...» (foi aqui que Kohl, à sua maneira, apoiou Guterres); «Timor...», bem, vejamos, isto é, quer dizer, sejamos claros: «A Alemanha tem importantíssimos investimentos na Indonésia que não quer ver perturbados pela questão timorense»; foi por isso que já na Conferência de Banguecoque, Guterres, para não estragar a dita, abordou o problema de Timor em privado com o ditador

Suharto (outro democrata, como se sabe) - atitude esta que Kohl muito apreciou e apoiou como fez questão de sublinhar: «Fui testemunha da diplomacia silenciosa (de Guterres com Suharto) e apoio este tipo de política.»

Foi por isto que um cronista escreveu na altura: «é normal que o chanceler alemão valorize a tenacidade com que o primeiro-ministro português defende objectivos caros à Alemanha»; e que outro concluiu que «Guterres conquistou um lugar na famosa rede de amizades em que Kohl baseia a sua forma de fazer política». Com isto descansámos: Portugal estava salvo: o nosso primeiro, metido na rede de amizades de Kohl, é um tenaz defensor de objectivos caros à Alemanha. Além disso, e aproveitando a feliz circunstância de estar bem metido na rede de Kohl, Guterres pediu ao amigo alemão, em voz baixa («diplomacia silenciosa») oblige que fizesse o que pudesse por

Timor. Kohl atendeu o pedido: no mês seguinte, Suharto, internado na Alemanha para tratamento médico, teve o prazer de receber a atenciosa visita de Kohl que lhe desejou rápidas melhoras e lhe ofereceu «uma caneta de tinta permanente com as cores da Alemanha». Além disso, Kohl decidiu visitar a Indonésia. Guterres insistiu: há quinze dias «lançou um apelo ao chanceler para que faça sentir junto do presidente indonésio a necessidade de as autoridades de Jacarta respeitarem de forma mais adequada os direitos do homem em Timor-Leste». O apelo é respeitoso como não podia deixar de ser. Aquele «de forma mais adequada» é revelador do grande respeito de Guterres pelo seu chanceler. Kohl atendeu, mais uma vez, o pedido de Guterres: vimo-los - a Kohl e a Suharto - no DN de 29.10, satisfeitos, divertidíssimos, a pescar.

À linha. A rede é para Guterres.

■ José Casanova

EUROPA Mudar de rumo

Na Europa, o próximo inverno anuncia-se quente, com a crescente intervenção das lutas dos trabalhadores e dos protestos dos cidadãos na arena política.

As lutas e os protestos nunca faltaram, inclusive grandes lutas, grandes protestos. Como as combativas greves e manifestações de 1994 em Itália, que acabaram por levar à derrota de Berlusconi. Como o importante movimento de massas de Novembro / Dezembro de 1995 em França, que, para além e acima das reivindicações concretas que desencadearam, veio pôr claramente em causa todo o processo de regressão social implicado no Tratado de Maastricht. Ou como, já este ano, a 15 de Junho, a gigantesca manifestação de 350.000 trabalhadores alemães em Bona, rejeitando o anunciado "plano de austeridade" de Kohl.

Mas este ano, as lutas e os protestos multiplicam-se um pouco por todo o lado. São, na Grã-Bretanha, greves sucessivas dos trabalhadores dos correios, do metro, dos caminhos-de-ferro, enfrentando as intransigências e as ameaças do governo e do patronato. São, na Grécia, as lutas dos agricultores, assim como dos pequenos e médios empresários e cooperativas. São, na Itália, particularmente no Sul e nos trabalhadores da indústria metalomecânica, uma sucessão de manifestações que preparam e anunciam uma grande jornada para Novembro, em Nápoles. São, ainda na Alemanha, novas grandes manifestações no começo de Setembro e, a 24 de Outubro último, a manifestação de mais de 100.000 metalúrgicos contra a lei que reduz os seus salários 20% em caso de baixa por doença, com a ameaça da poderosa central sindical DGB de desencadear uma greve geral se o governo e o patronato não recuarem. São, de novo em França, depois das múltiplas greves e manifestações dos professores e a manifestação de 100.000 pessoas em Paris em defesa do ensino público em Setembro, os movimentos grevistas de 17 de Outubro e as manifestações de 100.000 reformados a 22 de Outubro. São muitas e muitas mais, nesses e noutros países da União Europeia, em Portugal também. A onda cresce, irregular ainda, mas visivelmente já.

É neste contexto que se insere igualmente a extraordinária manifestação de 20 de Outubro em Bruxelas. A Bélgica vinha aliás já sendo palco de importantes lutas desde os finais de 1995, nomeadamente de operários e de professores e estudantes, estes com uma greve geral do ensino em Março deste ano. A impressionante manifestação de Bruxelas não se explica nem pode ser entendida apenas como um protesto indignado contra a infame rede de pedofilia e o afastamento do magistrado encarregado do processo. O ambiente social e político estava carregado; esta foi a faúlha que detonou essa explosão. A qual não esgotou, longe disso, o potencial explosivo que a degradação social, política e moral tem acumulado e o prosseguimento das orientações *maastrichtianas* continua a aumentar, na Bélgica, como noutros países da União Europeia.

O protesto e a luta terão naturalmente as reivindicações concretas mais sentidas e urgentes para cada camada, em cada país, em cada momento, e visam a satisfação dessas reivindicações. Mas o seu significado e alcance, em conjunto, ultrapassam as reivindicações parcelares e configuram um movimento muito mais profundo. Não é por acaso que, por todo o lado, um mesmo grito se levanta: "Isto assim não pode continuar! Há que mudar de rumo!". Mudar no sentido da satisfação das necessidades e dos interesses dos trabalhadores e dos povos - e não dos interesses oligárquicos das transnacionais, dos meios financeiros e das grandes potências que têm ditado o desastroso rumo neoliberal desta sua "construção europeia".

■ Carlos Aboim Inglez

SEMANA

Êxodo no Zaire

Está já avaliado em meio milhão o número de refugiados que deambulam por terras próximas da fronteira do Zaire com o Burundi, o Ruanda e o Uganda, fugindo da guerra que assola a região há duas semanas. Na origem do confronto está, aparentemente, um conflito entre o Exército do Zaire e a comunidade banyamulenge, de origem tutsi ruandesa, há dois séculos instalada na região de Kivu Sul, mas o agravamento da situação de confronto

indicia interesses e ressentimentos vários. Nos acampamentos de refugiados vive mais de um milhão de pessoas que em 1994 fugiram do Ruanda, devido ao genocídio aí cometido por extremistas hutus sobre a minoria tutsi. Entre esses refugiados vivem também quase todos os militares do antigo Exército ruandês, de maioria hutu, que fugiram com medo da retaliação dos tutsis, que entretanto conquistaram o poder no Ruanda.



«Hiper» lucros

Segundo um estudo elaborado pelo Grupo Espírito Santo, citado no caderno «Negócios» do *Diário de Notícias*, as restrições à abertura de novos hipermercados, bem como a redução dos horários de funcionamento aos domingos, não está a afectar nem as vendas nem os lucros das grandes cadeias de hipermercados em Portugal, mas a pro-

vocar efeito contrário: as grandes superfícies comerciais não apenas estão a aumentar as suas margens de lucro (que actualmente são duas ou três vezes maiores que a média europeia), como estão a canalizar para o estrangeiro os lucros excedentes derivados da sua actividade em Portugal, dado a actual legislação portuguesa não permitir

o reinvestimento no alargamento do sector no nosso país. O estudo considera que o bloqueio de novas aberturas de hipermercados em Portugal mais não faz que manter indefinidamente esta situação, incómoda e prejudicial para os consumidores mas que permitirá às grandes empresas manter os altíssimos níveis de lucros registados actualmente.

Barreiro comemora 1ª viagem de Vasco da Gama

A Câmara Municipal do Barreiro anuncia, em conferência de Imprensa, o seu programa de **Comemorações da 1ª Viagem Marítima de Vasco da Gama à Índia**, no qual participam todas as escolas de todos os graus de ensino do Concelho, sob patrocínio do município barreirense. Finalidade: «Fazer participar a Comunidade nas Comemorações, através do desenvolvimento de um projecto de parceria com Escolas, Fundação Vasco da Gama, Centro de Formação de Professores do Barreiro, Escola de Fuzileiros de Vale do Zebro, entre outras entidades», aprofundando «o conhecimento sobre a efectiva importância da participação do Barreiro na empresa da Expansão aos níveis local, regional, nacional e internacional.» São três os objectivos concretos do projecto: «vitalizar a ligação entre Escolas e Escola/Comunidade como meio imprescindível de

uma formação integrada, integrada e sustentada»; «garantir um conjunto de acções diversificadas de carácter multi e interdisciplinar interligando componentes lúdicas e formativas»; «possibilitar um conhecimento mais profundo da nossa história, que seja valorizador de uma identidade que, bem fundada numa especificidade regional - «Cultura do Tejo» -, se alargue à consciência e ao respeito por outras identidades». O programa



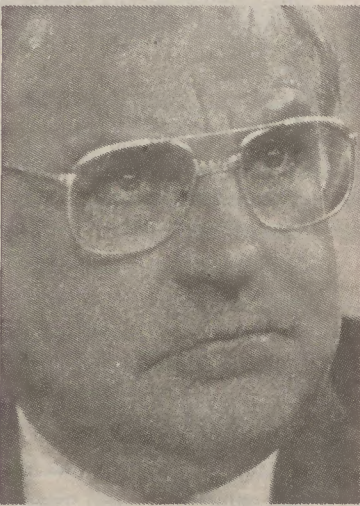
O QUE IMPORTA É PARTIR...

das Comemorações durará todo o presente ano lectivo, terá como figura emblemática Álvaro Velho do Barreiro e assinalará o dia 8 de Julho de 1497, que é simultaneamente o Dia da Marinha. Nas acções a desenvolver prevê-se a reconstituição histórica da partida de Vasco da Gama, o descerramento do monumento a Álvaro Velho, uma sessão solene comemorativa, o lançamento de diversas publicações e a atribuição de bolsas de estudo.

uma formação integrada, integrada e sustentada»; «garantir um conjunto de acções diversificadas de carácter multi e interdisciplinar interligando componentes lúdicas e formativas»; «possibilitar um conhecimento mais profundo da nossa história, que seja valorizador de uma identidade que, bem fundada numa especificidade regional - «Cultura do Tejo» -, se alargue à consciência e ao respeito por outras identidades». O programa

Kohl na Indonésia com Timor em fundo

O chanceler alemão Helmut Kohl deslocou-se em visita oficial à Indonésia para celebrar 25 acordos de carácter económico com a ditadura de Suharto na ordem dos mil milhões de dólares (cerca de 154 milhões de contos), englobando os sectores das infra-estruturas, da indústria, das telecomunicações e do turismo. A Alemanha é o principal parceiro europeu da Indonésia de Suharto, constituindo o maior mercado, na Europa, para os produtos indonésios, tendo o comércio bilateral entre a Alemanha e a Indonésia atingido no ano passado 4.500 milhões de dólares, o que corresponde a uma subida de 75% em relação a 1990.



Entretanto estes novos acordos reforçaram e aprofundaram ainda mais as relações económicas entre os dois países. Todavia, o chanceler alemão não pôde ignorar a questão de Timor nesta sua viagem de «negócios», afirmando, em conferência de Imprensa em Jacarta, que «é muito importante que a situação de Timor-Leste seja resolvida com o povo local, de uma forma aceitável, justa e pacífica», insistindo que «não pode haver solução sem o povo de Timor-Leste». Entretanto, o Nobel da Paz, monsenhor Ximenes Belo, escusou o convite formal de Helmut Kohl para conferenciar com ele em Jacarta, alegando «agenda sobrecarregada».

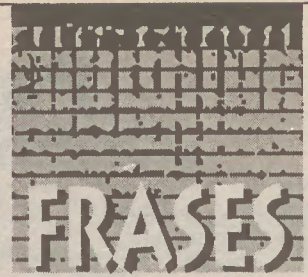
uma forma aceitável, justa e pacífica», insistindo que «não pode haver solução sem o povo de Timor-Leste». Entretanto, o Nobel da Paz, monsenhor Ximenes Belo, escusou o convite formal de Helmut Kohl para conferenciar com ele em Jacarta, alegando «agenda sobrecarregada».

Vendas de ouro e nazis

Quando se avolumam os rumores sobre a presumível intenção do Banco de Portugal e do Governo de se vender 620 toneladas das reservas de ouro do Tesouro nacional, surgem notícias sobre o nebuloso papel do regime fascista de Salazar na acumulação do «sto-

ck» entre o início da década de 30 e meados da década de 40, período em que quadruplicaram as reservas de ouro do Banco de Portugal. O facto é explicado pela entrada no nosso país de grandes remessas de ouro provenientes da Alemanha nazi e resultante de confis-

cações a judeus, entretanto exterminados em campos de concentração. Actualmente, o banco central possui um «stock» reduzido de barras ostentando a cruz suástica, já que muito desse ouro foi, entretanto, adquirido por ourives portugueses.



“Havia [no Governo de Cavaco Silva] um clima de crispação, de algum autismo e de alguma arrogância.”

(Marques Mendes - Público, 27.10.96)

“O PSD bem precisa de uma cura de oposição, porque os homens que estavam no governo esqueceram-se que o povo existia.”

(Armando Costa, presidente PSD de uma JF de Penafiel, idem)

“Onde estão os deputados [do PSD]? Só querem tacho...”

(idem, ibidem)

“Sejamos sérios: será que queremos que o líder do partido seja derrotado?”

(Marques Mendes, idem)

“Quando cheguei, o clube tinha uma secretária e uma casa alugada. Hoje [o Vitória de Guimarães] é um dos maiores, tem os impostos em dia e activos avaliados em três milhões de contos.”

(Pimenta Machado, Expresso, 26.10.96)

“O poder de Pinto da Costa foi legitimado ao estilo da democracia popular, de braço no ar.”

(idem)

“Saberemos denunciar os custos de actuações assentes em coligações negativas que, incapazes de construir em conjunto uma estratégia positiva alternativa, apenas se dedicam a dificultar as tarefas da governação.”

(António Vitorino, Público, 29.10.96)

“De cada vez que um de nós engana o outro, somos todos que perdemos.”

(António Guterres, idem)

“O primeiro-ministro não tem que fazer pressões comigo, porque nós temos por hábito conversar.”

(Fernando Gomes, idem)

“Despesas de milhares de contos com paíóis de vinho nas Meço-rombo de asneiras na Armada.”

(A Capital, 25.10.96, antetítulo e título de 1ª página)

“Mais de 8.000 objectos de arte pilhados pelos nazis são hoje vendidos em Viena - A “herança da vergonha” em leilão.”

(Antetítulo e título do Público, 29.10.96)

Jornadas Parlamentares

PCP contra este orçamento do Estado

O Grupo Parlamentar do PCP votará contra o Orçamento do Estado para 1997 e as Grandes Opções do Plano. Esta posição, anunciada pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, nas Jornadas Parlamentares do Grupo comunista, radica na constatação de que “estamos perante um mau Orçamento que não dá resposta às necessidades do desenvolvimento, à necessidade de maior justiça fiscal”. Em consequência, como tratou de demonstrar o dirigente comunista, vai assistir-se ao agravamento da “situação de milhares de famílias e da exclusão social”, “vai prosseguir o encerramento de empresas”, “muitos trabalhadores vão passar para o desemprego e muitos jovens vão ficar à porta do emprego que não existe”.



O Orçamento do Estado e o primeiro ano de governação do PS estiveram em foco nas Jornadas Parlamentares

As Empresas Públicas e o Orçamento de Estado

(milhões de contos)

| | 1996 | 1997 |
|--|-------|-------|
| Transferências das EP's para o OE | 226,0 | 368,0 |
| Dividendos | 106,0 | 198,0 |
| Líquidos | 80,0 | 148,5 |
| IRS retido na fonte | 26,0 | 49,5 |
| IRC sobre os lucros | 120,0 | 170,0 |
| Transferências do OE para as EP's | 163,8 | 204,0 |
| Dotações de capital | 70,8 | 88,0 |
| Assunção de passivos | 73,0 | 116,0 |
| Execução de avales | 20,0 | |
| Saldo favorável às EP's por memória | 62,2 | 164,0 |
| Indemnizações compensatórias (a) | 44,3 | 34,0 |

(a) sendo certo que as indemnizações compensatórias são uma responsabilidade do OE, sejam públicas ou privadas as empresas que prestam os respectivos serviços.

Receita orçamental perdida devido aos benefícios fiscais

(milhões de contos)

| Principais Impostos | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1997-1995 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| IRS | 26,3 | 25,2 | 34,6 | 47,0 | 21,8 |
| IRC | 59,4 | 61,2 | 63,0 | 68,0 | 6,8 |
| IVA | 8,8 | 8,9 | 9,9 | 10,9 | 2,0 |
| ISP | 27,1 | 32,3 | 30,1 | 30,4 | -1,9 |
| IA | 8,4 | 5,0 | 30,0 | 33,0 | 28,0 |
| Total | 130,0 | 132,6 | 167,6 | 189,3 | 56,7 |

Notas «interessantes»:

* O Governo diz que não pode baixar as taxas do imposto sobre os rendimentos do trabalho, porque faltaria dinheiro para o Orçamento. Mas há 190 milhões de contos para conceder benefícios fiscais, dos quais 105 milhões aos lucros (IRC) e às operações e rendimentos financeiros e especulativos (IRS e IRC)!!!

* O PS, quando na oposição, também criticava o Governo do PSD pelo «excesso» de benefícios fiscais. Mas o PS no Governo aumenta aceleradamente o budo à mesa do Orçamento!!!

Sintetizando o essencial das conclusões destas Jornadas, no seu discurso de encerramento, Carlos Carvalhas atribuiu ao “cumprimento cego e voluntariamente assumido dos critérios de convergência nominal visando a participação na moeda única em 1999” o eixo de todas as orientações e prioridades que pautaram a elaboração daqueles documentos.

Tal desiderato, do seu ponto de vista, perpassa todo o Orçamento - chamou-lhe mesmo a sua “coluna dorsal” -, pelo que é inevitável que venham a

ocorrer “efeitos restritivos na actividade económica”, impedindo a “recuperação plena da economia portuguesa, a dinamização do investimento produtivo e a necessária melhoria do nível de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem”.

Na opinião do secretário-geral do PCP, que evidenciou ser possível uma outra política, trata-se, pois, de um Orçamento que, “expressamente, define como orientação geral e universal o congelamento ou redução dos fracos níveis salariais dos trabalhadores portugueses, agravando o já profundo desequilíbrio existente na distribuição do Rendimento Nacional, em prejuízo, mais uma vez, e sempre, dos salários, dos rendimentos dos trabalhadores”.

Acusando o Governo PS de revelar “nada ter aprendido nem com os nefastos resultados da governação do PSD nem com a mediocridade dos resultados do seu primeiro ano de governação”, para Carlos Carvalhas este é, por outro lado, um Orçamento “que não contribui para o aumento do emprego”, estando ainda, noutra plano, “indelevelmente marcado pela opção político-ideológica do Governo do PS de prosseguimento acelerado do processo de privatizações”.

Dando a conhecer o resultado da reflexão aturada a que chegaram os deputados comunistas nas suas Jornadas, Carlos Carvalhas lembrou também que o Orçamento “agrava a

profunda e generalizadamente reconhecida injustiça do sistema fiscal” (ver quadros e notas nesta página), bem como actua no sentido da “desaceleração do apoio a áreas sociais e económicas essenciais para o presente e o futuro da sociedade portuguesa”.

A reter das Jornadas - cujos trabalhos incidiram igualmente na avaliação do primeiro ano de governação do PS -, são também as principais direcções definidas pela formação comunista para o seu trabalho no decorrer da presente sessão legislativa. Repartindo-as em três planos, Carlos Carvalhas situou o primeiro na apresentação de medidas, propostas e projectos de lei procurando “aprovar orientações positivas” susceptíveis quer de “conter ou minorar os aspectos mais negativos da política do Governo” quer de “mostrar no concreto que há alternativas reais às opções por este tomadas”.

“Dar expressão concreta às grandes causas e aos problemas mais sentidos pelos portugueses assumindo um grande empenho na melhoria dos salários e das pensões”, constitui outra das orientações aprovadas pelos parlamentares comunistas nas suas Jornadas, que reiteraram, por outro lado, “continuar a honrar e a cumprir na prática os compromissos com o eleitorado, dando voz, designadamente, “às justas reivindicações e aspirações das populações, dos trabalhadores e dos cidadãos em geral”.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Carlos Carvalhas: Com este Orçamento

PS vai por mau caminho

Após a troca de opiniões, das sugestões colhidas e do debate travado nestas Jornadas Parlamentares creio que se podem apontar três principais direcções que deverão impulsionar o nosso trabalho parlamentar nesta sessão legislativa.

1º Definir como uma das primeiras orientações a apresentação de medidas propostas e projectos de lei procurando aprovar orientações positivas, conter ou minorar os aspectos mais negativos da política do Governo e mostrar no concreto que há alternativas reais às opções por este tomadas. E é de lembrar que na última sessão legislativa o Grupo Parlamentar do PCP foi o Grupo que mais projectos de lei apresentou na Assembleia da República.

2º Dar expressão concreta às grandes causas e aos problemas mais sentidos pelos portugueses assumindo um grande empenho, na melhoria dos salários reais e das pensões, no combate ao desemprego na defesa do ensino público de qualidade, no combate à droga e à insegurança e na promoção da habitação social.

3º Continuar a honrar e a cumprir na prática os compromissos que tomámos com o eleitorado, a dar voz às justas reivindicações e aspirações das populações, dos trabalhadores e dos cidadãos em geral e a reforçar o papel da fiscalização e de denúncia.

É uma evidência e o senhor Primeiro-Ministro não o desconhece que se o Governo quiser prosseguir a política do último ano, como o afirma, o desemprego vai aumentar assim como se vai agravar a situação do aparelho produtivo nacional.

E os números do desemprego mascaram a progressão dos empregos precários das pequenas ocupações sazonais, dos "ganchos" e do emprego parcial. E escondem aqueles que se voltam para o trabalho da agricultura - estima-se que nos últimos 20 meses mais de 62 mil trabalhadores tenham regressado ao campo - como meio de sobrevivência.

Aumenta o desemprego de longa duração atingindo particularmente os jovens e as mulheres. Cresce o número daqueles que desistem de procurar emprego ao fim de meses e meses sem qualquer perspectiva. Cresce o número de desempregados que não tem acesso a qualquer subsídio.

Esta é uma grande preocupação e angústia para milhares e milhares de trabalhadores.

Mas não se combate o desemprego com uma política de austeridade e de "aperto do cinto" dos trabalhadores e das camadas médias.

O senhor Primeiro-Ministro disse que o mais difícil dos critérios de Maastricht a atingir seria o da inflação, esqueceu-se de dizer que o mais fácil é o aumento substancial do desemprego.

O aumento do poder de

compra popular, o aumento dos salários, nomeadamente dos trabalhadores da Administração Pública e das pensões dos reformados e dos pensionistas seria um estímulo à dinamização da economia, ao investimento e ao emprego. O consumo interno está deprimido. As empresas têm as suas carteiras de encomendas em baixo. O pequeno comércio definha.

Não se pode só contar com o mercado externo e ainda por cima quando este está também em contracção. Por isso uma política de austeridade para as camadas populares e de benefício em relação às actividades especulativas e financeiras só agravará a situação económica e social.

Obediência aos critérios de Maastricht

Durante todo o dia de hoje, o Grupo Parlamentar do PCP dedicou também uma especial atenção à análise global e aprofundada do conteúdo substancial do Orçamento de Estado para 1997.

Analisámos e debatemos o Orçamento com rigor e objectividade, e concluímos que o Governo do PS mostra nada ter aprendido nem com os nefastos resultados da governação do PSD nem com a mediocridade dos resultados do seu primeiro ano de governação.

A coluna dorsal que expressamente atravessa todo o Orçamento é o cumprimento, cego e voluntariamente assumido, dos critérios de convergência nominal visando a participação na moeda única em 1999.

É indubitável que o cumprimento dos critérios de Maastricht tem efeitos restritivos na actividade económica, impede a recuperação plena da economia portuguesa, a dinamização do investimento produtivo e a necessária melhoria do nível de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem.

Por isso o Orçamento de Estado se apresenta em "contraciclo" com as efectivas necessidades e exigências da economia e sociedade portuguesas.

Na situação actual do País, exigia-se uma política orçamental de cariz não retraccionista, para incentivar a procura de bens, a produção e o emprego.

Mas o autismo do Governo, as concepções neoliberais que enformam a sua política económica e que directa e gritantemente se reflectem no Orçamento, levam-no a persistir na via de restringir ainda mais a

política e o défice orçamentais.

Tendo como resultados inevitáveis a continuação da travagem do crescimento económico, do desaparecimento de empresas e do bloqueamento do aparecimento de outras, da estagnação do consumo e do investimento privados e, conseqüentemente, como já afirmámos, o aumento do desemprego.

É um Orçamento que, expressamente, define como orientação geral e universal o congelamento ou redução dos fracos níveis salariais dos trabalhadores portugueses, agravando o já profundo desequilíbrio existente na distribuição do Rendimento Nacional, em prejuízo, mais uma vez e sempre, dos salários, dos rendimentos dos trabalhadores.

Numa clara afirmação de uma política de concentração da riqueza, o Governo do PS propõe e advoga que os aumentos de produtividade em nada revertam em favor dos trabalhadores. O que significa, de acordo com as suas projecções, que os resultados do aumento de 400 milhões de contos de riqueza criada, só pelo aumento da produtividade do trabalho, sejam apropriados integralmente e no essencial pelo grande capital.

Um Orçamento que não contribui para o aumento do emprego e, com inusitado despudor político e irresponsabilidade social, assume o agravamento do desemprego, o agravamento do maior flagelo com que o País actualmente se debate.

É isso que o Governo do PS afirma, indelivelmente, quando mesmo com as suas projecções macroeconómicas pintadas de cor-de-rosa admite que se possam vir a criar cerca de 30 mil empregos, número que nem sequer chega para cobrir a procura de emprego dos jovens que anualmente chegam ao mercado de trabalho.

Tal como é um Orçamento indelevelmente marcado pela opção político-ideológica do Governo do PS de prosseguimento acelerado do processo de privatizações.

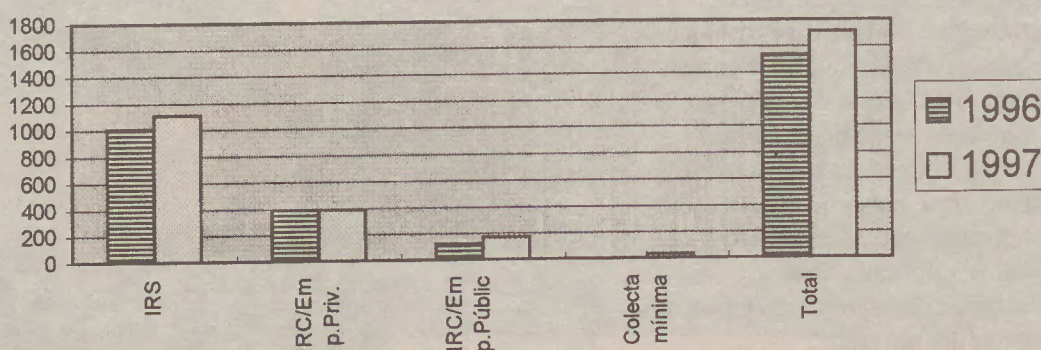
Leilão ao desbarato de empresas públicas em benefício de uma minoria constituída por grupos económicos nacionais, grupos capitalistas estrangeiros e alguns especuladores bolsistas. E em prejuízo dos interesses económicos do País e dos trabalhadores. Uma opção demonstradamente errada, mesmo na míope perspectiva de obtenção de receitas que reduzam a dívida pública.

O próprio Orçamento para 1997 o comprova. A previsão de receitas de privatizações da ordem dos 400 milhões de contos, significa uma redução dos encargos anuais do Orçamento com juros da ordem dos 28 milhões de contos. Mas têm como contrapartida, a eliminação das receitas orçamentais provenientes de dividendos das empresas públicas que, em 1997, o Governo prevê atingirem cerca de 200 milhões de contos. Isto é cerca de sete vezes mais!

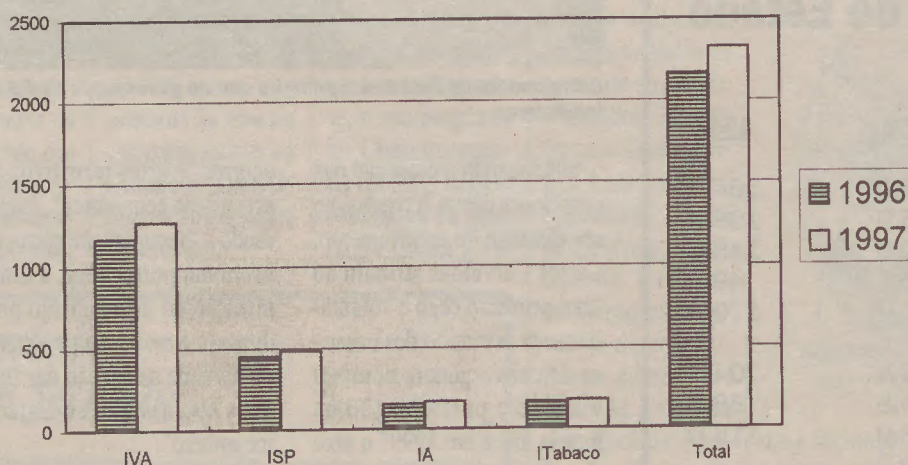
Aliás, no âmbito das privatizações o Governo do PS e com o protector nome de "socialista" mostra-se muito mais "papista" e ideologicamente empenhado que os Governos do PSD. Já que, para além das empresas públicas, o Governo do Eng. Guterres, neste Orçamento, se propõe privatizar serviços públicos e mesmo vias rodoviárias já construídas com dinheiros públicos e não sujeitas a qualquer portagem.

É um Orçamento que agrava a profunda e generalizadamente reconhecida injustiça do sistema fiscal, que penaliza os rendimentos do trabalho por conta de outrem e beneficia principescamente

Impostos Directos (milhões de contos)



Impostos Indirectos (milhões de contos)



Evolução das Receitas Fiscais

(milhões de contos)

| | 1996 | 1997 | Variação | |
|----------------------------|---------------|---------------|--------------|-------------|
| | | | Valor | % |
| Receitas Fiscais | 3691,8 | 4032,5 | 340,7 | 9,2 |
| Impostos Directos | 1530,2 | 1711,3 | 181,1 | 11,8 |
| IRS | 1007,8 | 1107,3 | 99,5 | 9,9 |
| IRC: | 510,2 | 590,8 | 80,6 | 15,8 |
| Empresas Privadas | 390,2 | 390,8 | 0,6 | 0,2 |
| Empresas Públicas | 120,0 | 170,0 | 50,0 | 41,7 |
| Colecta mínima | | 30,0 | 30,0 | |
| Impostos Indirectos | 2161,6 | 2321,2 | 159,6 | 7,4 |
| IVA | 1170,6 | 1267,2 | 96,6 | 8,3 |
| ISP | 452,5 | 481,1 | 28,6 | 6,3 |
| IA | 155,5 | 168,9 | 13,4 | 8,6 |
| Tabaco | 164,0 | 175,6 | 11,6 | 7,1 |

Algumas notas «Interessantes», entre outras:

* O Governo diz que não haverá agravamento fiscal. Mas as receitas fiscais crescem 9,2%, mais que o crescimento da inflação e do PIB!

* O Governo diz que não quer aumento real dos salários. Apenas aumentos de 2,5%, para acompanhar a inflação. Mas as receitas do IRS vão aumentar 9,9%!

* O aumento do IRC (o imposto sobre os lucros) resulta exclusivamente do aumento do imposto pago pelas empresas públicas e pela introdução da colecta mínima. As empresas privadas não pagam mais imposto! Apesar de terem aumentado os seus lucros!

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Partido Socialista sabe perfeitamente quais as suas consequências, quem com ele quer penalizar e quem pretende beneficiar, agora e no futuro.

Sabe que vai agravar a situação de milhares de famílias e a exclusão social, que vai prosseguir o encerramento de empresas, que muitos trabalhadores vão passar para o desemprego e muitos jovens vão ficar à porta do emprego que não existe.

Sabe que os trabalhadores empregados e os pensionistas e reformados verão o seu poder de compra ainda mais afastado da média europeia, ao mesmo tempo que prosseguirá a via

mente os lucros das grandes empresas e as aplicações e rendimentos financeiros e especulativos.

Agravamento da injustiça duplamente visível neste orçamento. Por um lado, a proposta de redução de 36 para 34% da taxa do IRC, ao mesmo tempo que mantém inalteradas as taxas do IRS. Por outro lado, o facto de o próprio Governo admitir que o montante dos benefícios fiscais em 1997 ascenderá a 190 milhões de contos. Isto é, cerca de 50% mais que os benefícios fiscais concedidos pelo Governo do PSD no último ano da sua governação, em 1995! Grande Governo soci-a-lis-ta!!!

Este é, ainda, um Orçamento de desaceleração do apoio a áreas sociais e económicas essenciais para o presente e o futuro da sociedade portuguesa.

São disso exemplos flagrantes e inofismáveis a estagnação nominal das transferências para o Serviço Nacional de Saúde, a manifesta insuficiência de dotações para o ensino superior público já denunciada pelos reitores, a redução dos apoios orçamentais no âmbito da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas ou, ainda, os miseráveis incrementos da dotação para as pensões e reformas.

Em relação às pensões e reformas o máximo que o Governo inscreveu no Orçamento para os respectivos aumentos é apenas de 4% o que significaria, para a pensão mínima de 30.000\$00, um aumento de 40\$00 por dia!

Penalizar as famílias

Estamos perante um mau Orçamento que não dá resposta às necessidades do desenvolvimento, à necessidade de maior justiça social. E isto não significa que passado 1997 haverá depois a bonança, a tal luz ao fundo do túnel.

Este Orçamento não é um caso especial, não é um Orçamento transitório para se atingir a moeda única. Não. Os Orçamentos futuros serão assim e a tendência será para pior. E não diga o Governo que não há alternativas. O Primeiro-Ministro ainda não desmentiu que recusou a proposta do Governo Italiano para atrasar o cumprimento dos critérios de Maastricht. Mais. O Primeiro-Ministro ainda não informou o país que, entrando no Clube do Euro, Portugal ficará atado ao curso cambial desta moeda, isto é, à sua revalorização face ao dólar, iene e outras moedas, num sistema monetário autoritário, comandado pela Alemanha, dotado de um dispositivo de sanções para quem não cumpre o défice orçamental, e que visa sobretudo os países do sul.

Ao apresentar este Orçamento, o Governo do eng. Guterres e do

ascensional dos lucros das grandes empresas.

Sabe que os salários que são os mais baixos da União Europeia continuarão a suportar o peso fundamental da carga fiscal, e que os lucros nomeadamente do sector financeiro serão acrescidamente beneficiados.

Por mais que pregue o conformismo, por mais que divulgue sucedâneos da teoria do "oásis", por mais que pregue a estabilidade, esta política é profundamente desestabilizadora no plano económico e social.

Milhares de portugueses e portuguesas que votaram no PS e que esperavam a mudança, vão-se desencantando com esta política.

O Governo não pode contar que os portugueses e em particular os trabalhadores, se resignem ou se rendam ao "diktat" da política de classe que se traduz na política económica e do Orçamento do Partido Socialista. Antes têm de contar com as consequências do mal-estar e da oposição contra a subida do desemprego, o congelamento real dos salários e a estagnação do débil consumo das famílias, o arrastamento do marasmo económico e o aprofundamento da crise social.

E claramente não pode esperar que, ainda que por omissão, este seu instrumento essencial de regressão económica e social da sociedade portuguesa possa ter a co-responsabilização do PCP. Bem pelo contrário, e de forma clara, o Governo pode esperar que será confrontado com a apresentação de propostas concretas do PCP, mostrando que podia haver outra política. Apresentaremos propostas nomeadamente visando, a redução dos privilégios fiscais às empresas financeiras e às actividades especulativas, o alívio do peso da injusta carga fiscal que asfixia os depauperados rendimentos do trabalho e o reforço do investimento em infra-estruturas sociais e de apoio à actividade produtiva e a actividades económicas.

E pode desde já o Governo do eng. Guterres e do Partido Socialista ter a certeza que o PCP honrará os seus compromissos com o eleitorado no debate deste Orçamento de Estado e das Grandes Opções que o sustentam.

Com a quase maioria que obteve nas últimas eleições, o PS já vai mostrando alguns tiques de arrogância afirmando inclusivamente que não vai "ceder" às oposições. Isto é, o Governo apresenta-se na Assembleia da República com um Orçamento no velho estilo do quero, posso e mando. Vai por maus caminhos.

Com tais posições, com tais opções e políticas podem o Governo e o Partido Socialista contar com o voto contra do PCP ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano.

(Subtítulos da responsabilidade da Redacção)

Transporte de doentes por bombeiros Parlamento elimina exigências absurdas

Ao aprovar na generalidade o projecto de lei do PCP que regula a actividade de transporte por corpos de bombeiros, apenas com a abstenção do CDS/PP e o voto favorável de todas as restantes bancadas, o Parlamento reparou uma situação de profunda injustiça criada pelo anterior governo que tem vindo a motivar fundadas razões de protesto por parte dos bombeiros portugueses.

Na origem desse descontentamento esteve a decisão do PSD promulgada sob a forma de decreto lei em Março de 1992 que equiparou os bombeiros a outras entidades privadas que viessem a operar no domínio do transporte de doentes, exigindo-lhes nomeadamente o mesmo tipo de requisitos na concessão do alvará.

Tratava-se, concretamente, como salien-

tou o deputado comunista Rodeia Machado, de sujeitar os bombeiros "com capacidade e provas demonstradas ao longo de várias gerações" a um tratamento exactamente igual ao de uma entidade privada recém constituída, "sem tradições no sector e muito menos sem provas dadas quer ao nível de capacidade operacional quer ao nível de conhecimentos técnicos".

Deste modo, como assinalou Rodeia Machado, não faz qualquer sentido que às cerca de 470 corporações de bombeiros, envolvendo mais de 40 mil cidadãos que desempenham a sua tarefa de ajuda à comunidade com carácter voluntário, estivessem a ser colocadas dificuldades de vária ordem na prestação de um serviço para o qual desde sempre estiveram vocacionados, como era o caso da exigência de

alvará para o exercício de transporte de doentes por parte do Instituto Nacional de Emergência Médica.

É essa exigência que agora fica ultrapassada com a proposta do PCP, na qual se prevê, concretamente, que as associações ou corporações de bombeiros ficam isentas de requerer qualquer autorização para o exercício do transporte de doentes.

Trata-se, no fim das contas, foi ainda Rodeia Machado a lembrá-lo, de corrigir o erro de quem deliberadamente "esqueceu que os bombeiros são entidades sem fins lucrativos", confundindo a sua acção eminentemente solidária e de apoio às populações com os interesses de entidades privadas que visam essencialmente o lucro com o transporte de doentes nas suas ambulâncias.

Em defesa da dignidade da mulher Pôr cobro ao aborto clandestino

A problemática do aborto voltou a estar na ordem do dia e a concitar as atenções da opinião pública. No Parlamento, onde o PCP apresentou um novo projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez (actualmente em sede de comissão especializada), o assunto esteve também em foco. Foi na semana transacta, por iniciativa do Grupo comunista, com a deputada Odete Santos em declaração política a defender o conteúdo das propostas da sua bancada cujo fim último, sublinhou, é pôr cobro ao flagelo do aborto clandestino, face a uma lei penal restritiva que se revelou "totalmente ineficaz" para cumprir aquele objectivo.

Para o PCP, com esta iniciativa legislativa, trata-se, aliás, de dar cumprimento ao seu programa eleitoral, incorporando simultaneamente nas medidas preconizadas a visão da comunidade científica e das organizações de mulheres. Mas a motivação fundamental, foi Odete Santos a sublinhá-lo, reside na necessidade de "dar resposta a um problema dramático e angustiante das mulheres, nomeadamente das mulheres das classe economicamente mais desfavorecidas, privadas do direito a uma maternidade feliz e que por falta de apoio a essa maternidade se vêem obrigadas à dolorosa decisão de recorrer ao aborto clandestino".

Neste contexto, perante o reacender da polémica em torno desta matéria - sobretudo após o "frenesim referendário" introduzido pelo PSD numa manobra interpretada por Odete Santos como sendo reflexo das "próprias dificuldades internas" por que passa aquele partido às quais procura dar resposta "à custa de um referendo sobre problemas do foro íntimo das mulheres" -, não admira, pois, que a bancada comunista tenha sido levada a concluir que o objectivo visado pelo PSD com o referendo seja o de "distrair a opinião pública nacional" e adiar a resolução deste grave problema de saúde pública que se constituiu na segunda causa de morte materna e em graves afecções físicas e psíquicas das mulheres.

"Estar contra a resolução destes problemas é que é o cúmulo da imoralidade", referiu a parlamentar comunista, antes de fazer notar que o referendo "contém em si o efeito perverso de contestação da própria lei existente, uma lei que ainda que tímida representa a assunção pela Assembleia da República do dever de pôr cobro a uma situação de violência sobre as mulheres".

Lembrado por Odete Santos, equacionado os verdadeiros termos da questão, foi ainda o facto de a interrupção voluntária da gravidez não ser um problema moral, do mesmo modo que, frisou, "não é um meio de contracepção".

Daí que, defendeu, haja necessidade de investir no planeamento familiar e na "efectivação dos direitos económicos sociais e culturais para uma maternidade/paternidade conscientes", do mesmo modo que urge superar a situação resultante de uma lei penal que "continua a revelar-se ineficaz para combater o aborto clandestino" e que "não atinge os objectivos que diz visar".

Por outras palavras, observou, urge legislar "por forma a que o direito penal surja legitimado pela sua eficácia, sob pena de nesta matéria, apesar da Lei 6/84, continuarmos a ter um sistema penal falso, altamente selectivo, gerador de desigualdades e discriminações, entre as próprias mulheres e ainda sustentáculo das condições degradantes e riscos do aborto clandestino".

É à luz deste quadro de referências, em conclusão, que devem ser entendidas as propostas contidas no projecto comunista, designadamente, por um lado, a que defende que o aborto eugénico (o aborto devido a malformações graves ou doenças graves do feto) possa ser realizado até às 22 semanas, e, por outro, a que estipula que nas primeiras doze semanas o aborto seja feito em estabelecimento hospitalar, a simples pedido da mulher.

Com este sistema de prazo, como esclareceu Odete Santos, não se trata de liberalizar o aborto (ele terá de fazer-se em estabelecimento hospitalar), mas sim de incrementar a aplicação do "sistema que mais facilmente enquadra a IVG pedida com base em causas económicas e sociais", e, sobretudo, instituir "o sistema que mais combaterá o aborto clandestino".

PIDDAC/97 não satisfaz expectativas

Em debate nas várias regiões do País, o PIDDAC tem merecido de todo o lado uma intensa chuva de críticas. Para uns o Governo está a faltar a compromissos assumidos, para outros o problema reside na obediência do Governo aos critérios de Maastricht, para outros ainda as esperanças de mudança estão a dar lugar à consciência do logro em que muitos milhares de trabalhadores caíram nas últimas eleições.

Braga

Na sua análise, a Direcção da Organização Regional de Braga considera que «afinal a nova ponte de Prado, a variante à 101-102 e outras vias circulares prometidas e garantidas pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, o presidente da Câmara Municipal de Braga e outros revelaram-se aldrabices». E a verba de 100 mil contos só agora inscrita no PIDDAC para o Hospital Central de Braga muito pequena para um projecto avaliado em quase 16 milhões de contos.

Aliás, é entendimento do PCP, manifestado em conferência de imprensa realizada na passada semana, que não há razão para os elogios que o

Governo e o PS tecem aos seus 12 meses de governação.

E a comprovar a sua opinião, comenta alguns dos aspectos de que essa governação se revestiu, designadamente a promessa das 40 horas de trabalho, que o PS «envenenou» com a introdução da flexibilidade e polivalência; o combate ao desemprego que «fracassou»; o reaparecimento dos salários em atraso, como é o caso da Polímeros do Ave; a política salarial, com a fixação de 2,375% para a Função Pública e a recomendação de moderação salarial ao patronato; ou as novas regras de comércio de produtos têxteis que no quadro das relações comerciais da União Europeia o Governo português aceitou e que se irão traduzir a curto prazo pelo encerra-

mento de mais empresas, pela redução de milhares de postos de trabalho, por mais desemprego no distrito.

Já o Plano Rodoviário Nacional apresentado pelo Governo - dizem os comunistas de Braga - obedecendo a uma filosofia de poupança de gastos do Estado, mostrava não servir os interesses da população e do distrito. E o Fundo de Equilíbrio Financeiro inscrito no Orçamento do Estado está longe de corresponder aos compromissos assumidos pelo primeiro-ministro.

«As esperanças de mudança estão a dar lugar à consciência do logro em que caíram muitos milhares de trabalhadores», diz a DORB do PCP que, face às lacunas já detectadas no PIDDAC, irá apresentar ao Grupo Parlamentar do seu Partido propostas para a construção da nova Ponte de Prado e variante à EN 101-102 e da Ponte de Prozelos (Amares), para a construção da Escola Secundária de Cabeceiras de Basto e para o reforço de verba para o novo Hospital Distrital de Braga, entre outras.

Leiria

A quebra já verificada no presente ano no investimento no distrito de Leiria, em relação a 1995, de cerca de 5 milhões de contos, é agora agravada com mais um corte de 1 milhão de contos para 1997, denuncia por sua vez a Direcção da Organização de Leiria do PCP.

É «inaceitável» - dizem os comunistas - que o Governo do PS, para o seu segundo ano de mandato, mantenha no essencial as mesmas propostas e projectos que vinham do governo anterior e que secundarizavam e marginalizavam o distrito de Leiria.

Depois de «condenar o distrito a pagar auto-estradas que não pediu» era lógico, em sua opinião, um reforço do investimento nacional na região em áreas negligenciadas como são as do Ambiente, Ensino, Património Cultural e Monumental e Rede Ferroviária e Rodoviária.

Mas não. O Orçamento do Estado para 1997 não só contém cortes no investimento nas funções sociais do Estado, mantém a injustiça fiscal para os rendimentos do tra-

balho e prossegue uma política de contenção salarial e desemprego como bloqueia o desenvolvimento regional, designadamente no distrito de Leiria onde o investimento central diminuiu.

Seixal

Também a Comissão Concelhia do Seixal do PCP diz que «as propostas entregues pelo Governo do PS na Assembleia da República para inclusão no PIDDAC/97 não correspondem às propostas feitas pelas autarquias, às necessidades das populações e ao desenvolvimento do concelho.»

De fora ficam muitas propostas que são essenciais, consideram ainda os comunistas, lembrando que algumas dessas propostas já tiveram verbas atribuídas em anos anteriores que não foram gastas, «tratando-se agora e apenas da transferência da mesma verba de um ano para o outro» e outras, ainda, têm prevista para 1997 uma verba inferior à de 1996.

Para corresponder às justas aspirações e reivindicações das populações, o PCP compromete-se a tudo fazer no âmbito da discussão do OE/97 para a

inclusão no PIDDAC do maior número de propostas.

Barreiro

«Irrisória» considera a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP a verba de 5.000 contos inscrita no PIDDAC para a construção da nova Escola Mendonça Furtado. Com esta verba o Governo demonstra a sua «intenção de não a construir», diz.

No entanto, a falta de espaço, a sobrelotação e a degradação das instalações desta Escola levaram já a uma situação de ruptura que prejudica alunos, professores, funcionários e, naturalmente, o direito à Educação e Ensino.

«Acusam o PCP e a CDU de não se preocupar com o Barreiro», dizem ainda os comunistas. mas a verdade é que a Câmara Municipal do Barreiro já propôs ceder o actual edifício da Escola Mendonça Furtado (valor de 60.000 contos) para o futuro Centro de Formação de Professores e disponibilizar uma verba até 30.000 contos para a construção da nova escola.

15º Congresso Prossegue preparação

Proporcionar um amplo debate dos militantes do Partido, é um dos grandes objectivos definidos pela Organização Regional de Coimbra para a actividade preparatória do 15º Congresso do PCP. Neste âmbito, prevê-se a realização de dezenas de reuniões e plenários aos níveis concelhio, de freguesia, sectores profissionais e células. Para o próximo dia 5 de Novembro, está marcada uma reunião distrital de quadros que conta com a presença do secretário-geral do PCP.

Por outro lado, a ORC realiza 23 assembleias que elegem 45 delegados, duas das quais já tiveram lugar. Apostando na divulgação destas iniciativas, a ORC editou mais um número do boletim «Infor-



mar» que é inteiramente dedicado à fase preparatória do Congresso.

No centro das preocupações dos comunistas de Coimbra estão também as medidas de reforço da actividade interna e da iniciativa política no distrito. Neste sentido, procura-se um maior envolvimento dos militantes, a continuação do recrutamento, a eleição dos organismos e o aumento das receitas do Partido.

Simultaneamente, a ORC visa uma maior ligação aos trabalhadores e às populações, nomeadamente através da apresentação de propostas concretas os problemas mais sentidos. Nesta fase preparatória do Congresso, serão eleitas três Comissões Concelhias e uma Comissão de Freguesia.

Évora

No distrito de Évora, o calendário preparatório do Congresso prevê a realização de mais de 200 iniciativas, entre reuniões, assembleias e debates, alguns dos quais abordam temas de âmbito nacional, onde para além de militantes participam outros democratas que vêm no PCP uma força indispensável à democracia.

Depois do debate sobre «O PCP e a Juventude», já realizado, são de salientar as sessões sobre «O projecto autárquico do PCP», que decorrem em Évora, com a participação de Luís Sá, e em Viana do Alentejo com Raimundo Cabral e Abílio Fernandes.

A OREV, que elege 90 delegados ao Congresso, faz ainda um balanço da campanha de recrutamento no distrito, anunciando que atingiu 53 por cento da meta.

Açores

Resultados eleitorais revelam vontade de mudança

As eleições regionais do passado dia 13 de Outubro, pondo termo ao domínio político do PSD nos Açores, criou um quadro parlamentar sem maiorias absolutas e abriu perspectivas de valorização da participação dos cidadãos na vida política. Nesta apreciação aos resultados eleitorais, a Direcção de Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP afirma ainda que a vitória regional do Partido Socialista e a subida eleitoral dos restantes partidos que consituíram oposição ao PSD demonstram uma profunda vontade de desbipolarização e de alteração na composição e actuação do poder político regional.

Por outro lado, a não obtenção de maioria absoluta pelo PS revela uma vontade de mais democracia no funcionamento do sistema autonómico por parte dos açorianos e a rejeição de uma «estabilidade» como a que durante 20 anos o PSD impôs.

Pela primeira vez, na vigência do sistema autonómico, o somatório dos votos do PS, CDU e UDP é superior à soma dos votos do PSD, PP e PDA, diz a DORAA, considerando que tal evolução revela o desejo de abandono «dos padrões conservadores impostos e praticados pela direita regional». Entretanto, a maioria de votos (mais de 50%) obtida por PS e CDU não lhes assegurou uma maioria de mandatos. Pelo contrário, o PSD e PP, apesar de só terem obtido 48% dos votos, conseguiram 51% dos mandatos, facto que demonstra o «carácter inaceitável e mesmo perigoso do ponto de vista democrático» do actual sistema eleitoral.

Quanto aos resultados obtidos pela CDU, a DORAA destaca a vitória obtida na Ilha das Flo-

res, onde a CDU passa para primeira força: um resultado que, traduzindo-se pela reeleição de Paulo Valadão, coroa o trabalho profundo, competente e honesto da CDU e do seu deputado na Ilha das Flores. Um trabalho que constituiu também um contributo para a construção da unidade regional já que, à volta dos problemas das Flores, a CDU trouxe à discussão todas as questões que o isolamento, a distância e a demografia geram em diversas ilhas do Arquipélago.

Para além de assegurar a Representação Parlamentar na Assembleia Legislativa Regional, a CDU atingiu outros dois objectivos: crescer eleitoralmente em toda a Região e contribuir para que não se verificassem maiorias absolutas. Não atingiu entretanto um dos seus objectivos centrais que era a eleição de um deputado, por S. Miguel esse insucesso deve-se mais à injustiça do sistema eleitoral - que tem que ser revisto - do que aos resultados obtidos e à tendência que eles definem.

De facto, apesar de a CDU ter obtido 2200 votos - cerca de 4% (contra os 1200 obtidos em 1992 - 2%), o sistema eleitoral ainda vigente não permitiu a eleição do seu cabeça de lista. Entretanto, 21 dos deputados eleitos foram-no com menos de 2000 votos.

O PCP/Açores aguarda a formação do novo Governo Regional do PS e a apresentação do respectivo programa para avaliar em definitivo sobre as propostas políticas. Considera no entanto que «à modificação introduzida pelas eleições terão que corresponder mudanças de política nos planos social, económico e regional que não defraudem o sentir actual dos açorianos».

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel João Laibassas

Faleceu recentemente em Montemor-o-Novo, com 77 anos, o camarada Manuel João Laibassas. Muito estimado por quantos o conheciam, este camarada, que estava organizado em Montemor-o-Novo, era membro do Partido desde antes do 25 de Abril.

Manuel Charrua Isidro

Faleceu, no passado dia 26 de Outubro, o camarada Manuel Charrua Isidro, membro da Comissão de Freguesia de S. Domingos de Benfca. O camarada era membro da Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfca.

Clotilde de Jesus

Com 83 anos de idade, faleceu recentemente a camarada Clotilde de Jesus, reformada, natural de S. João da Pesqueira. A camarada era membro do Partido desde 1975 e estava organizada em Monte Abraão, freguesia de Queluz.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



A CDU defende que a recuperação do centro histórico do Porto deve ter em conta a sua identidade popular

Centro histórico do Porto

Manter a alma popular

A esperada classificação do Porto, Património Cultural da Humanidade e as experiências no campo da recuperação dos centros históricos daquela cidade, de Lisboa e de Évora estiveram em foco na iniciativa do PCP promovida no passado sábado e que incluiu uma visita pelas freguesias da Vitória, Sé, S. Nicolau e Miragaia, onde o Encontro se realizou.

Entre os participantes contavam-se o presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, o arquitecto Pedro Graça, da direcção Municipal Urbana da CM de Lisboa, a vereadora da CM do Porto, Ilda Figueiredo, o deputado municipal Rui Sá, bem como outros eleitos da CDU das freguesias do Centro Histórico do Porto, entre os quais Joaquim Nascimento, que foi durante vários anos Presidente da Junta de Freguesia de Miragaia.

Abílio Fernandes historiou o processo de classificação de Évora como Património da Humanidade e a recuperação do seu Centro Histórico: «Não aceitamos que se recuperem centros históricos só para se tornar as coisas bonitas, género museu. É preciso vivificá-los. Somos contra a compra pela Câmara para tornar a vender, essa é a nossa filosofia, a nossa política». Falou também das dificuldades actuais, devidas à falta de apoio do Governo, mas, mais do que isso, da busca permanente, em profundo diálogo da Câmara com as populações e entidades públicas e privadas (Universidade, Empresas, Sindicatos, Centro Dramático de Évora, Comissão Coordenadora Regional) de projectos comuns para a melhoria da qualidade de vida que aparecem consignados agora num inovador Plano Estratégico. Os 60 Projectos Estruturantes deste Plano procuram definir, em consenso, e sem dependência do poder económico, a cidade para o futuro.

Pedro Graça deu também uma nota da evolução da recuperação dos Bairros de Lisboa, desde 1986, quando os moradores do Bairro de Alfama lançaram o grito «morte ou recuperação», até à actual expansão dos Gabi-

netes Técnicos de Reabilitação descentralizados pelos vários Bairros, onde estão em curso muitos projectos. O objectivo de recuperar mantendo os seus habitantes, a melhoria das condições de habitação, a preservação e o cuidado pelos espaços públicos, o desenvolvimento das actividades económicas, são algumas das linhas da intervenção que técnica e politicamente vêm sendo aplicadas. Como experiência com interesse para o Porto está o facto de nos Gabinetes Técnicos funcionarem equipas multidisciplinares.

O património são as pessoas

Ilda Figueiredo começou por chamar a atenção para o facto de, estando a CDU, no Porto, na oposição, os exemplos anteriores se reportarem a Câmaras onde a CDU é poder. Não obstante, a CDU o respeita o mesmo princípios nas diferentes situações: o Património são as pessoas e estas estão em primei-

ro lugar. Ideia que não é um slogan mas uma prática efectiva. «No Porto está a haver uma política em que quase se culpa a classificação da cidade como património mundial para justificar a retirada das pessoas da local onde sempre viveram. Caracterizando ainda a situação do Centro Histórico do Porto, referiu o atraso na execução de vários dos projectos de recuperação: «Na Vitória e em Miragaia quase nada tem mexido, apesar dos milhões sempre propagandeados (por exemplo em 1995 só foram executadas 43% das verbas previstas), mas sobretudo verberou a falta de diálogo e a concepção de um Centro Histórico para turista ver, sem alma popular. O caso do Mercado da Ribeira é bem sintomático. A limpeza da Escarpa dos Guindais, com o realojamento dos seus moradores, foi apresentada pela vereadora como um objectivo por que há muito tempo a CDU se vem batendo e que só peca por ter demorado tanto: sete anos para alojar 51 famílias! A autarca referiu ainda que «apenas 53% da população do Porto tem acesso à rede municipal de esgotos e a percentagem é ainda menor no centro histórico, onde é necessário também criar centros de convívio e de apoio e dar atenção à população idosa e aos jovens.»

No debate intervieram ainda moradores, membros de asso-

ciações e técnicos que actuam nesta área e que de uma maneira geral reforçaram a perspectiva e a luta da CDU pela recuperação do Centro Histórico do Porto na sua plena identidade histórica e social com a participação daqueles que são em primeiro lugar o objectivo dessa intervenção - os seus habitantes, as suas organizações e associações.

Comunidades Portuguesas PCP quer lei aplicada

O Secretariado da Organização da Região de Paris do PCP responsabiliza o Governo pela demora na divulgação da portaria que regulamenta o decreto-lei sobre o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), e alerta para o previsível atraso na elaboração dos cadernos eleitorais.

Para o Secretariado, o Governo não dotou dos necessários meios técnicos e humanos os postos consulares, facto que está a ser aproveitado pelo PSD na tentativa de fazer fracassar o novo Conselho.

Os comunistas denunciam «a atitude golpista» dos sociais-democratas que avançaram com a proposta de atribuir direito de voto apenas aos inscritos nos actuais cadernos eleitorais, excluindo assim a grande maioria dos portugueses de participar na eleição dos seus representantes no Conselho das Comunidades.

Afirmando que o PSD não está interessado neste projecto, e tudo fará para o minar, o PCP repudia qualquer desvirtuamento do processo eleitoral e exige a aplicação da lei unanimemente aprovada. A organização comunista apela a todos os emigrantes e em particular ao Movimento Associativo para que se mantenham atentos a futuras e previsíveis manobras e que intervenham no sentido de assegurar que o próximo CCP seja um órgão representativo dos emigrantes e dos seus legítimos interesses.

Na sua reunião de 26 de Outubro, o Secretariado debateu ainda a preparação do 15º Congresso do PCP marcando para o próximo dia 10 de Novembro a sua Assembleia Plenária.

Castelo Branco

PS foge a compromisso

Na passada quarta-feira o plenário da Assembleia da República apreciou a Petição nº 96/VI, da iniciativa da União dos Sindicatos de Castelo Branco, datada de Outubro de 1991, solicitando a aprovação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) para o distrito de Castelo Branco.

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco diz que no debate desta iniciativa, que teve o apoio de diversas entidades, designadamente de 11 Câmaras Municipais, estiveram em confronto duas posições bastante diferentes. Uma, a do PCP, de coerência, através da voz da deputada Luísa Mesquita, outra, a do PS, de promessas não cumpridas, pela voz do deputado Carlos Lavrador, curiosamente subscritor da Petição.

Considerou a deputada comunista que decorridos todos estes anos permanecem as razões,

com preocupações acrescidas, para a apresentação da referida petição, uma vez que continuaram a encerrar empresas em várias regiões e se acentuou a desertificação no distrito. Assim, anunciou ir o PCP apresentar um Projecto de Resolução que irá contemplar, no âmbito de um Programa Integrado de Desenvolvimento que poderá abranger o distrito de Castelo Branco e alguns concelhos do distrito da Guarda, um conjunto de acções estratégicas que «articulem todos os instrumentos disponíveis» e viabilizem a resolução dos problemas e carências sentidas na região.

O deputado socialista Carlos Lavrador, por sua vez, ao informar que o Governo pensa implementar em vez do prometido OID um PDI que apenas abrange os concelhos da Corda da Serra, mostrou que, mais uma vez, o PS se prepara para «fugir aos compromissos assumidos».

Mora

Um Lar do 25 de Abril

«A quem interessa a passagem do Lar para a Misericórdia?», pergunta a Comissão de Freguesia de Cabeção do PCP num comunicado à população, onde faz o historial da Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos (ACSTI), cujo aparecimento, a seguir ao 25 de Abril, correspondeu à necessidade de ultrapassar graves carências sociais da freguesia.

Só através de um processo de participação que contou com muitos donativos e largas horas de trabalho voluntário do povo de Cabeção foi possível a construção de um Centro de Dia e de um Lar para idosos, ao mesmo tempo que se desenvolviam actividades culturais, recreativas e culturais.

Entretanto, com a participação empenhada dos associados, da população e das autarquias constituiu-se um valiosíssimo património que é

o orgulho de todos os cabeçanenses, ao mesmo tempo que era garantido um bom funcionamento do Lar.

Dizem assim os comunistas de Cabeção que foi com estupefacção e alguma revolta que tomaram conhecimento da proposta apresentada pela actual direcção para a extinção da Associação. E considerando que os argumentos apresentados quanto à eventual melhoria de funcionamento do Lar, se este fosse integrado na Misericórdia, carecem de fundamento, defendem que a actual direcção tem condições privilegiadas para potenciar eventuais acordos de colaboração com outras instituições, se tal for do interesse da Associação.

«Não pode ter sido em vão o esforço desenvolvido por tantos, durante tanto tempo», concluem os comunistas.

Vila Verde Presidente deve demitir-se

A comissão concelhia de Vila Verde do PCP reafirma a necessidade de se realizarem eleições intercalares para a autarquia, já que o Tribunal sentenciou o afastamento do presidente eleito António Cerqueira, decisão que foi agora confirmada pela Relação.

Os comunistas responsabilizam o PS e o PSD, que em conjunto têm a maioria na câmara, pelo arrastamento desta questão, permitindo que o edil continuasse em funções, ao mesmo tempo que salientam a «falta de escrúpulos e de princípios do presidente António Cerqueira, assim como o seu apego ao poder», já que depois da sentença, «a única atitude ética seria a sua retirada».

Um ano de governo do PS na área da Saúde

Um milhão de portugueses sem médico de família

Para dar nota das conclusões a que chegou na avaliação que fez sobre um ano de governação PS na área da Saúde, o PCP promoveu na semana passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma conferência de imprensa com a participação de Edgar Correia, membro da Comissão Política. Transcrevemos a seguir a declaração na altura proferida:

«1. Um ano decorrido desde a tomada de posse do governo do PS constitui uma baliza temporal suficiente para a avaliação da actividade governativa na área da Saúde - um dos sectores cujos problemas se repercutem de forma grave no conjunto da população portuguesa e onde, sem dúvida, as orientações neoliberais do cavaquismo criaram uma situação particularmente crítica.

Radicam neste quadro as principais críticas que podem dirigir-se aos actuais responsáveis do Ministério da Saúde: a ausência de uma definição e de uma intervenção políticas globais em relação aos graves problemas que atingem o Serviço Nacional de Saúde que no seu conjunto continua a degradar-se; uma intervenção de carácter predominantemente conjuntural e que se vai esgotando na contemporização com grandes interesses instalados no sector; e na manutenção - praticamente inalterada - das traves mestras legislativas, de inspiração governamentalizadora e neoliberal, que os governos do PSD ergueram ao longo de uma década.

Um milhão de portugueses continua sem médico de família. Obstáculos de natureza económica e social e inadmissíveis problemas de acessibilidade à prestação de cuidados de saúde no SNS, que afectam de forma muito particular os portugueses que vivem numa situação de pobreza (cerca de um terço da população), estão a atingir também outros sectores que se situam num nível menos baixo de rendimentos.

Este quadro geral não pode - sem risco de grave deterioração da situação na área da saúde - continuar a prolongar-se.

Quando já não é possível adiar por muito mais tempo um conjunto de importantes decisões, a equipa responsável do Ministério da Saúde encontra-se claramente perante uma encruzilhada: ou faz prevalecer os interesses da saúde pública e opta claramente por orientações e critérios que defendam o Serviço Nacional de Saúde, elemento indispensável à concretização do direito à saúde dos utentes; ou claudica perante as pressões dos poderosos interesses para quem a área da saúde não representa mais do que um importantíssimo sector de negócios cujos lucros pretendem ver ainda mais aumentados. A manutenção de um cenário de paralisia, em que não é encetada uma reforma urgente e democrática do SNS, estimula os adeptos do neoliberalismo, que dispõem de fortíssimas posições no seio do próprio PS, a retomarem a ofensiva.

2. Sem dúvida que para além das linhas estratégicas para a área da saúde, são diversos os problemas que podem ser equacionados e diversos também os passos que podem ser dados para iniciar a sua resolução. São de referir desde já alguns pontos.

Observando as pressões que têm vindo a ser desenvolvidas por parte das multinacionais produtoras de medicamentos para impor um novo e significativo aumento dos seus preços, é com preocupação que se anota a receptividade, a nível oficial, em relação às pretensões dessas empresas, e a inclinação para uma política de diminuição das participações do Estado e portanto de agravamento da já elevada comparticipação dos utentes. Impõe-se alertar vivamente a opinião pública em relação a esta área da política de saúde, de importância crucial, e deixar o apelo para o combate activo a essas pressões e projectos.

Neste quadro, em que os grandes interesses que intervêm na área da saúde - multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, construtores de infra-estruturas, sector convencional, crescentemente dominado por monopólios na hemodiálise e nas análises clínicas - procuram manter e alargar a quota parte dos recursos públicos que absorvem, constituiria uma grave opção que o Governo, em vez de contrariar interesses ilegítimos, prosseguisse uma política fortemente

restritiva em relação à área dos recursos humanos e suas condições de trabalho, onde se registam fortes carências.

Em relação ao «projecto Alfa», surgido na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, regista-se a concepção inicial objectivamente desagregadora dos centros de saúde e voltada para cuidados exclusivamente curativos. A sua ulterior evolução e inserção num quadro programático, que se encontra em debate aberto - a «estratégia regional de saúde» - pode porém criar condições favoráveis a um processo reformador dos centros de saúde. Quanto a

essa proposta de «estratégia regional de saúde», observando que ela é portadora de indiscutíveis inovações de natureza funcional do SNS e que assume correctamente os cuidados de saúde primários como prioridade estratégica, não se considera todavia clarificado o problema da suficiência de recursos humanos e materiais e de algumas das suas opções políticas fundamentais (estatuto e financiamento das instituições de saúde, formas de remuneração e condições de trabalho dos profissionais, designadamente). Além disso ela é omissa em relação ao (indispensável) papel da medicina preventiva.

No que respeita à gestão hospitalar, a legislação vigente constitui um ilustrativo exemplo da política neoliberal do PSD com a subordinação dos aspectos técnicos e científicos da prestação de cuidados de saúde, aos ditames de uma linha de comando autoritária e economicista, não poucas vezes posta ao serviço de interesses clientelares. Ao actual Ministério da Saúde não pode deixar de ser dirigida a crítica de ter continuado a manter intocado o fundamental do sistema vigente. E de ter procedido apenas a uma revisão pontual e insuficiente do diploma da gestão hospitalar no que respeita à auscultação dos médicos e enfermeiros para a ulterior nomeação governamental do Director Clínico e do Enfermeiro Director.

Numa altura em que a nível internacional, na Conferência de Vancouver, foi realizado um balanço extremamente severo no que respeita aos efeitos perniciosos das políticas neoliberais em relação à saúde das populações, a nível nacional assiste-se também à falência de várias iniciativas privadas de prestação de cuidados de saúde da qual importa que sejam tiradas todas as indicações e ensinamentos.

Neste contexto não podem deixar de ser anotadas negativamente algumas afirmações recentes de responsáveis do Ministério da Saúde encarecendo a gestão privada de unidades de saúde e a pulverização e privatização de actividades na área das instalações e equipamentos.

Também em relação à gestão privada de unidades do Serviço Nacional de Saúde, o que se tem passado com o Hospital Amadora - Sintra constitui um cabal desmentido das «vantagens» que os interesseiros arautos do neoliberalismo proclamavam. Porque os portugueses, através dos impostos, estão a pagar muito mais à gestão privada do que pagariam pela administração em regime público dessa importante unidade hospitalar. Porque a gestão privada, empenhada no aumento dos seus lucros, procura parasitar por todas as formas o próprio Serviço Nacional de Saúde, ao ponto de haver profissionais - numa situação de promiscuidade incompreensivelmente tolerada pelo Ministério da Saúde - a exercerem simultaneamente funções em serviços públicos e no Hospital Amadora - Sintra. E por último e não menos importante, pelo grau de insatisfação em relação ao funcionamento actual deste Hospital, como é testemunhado pela Comissão de

Utentes que já reclamou a denúncia por incumprimento do contrato assinado pelo Estado com a gestão privada.

3. A situação existente na área da saúde - resultante da política de direita conduzida pelo cavaquismo durante uma década e do desempenho notoriamente insuficiente do actual governo - impõe a quantos não se conformam com o presente estado de coisas a necessidade de uma acrescida e mais dinâmica intervenção pela defesa e modernização do Serviço Nacional de Saúde.

É neste mesmo sentido que o PCP pretende contribuir

para uma mais activa mobilização social e política dos profissionais do sector e dos seus utentes. E assume igualmente o propósito de reforçar a sua intervenção política directa, na sociedade e ao nível das instituições democráticas.

A Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP, que apresentou ao país um aprofundado diagnóstico da situação existente neste sector acompanhado de um conjunto articulado e coerente de propostas, irá privilegiar nos próximos meses a par da defesa das orientações estratégicas e medidas com vista à sua reforma democrática do SNS, o debate e a intervenção em torno, entre outras, das seguintes questões concretas:

- **Orçamento do Estado:** defesa do aumento das dotações para a saúde de

modo a que, em conjunto com uma política racionalizadora das despesas, se verifique uma efectiva elevação dos recursos postos à disposição do SNS.

- **Acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares:** acompanhamento da evolução dos indicadores mais críticos (em que se registam inadmissíveis filas de espera e atrasos no atendimento de utentes, mesmo quando portadores de graves doenças); exigência de medidas extraordinárias até à normalização funcional da resposta dos vários serviços; aperfeiçoamento das áreas funcionais atribuídas aos vários estabelecimentos de saúde.

- **Recursos humanos:** inventariação das principais carências imediatas e a prazo e das dificuldades que se levantam em relação à sua superação; defesa da adopção e calendarização das políticas correspondentes.

- **Política do medicamento:** combate ao aumento dos preços e à elevação da comparticipação por parte dos utentes; numa linha racionalizadora de custos e que contrarie a promoção que as multinacionais vêm fazendo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos, defender a efectiva introdução dos medicamentos genéricos e a elaboração de um formulário nacional para o ambulatório (a exemplo do que já existe a nível hospitalar).

- **Infra-estruturas:** redefinição de prioridades à luz de níveis mínimos da cobertura da população que importa garantir.

- **Direcção e gestão dos serviços de saúde:** defesa da desburocratização e da progressiva substituição de mecanismos de comando burocrático administrativo central por processos de autonomia e de auto-regulação democrática em que concorram e se equilibrem os poderes da tutela, das comunidades servidas pelos serviços e dos profissionais de saúde. Com este objectivo o PCP tem vindo a debater e apresentará oportunamente na Assembleia da República dois projectos de lei relativos à direcção e gestão dos Serviços de Saúde, contemplando a sua regionalização, e ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde.»



Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, comenta um ano de governo do PS na área da Saúde

TRABALHADORES



Os trabalhadores esgotaram a lotação do Coliseu e encheram a baixa lisboeta com o seu protesto contra um Governo que tira aos trabalhadores para dar aos patrões

Depois da grande jornada de dia 24 Administração Pública vai voltar à luta

Os trabalhadores exigem que o Governo respeite os compromissos assumidos e apresente uma proposta credível para a actualização salarial de 1997.

O plenário nacional da Administração Pública esgotou a lotação do Coliseu dos Recreios de Lisboa, na passada quinta-feira, e apelou à convergência de acções dos trabalhadores e suas estruturas, para expressarem o repúdio pelo proposta salarial do Governo e exigirem a sua alteração.

Depois de aprovarem a realização de nova jornada nacional de protesto e luta, a decorrer na primeira quinzena de Novembro e orientada para a opinião pública e os trabalhadores do Estado, os participantes no plenário desfilaram até ao Terreiro do Paço, para entregarem em mão as suas reclamações ao Ministério das Finanças.

Na resolução proposta pela Frente Comum de sindicatos e aprovada no plenário, reafirma-se a rejeição dos 2,375 por cento de aumentos salariais apontados pelo Governo na reunião de 9 de Outubro com os representantes dos trabalhadores, uma proposta classificada como «inaceitável, ridícula e até afrontosa».

Moeda Única

Os trabalhadores não aceitam os argumentos do Governo, que fundamenta a proposta salarial na «contenção» exigida pela entrada para o sistema da Moeda Única.

«Tal caminhada não decorre de qualquer fatalidade ou imposição, exterior à vontade dos portugueses, mas antes e acima de tudo de uma opção política do Governo», contrapõe-se na resolução. Repudiando esta «campanha de mistificação», o plenário da semana passada desafiou o executivo para «um debate público que permita clarificar as diferentes alternativas existentes».

A proposta salarial do Governo, rejeitada «totalmente», «não dá resposta a nenhum dos princípios defendidos pelos sindicatos da Frente Comum e que visam a dignificação dos salários da Administração Pública». Na resolução são reafirmados estes princípios:

– recuperação do poder de compra, através de um aumento

real dos salários, que tenha em conta a evolução da inflação e da produtividade;

– recuperação face aos salários do sector privado e das administrações públicas dos demais países da UE;

– correcção da actual diferença entre o salário mínimo nacional e o equivalente índice 100 na Administração Pública.

A próxima jornada de luta será concretizada numa **campanha de esclarecimento** da opinião pública e dos trabalhadores (na primeira semana de Novembro, com distribuição de um comunicado à população no dia 7), iniciativas públicas e plenários nos locais de trabalho (onde será debatida a possibilidade de recurso a outras formas de luta, incluindo a greve).

US BRAGA ALERTA

O aumento do desemprego em Braga figura no topo dos problemas sociais apontados pela União dos Sindicatos do distrito, uma vez que, de Janeiro a Setembro deste ano, o número de desempregados subiu de 32522 para 36470, enquanto há mais 5 mil postos de trabalho em risco. Estes números foram apontados no final da reunião do Conselho Distrital da USB/CGTP-IN, na semana passada, numa conferência de imprensa onde foram referidos os casos da têxtil Riopelle (responsável por 300 dos 650 trabalhadores que foram para o desemprego só no mês de Setembro) e de diversas outras empresas onde «as decisões judiciais não são cumpridas e a violação dos direitos acentua-se». É questionado com particular veemência o facto de as câmaras municipais recorrerem a empresas de construção civil que utilizam mão-de-obra ilegal (citando-se o exemplo das obras no Campo da Vinha, onde o trabalho clandestino supera os 50 por cento). Presidentes e vereadores municipais são ainda acusados de participação activa na perseguição a dirigentes sindicais, com o objectivo de evitar que estes reivindiquem melhores condições de vida e de trabalho.

Na reunião de dia 22, o Conselho Distrital confirmou, por unanimidade, Adão Mendes no cargo de coordenador da USB, elegeu a Comissão Executiva e três comissões específicas (Saúde e Segurança Social, observatório do Emprego e Trabalho infantil). Para o reforço do movimento sindical, o CD apelou «às organizações que se sentiram excluídas do nosso 4º Congresso para que comecem desde já a evoluir para processos de solidariedade e acção conjunta junto dos trabalhadores, a construir processos de aproximação e de filiação na CGTP-IN e na sua estrutura intermédia (USB), para que em breve, e particularmente em próximas acções e no próximo congresso, participem já de pleno direito».

TERRORISMO NA SIDERURGIA

Um «grande sentimento de revolta» está a criar a atitude da administração italiana e espanhola da Siderurgia Nacional — Produtos Longos e de algumas chefias, que desenvolvem «uma intensa e ilegal campanha coerciva e psicológica contra os trabalhadores para que abdicuem dos seus direitos e garantias». A denúncia foi feita antontem pela federação dos Metalúrgicos, numa nota de imprensa em que recorda o acordo firmado com a empresa, para que vigorasse um aumento salarial de 6,25 por cento, de Outubro a Dezembro deste ano, com o pagamento de 225 contos a cada trabalhador «como forma encontrada pela administração para pagar os retroactivos desde Janeiro». Só que «pretendem agora chantagear os trabalhadores de que, para receber, têm que assinar individualmente uma declaração de adesão a uma proposta da administração para um acordo de empresa, quando isso cabe exclusivamente aos sindicatos». A nota refere ainda que, «como os patrões não querem dar a cara, são estrangeiros e sabem que tais ilegalidades os coloca em situação de criminalidade face à legislação portuguesa, algumas chefias estão a prestar-se à vergonhosa tarefa de ameaçar os trabalhadores individualmente que, ou assinam, ou então são discriminados face aos que assinarem, que serão integrados num processo de despedimento colectivo caso não assinem, chegando mesmo ao ponto de ameaçar que não lhes será distribuído trabalho».

PERSEGUIÇÃO NA RST

O director de pessoal e administrador da Rodoviária do Sul do Tejo, Raul Nunes, é acusado pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos de «impedir a concretização da prestação de trabalho» por parte do soldador Manuel Castelão, procurando assim pressioná-lo a que aceite a rescisão do contrato com a empresa. Numa carta-aberta divulgada antontem, a Festru/CGTP-IN classifica esta actuação como «um acto asqueroso e repugnante» e insere-o na ofensiva da administração da RST contra o emprego, afirmando que os responsáveis da empresa têm procurado «por todos os meios, lícitos e ilícitos, reduzir o número efectivo de trabalhadores».

EM GREVE

No infantário Girassol, de Santarém, as ajudantes de creche decretaram uma greve de uma hora por dia, exigindo que o conselho directivo do CRSS de Lisboa e Vale do Tejo reponha a semana de trabalho de 35 horas, conforme determinação do secretário de Estado da Administração Pública.

Na Plasquisa teve lugar na semana passada (dia 23) uma greve de 24 horas, com adesão praticamente total que levou à paralisação da produção. Ao anunciar a forte adesão à greve, o sindicato dos Químicos (Sinquifa) afirmou que «num futuro próximo» poderá realizar-se uma luta semelhante, se a empresa não atender as reivindicações dos trabalhadores: aumentos salariais (que não se verificam há mais de dois anos) e melhores condições de trabalho, nomeadamente no que toca a higiene, saúde e segurança.

CGTP define condições para um acordo estratégico

No que toca ao emprego e à política de rendimentos, a Inter já se daria por satisfeita se fossem cumpridas as promessas eleitorais e realizado o programa do Governo...

Em 18 pontos concretos, a Intersindical Nacional reclama do Governo que sejam definidas «linhas de intervenção estratégicas» para as políticas de emprego, rendimentos, Segurança Social, fiscalidade, saúde e legislação laboral. Os «Parâmetros essenciais da CGTP-IN para um acordo» foram aprovados segunda-feira passada, na Comissão Executiva da central, que analisou o processo da concertação estratégica e decidiu demonstrar «mais uma vez o seu importante e construtivo empenho no desenvolvimento das relações laborais e do desenvolvimento do País».

«Encarando o emprego como o principal problema da sociedade, a CGTP recusa que em nome dele «se prossigam políticas que geram mais desemprego e pre-»

riedade laboral». Exige «uma política económica que, na execução das promessas eleitorais, favoreça a criação de empregos, devendo o Governo comprometer-se concretamente com objectivos quantificados de redução do desemprego»; devem ser redefinidas as políticas activas de emprego e tomadas medidas de recuperação de empresas em dificuldades; para reduzir os desequilíbrios e impedir a desertificação é preciso articular as políticas globais e regionais; para a dignificação do trabalho, a CGTP reclama «uma política global, coordenada e coerente, que combata eficazmente a ilegalidade e a precariedade de emprego, garantindo a efectivação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores».

Como ponto de partida para a definição da política de rendimentos, a CGTP sublinha que «a redução dos custos com o trabalho, verificada no passado, não teve efeitos práticos positivos no emprego», pelo que a central recusará a imposição de novos sacrifícios aos trabalhadores em nome de promessas de eventual futura criação de empregos. As promessas eleitorais devem ser cumpridas «nos termos exactos» em que foram formuladas na campanha e no programa do Governo, com o objectivo de «melhorar o poder de compra dos salários e de fazer uma aproximação à média comunitária»; devem ser previstas medidas na política salarial e fiscal para combater o agravamento das desigualdades na distribuição da riqueza e dos rendimentos; o salário mínimo e as pensões de reforma devem ter uma actualização significativa.

Como «problemas de fundo de toda a sociedade», a Segurança Social, a fiscalidade e a saúde

devem ser objecto de ampla discussão e consenso, para assegurar a universalidade dos direitos e uma maior justiça fiscal. Estas matérias, propõe a CGTP, devem ter tratamento autónomo e acordos específicos.

A Inter «recusa e denuncia» a intenção de proceder a uma revisão global da **legislação laboral**, preconizada pela CIP e admitida «pelo menos formalmente» pelo Governo, uma vez que tal propósito tem entre os seus objectivos «o esvaziamento do direito ao trabalho». A CGTP propõe que se avance para a sistematização da legislação laboral dispersa por vários diplomas, para facilitar a sua aplicação; enquanto decorrer esta sistematização, a cargo de uma comissão técnica que não poderá alterar a legislação existente, o Governo deverá abster-se de legislar neste domínio. Deverá ser valorizada a contratação colectiva, «com respeito pela autonomia e liberdade negocial das partes».

NACIONAL

Pais contra degradação de escola

A Associação de Pais e Encarregados de Educação e Amigos das Escolas Primárias de Serzedelo, Guimarães, decidiu encerrar segunda-feira passada a Escola Primária do Calvário, no lugar da Eirinha, em protesto contra o estado de degradação do edifício.

Em declarações à Agência Lusa, Francisco Ferreira de Oliveira, membro da direcção da associação, explicou que "a degradação do edifício implica um perigo constante para as crianças que a frequentam".

A decisão de encerrar a escola prende-se também com a exigência de medidas de segurança na zona de saída, face aos milhares de automóveis que circulam diariamente pela estrada municipal 310. De acordo com o dirigente associativo, "a Câmara e as autoridades escolares e viárias têm sido alertadas para a situação desde há dois anos".

Campo de tiro polui águas

A qualidade da água da barragem de Mourão, distrito de Évora, está ameaçada pelo campo de tiro situado próximo do local, devido à poluição causada pelas chumbadas.

O Núcleo Regional da QUERCUS denunciou o caso, advertindo que "a algumas dezenas de metros da albufeira encontram-se os furos de captação de água para o abastecimento público de Mourão, para uso dos animais e, em situações de carência, da própria população". Esta associação exige que o campo de tiro seja "implantado de forma a não poluir a albufeira."

Depois de uma seca de quatro anos, a QUERCUS considera "inadmissível que esta situação se mantenha, quando nalguns países europeus a própria caça com cartuchos de chumbo já foi proibida em muitas zonas húmidas devido à poluição que daí advém."

População contra aterro sanitário

A Comissão Representativa de Cidadãos Envolvidos na Defesa do Ambiente (CRCEDA), criada na sequência da contestação à instalação em Taveiro do aterro sanitário de Coimbra, anunciou que vai recorrer à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em nota divulgada a semana passada, a CRCEDA anuncia a intenção de enviar à PGR dois relatórios - um com as alegadas irregularidades praticadas pela Câmara neste processo e outro relativo à não divulgação, pelo Governo Civil de Coimbra, dos resultados das análises periódicas às águas.

Na nota, refere-se a existência de "certezas quanto à contaminação das águas por metais pesados", pelo que se exige a realização imediata de análises às águas superficiais e subterrâneas de todos os poços, furos artesanais, fontes de abastecimento público e águas da Ribeira de Reveles, Vala do Sul e Paúl de Arzila.

Cooperação

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM) assinaram, em Lisboa, um protocolo de cooperação que visa a troca de experiências entre as duas entidades.

O protocolo foi assinado no âmbito do XXIII Congresso Ibero-Americano de Municípios - que decorreu no Centro Cultural de Belém, Lisboa - pelos respectivos presidentes das associações. O acordo foi fundamentado nas "razões históricas com quatro séculos e relações bilaterais entre o Brasil e Portugal", países que "desfrutam da mesma língua e partilham a mesma cultura".

Segundo o protocolo, a ANMP e a ABM vão promover a realização de seminários locais com a participação das universidades nas áreas de finanças, administração municipal, educação, saúde, meio ambiente e planeamento.

Cine Eco 96

Está a decorrer na cidade de Seia, até 3 de Novembro, o "Cine Eco 96", festival internacional de cinema e vídeo da Serra da Estrela, organizado conjuntamente pela Câmara Municipal de Seia, Parque Natural da Serra da Estrela, Região de Turismo da Serra da Estrela, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE) e Instituto de Promoção Ambiental.

O festival visa incentivar a produção de obras audiovisuais que defendam o ambiente, o equilíbrio natural e a ecologia, e debatam temas como a harmoniosa inserção do Homem na natureza, particularmente nas regiões serranas e montanhosas com que a Serra da Estrela possa estabelecer comparações.

O programa do "Cine Eco 96" inclui, entre outras secções, uma sobre "outras terras, outras gentes", cujo objectivo é "ter como referência comum a relação do homem com o seu habitat natural".

Intitulada "ameaças do futuro, hoje", outra secção do festival vai debruçar-se sobre as "ameaças reais que pairam sobre a terra e as sociedades contemporâneas".

A importância da água no mundo rural

A Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português (ARP) realizou, sábado passado, em Évora, um colóquio sobre "A água e sua importância estratégica no desenvolvimento do mundo rural". Participaram representantes de duas organizações espanholas: Plataforma Rural e a Associação de Cooperativas da Extremadura, além da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos e da Associação Nacional de Freguesias.

A definição de uma nova política em relação aos rios internacionais, no que respeita às questões de qualidade e quantidade da água - foi uma das propostas defendidas em Évora, de par de uma "enérgica negociação" de novos convénios, ou um novo convénio, que envolva não só os Governos dos dois países ibéricos mas também os representantes de todos os utilizadores deste recurso.

"É tempo de salvaguardar os interesses mútuos e de dividir equitativamente a água disponível", afirmou Joaquim Casimiro, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), filiada na aliança.

Durante os trabalhos foi também defendida a elaboração de um Plano Nacional da Água e dos Planos de Bacia, que assentem no levantamento das disponibilidades hídricas (quantidade e qualidade) e das necessidades do país.

O reforço das competências do Conselho Nacional da Água e dos Conselhos de Bacia e a construção da Barragem de Alqueva, no Guadiana, foram outros dos pontos focados pelos responsáveis da Aliança.

A ARP considera também necessária a elaboração de um programa de investimentos públicos e de incentivos ao investimento privado, que aumente a capacidade de armazenamento de água, desenvolva

novos regadios e recupere regadios já existentes.

Defende ainda a racionalização e optimização da água, particularmente ao nível do

Separar o trigo do joio

Milhares de agricultores estão a ser notificados para devolverem dinheiro das ajudas à produção e ao rendimento das culturas arvenses, respeitantes a 1994 e 1995, por se terem registado eventuais erros nas respectivas candidaturas.

Face a esta situação, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) sublinha a necessidade de "permitir, em prazos

proprietários absentistas habituados a toda a espécie de impunidades e privilégios", da realidade, bem diversa, dos pequenos e médios agricultores, a braços com "as dificuldades técnicas que têm no preenchimento das candidaturas".

A Confederação defende a prorrogação do prazo para as reclamações e a descentralização dos processos dos agricultores pelas diferentes Zonas Agrárias; que os agricultores possam mandar as suas organizações, para que sejam estas a



Alentejo - a água é uma necessidade vital

abastecimento público e da rega, modernizando e melhorando estes sistemas.

A floresta, como elemento regulador do ciclo da água, e a ponderação da escolha das culturas agrícolas em função das condições das diferentes regiões e das exigências hídricas das culturas, foram igualmente preconizadas no colóquio de Évora.

razoáveis, que os agricultores possam esclarecer a respectiva situação, até para separar o trigo do joio".

Isto porque, afirma a CNA, há que distinguir situações como a de "fortes indícios de fraudes cometidas por certas empresas, como aquela criada pela CAP nos cereais e exactamente para isso", ou os "casos de grandes

"intermediar as reclamações a fazer".

A direcção da CNA sublinha ainda ser "cada vez mais indispensável que o Ministério da Agricultura crie uma Comissão Consultiva, com a participação de todas as Organizações Agrícolas, para debater o processo de transferência de funções e serviços do Estado".

Verdes questionam "Projecto Combo"

Dirigentes do Partido Ecologista "Os Verdes" sublinharam, em conferência de imprensa no Porto, ser inconcebível que os responsáveis governamentais admitam avançar com o sismo artificial previsto, no quadro do "Projecto Combo", sem terem certezas quanto às suas consequências.

Heloísa Apolónia, da direcção de "Os Verdes", lamentou ainda a falta de esclarecimento "sério e eficaz" junto da população, autarquias e grupos políticos.

"Ainda ninguém garantiu que a segurança da população, do património, da fauna e flora marinhas não serão afectadas", sublinhou.

"Há muita coisa em jogo", disse, salientando que "a actividade piscatória sairá certamente prejudicada".

No encontro com a imprensa foram também apresentadas as conclusões de uma série de iniciativas e encontros realizados na zona do Porto.

Heloísa Apolónia destacou a reunião com a Administração do Porto do Douro e Leixões (APDL), em que foram abordados os projectos e questões que envolvem a jurisdição da instituição, designadamente no que se refere ao meio ambiente e a qualidade de vida da população.

Referindo-se ao projecto de construção de molhes na Foz do Douro, a dirigente de "Os Verdes" manifestou-se preocupada quanto à influência que eles terão nas correntes do rio Douro.

Dos contactos efectuados, "Os Verdes" salientaram também a sua participação no debate "O Litoral de Gaia", organizado pela Associação de Estudantes da Escola Secundária dos Carvalhos.

Heloísa Apolónia referiu as construções na orla costeira e o desordenamento elevado que se verifica naquela zona, considerando ser urgente deter "esta política de construções".

Lixeira de Trajouce

A deputada Isabel Castro apresentou à Assembleia da República um requerimento, dirigido ao Ministério do Ambiente, em que se questiona a actual situação da lixeira de Trajouce, que serve os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.

A lixeira continua a funcionar em "deploráveis condições ambientais e sanitárias" - denuncia a deputada de "Os Verdes" - pelo que se levantam algumas questões. Antes do mais, - como admite o Ministério do Ambiente o arrastamento de uma situação insustentável. Por outro, que estudos já terão sido avançados. Quer ao nível das consequências - grau de contaminação da água e dos solos, com vista "à posterior recuperação da zona". Quer ao nível de alternativas - que soluções alternativas "já foram elaboradas e que avaliação do impacte ambiental (estudo e consulta pública) vai ser feita antes da escolha do novo local para a futura unidade a instalar".



Manifestação em Lisboa, frente ao Ministério da Educação

Estudantes manifestam-se contra alterações à Lei de Bases

Estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra saíram à rua a semana passada para se manifestarem contra as alterações à Lei de Bases.

Em Lisboa, estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e de Letras da Clássica, concentraram-se frente ao Ministério da Educação (ME) para protestar contra a nova Lei de Bases, o projecto de portaria de Habilitações para a Docência e contra a reintrodução de propinas, solidarizando-se ainda com os colegas boicotantes.

Os universitários de Lisboa consideram que o ME optou

por alterações pontuais "ao invés de proceder a uma reestruturação global do sistema de ensino" e denunciam que "o desemprego é a maior saída profissional para as ESEs (Escolas Superiores e Educação), universidades e politécnicos".

Os estudantes sublinham que "este diploma não resolve o problema das colocações nas escolas e nada mais vem fazer que tentar virar estudantes contra estudantes que, de costas,

não terão capacidade de resposta quando for oportuno lançar uma lei de financiamento que inclua propinas".

No Porto, mais de mil alunos das faculdades de Letras, Ciências, Ciências do Desporto e Educação Física e Belas-Artes, concentraram-se frente à Reitoria da Universidade, sendo recebidos pelo reitor, que enalteceu a sua luta.

Também os estudantes das faculdades de Letras e de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra se manifestaram contra as alterações à Lei de Bases, recusando propostas que visem "alterações ao nível

da conferência de graus académicos e de habilitações para o ensino sem que se proceda previamente a uma definição coerente e racional sobre a natureza e competência dos diversos graus do ensino superior".

Os universitários de Coimbra alertam também para a necessidade de "redefinir os objectivos do ensino politécnico e universitário, sob pena de se criarem sobreposições desnecessárias em algumas áreas e lacunas noutras", responsabilizando o governo pela "instabilidade no ensino superior", com uma "ausência sistemática de uma política de educação".

JCP contra propostas de ME

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto considera inaceitáveis as alterações à Lei das Bases propostas pelo governo, antes do mais porque "terão reflexos na expansão do Ensino Superior Público pois pretendem, e tentam criar, uma situação em que os alunos permaneçam menos tempo no ensino".

A JCP considera que "o reconhecimento do Ensino Politécnico, estruturado diferentemente do Ensino Universitário, depende da atribuição de competências próprias a esse grau de ensino, e não de uma sobreposição de competências das licenciaturas, que lhe retirariam qualquer tipo de especificidade".

As alterações propostas têm também repercussões no financiamento do Ensino Superior Público, "não passando de mais uma tentativa de demissão do governo", denuncia ainda a JCP do Porto.

CDU analisa resultados eleitorais

A Comissão CDU da Ilha de S. Miguel, Açores, no balanço crítico das eleições regionais de 13 de Outubro, sublinha que, apesar da forçada bipolarização da campanha, a CDU reforçou a sua implantação eleitoral. A não eleição de Decq Mota resulta do próprio sistema eleitoral. "Os 2200 votos da CDU em S. Miguel não deram para eleger um deputado, mas 21 deles (entre o total de 52 que irão tomar assento no Parlamento Regional) foram eleitos com menos de 2000 votos", denuncia a CDU. A CDU/S. Miguel saúda "o fim do domínio absoluto do PSD" e aposta na continuação da luta "com vista à criação de condições para a transformação política regional, para o reforço da justiça social e para a defesa concreta de medidas de viabilização da economia regional".

Encontro CDU em Guimarães

A realização do VI Encontro da CDU no início de 1997, foi uma das decisões do V Encontro de Eleitos e Candidatos da CDU de Guimarães, que decorreu sábado passado nas instalações da Junta de Freguesia de Serzedelo.

No Encontro procedeu-se ao balanço da actividade das freguesias de presidência CDU, sublinhando-se que, apesar da falta de recursos, serão cumpridos todas as metas e objectivos. Um êxito só possível graças "à participação dos cidadãos" e ao estímulo à participação de todos na resolução dos seus problemas.

Nas freguesias onde está em minoria, a CDU soube "ser a voz do inconformismo, muitas vezes a única voz que se bateu chamando a atenção para os mais profundos anseios das populações, apresentando denúncias e propostas, recomendações e alternativas".

Preparação das autárquicas

A Comissão Coordenadora da CDU da Póvoa de Varzim divulgou, em conferência de imprensa realizada segunda-feira, o processo em curso da preparação das próximas eleições autárquicas e o nome do cabeça de lista da coligação à Câmara Municipal.

A CDU convidou Joaquim Cancela para se recandidatar nas autárquicas de 97, tendo em conta a sua intervenção no actual mandato que, segundo nota de imprensa, se tem pautado por um esforço colectivo para "um progresso urbanisticamente controlado e ordenado da cidade e do concelho, para um enorme acréscimo das actividades culturais, para o exercício mais transparente, legal, democrático e participado do poder autárquico local".

Problemas de Joane em análise

A CDU da vila de Joane realizou uma reunião para analisar a actual situação da vila e o trabalho que nela tem sido feito. No encontro, que reuniu os componentes da lista da CDU que concorreram às autárquicas de 93, concluiu-se que se mantêm as principais preocupações, nomeadamente a construção desenfreada de urbanização "sem lei nem regra", o crescente consumo e tráfico de droga, as carências no que respeita à água e saneamento básico. Foram ainda referidas algumas situações concretas, como as deficientes condições em que continua a funcionar o matadouro de Joane, o lançamento dos esgotos de uma empresa na nascente do ribeiro de Curtinhas, junto do qual existem algumas explorações de água, a necessidade de um espaço coberto para a prática de educação física na escola Bernardino Machado.

Matosinhos apoia ANAFRE

A Assembleia de Freguesia de Matosinhos, em sessão de 25 de Outubro, aprovou uma Moção, apresentada pela CDU, de apoio às reivindicações formuladas pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE). Na Moção sublinha-se a contradição entre as expectativas quanto ao "reforço das competências e meios de intervenção dos órgãos autárquicos das freguesias" e a política concreta que tem vindo a ser seguida pelo governo.

Urbano homenageado em Beja

Um amplo conjunto de personalidades das artes, das letras e da política portuguesa uniu-se para prestar uma grande e justa homenagem a um dos mais ilustres escritores portugueses do nosso tempo - Urbano Tavares Rodrigues.

A cerimónia decorreu na Biblioteca Municipal de Beja, no passado dia 24, e teve como ponto alto a apresentação do seu novo livro intitulado "A Luz da Cal", um testemunho notável do Alentejo, ilustrado com fotografias de António Homem Cardoso.

Patrocinado pela Associação de Municípios do Distrito de Beja, o livro leva-nos à descoberta do mais puro Alentejo, da terra-mãe do escritor, quase como se na realidade este estivesse lado a lado connosco na viagem, servindo-nos de guia, num percurso salpicado com intensos laivos biográficos.

Muitos foram os telegramas de felicitações enviados, entre os quais o de Jorge Sampaio, de Mário Soares, Lino de Carvalho, Teresa Patrício Gouveia, Mário Castrim, Matilde Rosa Araújo, Maria do Céu Guerra, Manuel Alegre, Luiz Francisco Rebello, Ferrer Correia, entre outros.

No auditório, completamente cheio, vieram-se autarcas de todo o Alentejo, lado a lado com figuras tão conhecidas como por exemplo Vasco Gonçalves, Dias Lourenço, Aurélio Santos, José Soeiro, Cláudio Torres, Fausto, Pilarço, Mourão Ferreira ou Chichorro.

Ao escritor João de Melo coube a apresentação do livro. Fê-lo através de um texto por si escrito para a ocasião: "O Imaginário Alentejano de Urbano Tavares Rodrigues", em que aproveitou para caracterizar em traços largos a obra deste, constituída por quase uma centena de títulos, desde "A Porta dos Limites", "Aves da Madrugada", "Bastardos do Sol", passando por

"Insubmissos", "Contos da Solidão", "A Vaga de Calor", "Deriva" até ao recente "A Hora da Incerteza".

Como dizia João de Melo, "é uma literatura de combate e de experiência pessoal. Chama a si a crónica miúda e persistente deste último meio século português, ela mesma o trânsito de um país que viajou das trevas profundas para a luz da liberdade e das dos universos das injustiças sociais, da opressão, da cadeia e de todos os abusos para a celebração do país do povo, da terra, da revolução e da fraternidade".

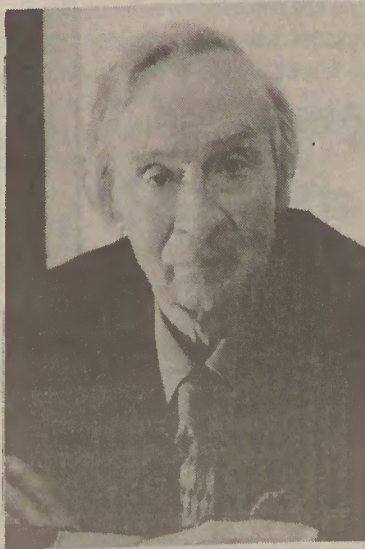
Filho do Alentejo, Urbano sente-o profundamente como escritor e este seu novo livro é evidência disso, um completo itinerário alentejano marcado com bastante intensidade quer pelo seu coração quer pelo olhar de Homem Cardoso.

"Compreendi que o meu destino estava verdadeiramente ligado ao mundo do Alentejo, dos trabalhadores rurais, dos pequenos camponeses e por esses, por um Alentejo diferente eu havia de lutar, de escrever, havia de viver", diz o escritor, o homem que escolheu a literatura ainda em plena época fascista para "denunciar a injustiça, a falta de liberdade" e reproduzir a dura e sinistra

realidade daqueles tempos, tanto quanto a censura lho permitia, tendo mesmo algumas vezes livros apreendidos e chegando a ser preso.

Uma exposição bibliográfica e iconográfica sobre o homenageado patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e Editorial ÉTER/Jornal de Cultura foi inaugurada após a cerimónia de apresentação de "A Luz da Cal", seguindo-se um concerto de piano pelo maestro Vitorino de Almeida, no Governo Civil de Beja.

■ Rosário Fernandes



INTERNACIONAL

Bélgica

Greve geral em defesa dos salários

BSE

Uma equipa de cientistas britânicos detectou o «primeiro indício directo» da existência de uma transmissão ao homem do vírus da BSE, a chamada doença das «vacas loucas». Segundo um artigo publicado na revista «Nature», a transmissão faz-se por via oral. Este estudo vem reforçar a teoria que defende que «a nova variante da doença de Kreuzfeldt-Jacob é uma consequência da BSE». Entretanto, a Comissão Europeia propôs aos governos dos Quinze um sistema de identificação e registo dos bovinos com marcas auriculares individuais, o passaporte para cada animal e registos individuais. Este dispositivo existe já em França.

Escravidão na Serra Leoa

Centenas de pessoas que pareciam «esqueletos vivos» foram encontradas na Serra Leoa por elementos do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, depois de servirem como escravos à Frente Revolucionária Unida, durante cinco anos. Segundo aquele organismo da ONU, milhares de outras pessoas poderão ter sido escravizadas pelos rebeldes. A guerra civil em que a Serra Leoa está mergulhada desde 1991 provocou a morte de mais de dez mil pessoas e levou ao exílio dois milhões e meio de habitantes.

Distúrbios nos EUA

Mais uma vez a discriminação racial deu azo a cenas de violência nos Estados Unidos. Desta feita, na quinta-feira passada registou-se um motim em São Petersburgo, na Flórida, que ameaçou transformar-se numa repetição dos ocorridos em Los Angeles há alguns anos. Duas horas depois de um polícia ter morto um jovem negro numa operação STOP, centenas de pessoas, apelidando as autoridades de «fascistas» e exigindo que «acabem com a brutalidade», envolveram-se em confrontos com a polícia de choque e incendiaram prédios e lojas. O Mayor decretou o «estado de emergência» face ao perigo de alastramento dos distúrbios.

Polónia aprova aborto

O Parlamento polaco aprovou na semana passada a liberalização do aborto proposta pelo Governo. A nova lei autoriza a interrupção voluntária da gravidez até à 12ª semana de gestação, em especial no caso de «graves dificuldades materiais ou pessoais da mãe». A legislação em vigor até agora punia a prática do aborto com dois anos de prisão, salvo em raras situações.

Cessar-fogo no Curdistão

O cessar-fogo acordado entre as duas facções curdas em confronto no norte do Iraque foi já violado diversas vezes. As forças do Partido Democrático e da União Patriótica trocaram tiros na manhã do acordo. Segundo testemunhas citadas pela agência Lusa, o exército da União Patriótica tomou a

A greve geral convocada pela Federação Geral dos Trabalhadores Belgas (FGTB), uma semana depois da «Marcha Branca» de Bruxelas em memória das crianças vítimas de pedofilia, é mais um sinal evidente de que a Bélgica está a braços com uma profunda crise que está longe de ser apenas moral.

Após dois anos de congelamento de salários imposto pelo governo em nome da competitividade, da contenção de despesas e dos critérios de Maastricht, um novo sistema de aumento de salários deve entrar em vigor em Janeiro do próximo ano. As negociações para o efeito foram falseadas desde o início, com o governo

e o patronato a imporem um tecto de difícil aceitação: o aumento de salários não poderá ultrapassar o aumento médio dos salários na Alemanha, França e Holanda. Uma perspectiva pouco ou nada satisfatória, numa altura em que a política seguida naqueles países tem como palavra de ordem a contenção orçamental.

A pretexto da greve de segunda-feira, o patronato suspendeu as negociações, afirmando não estar disposto a negociar «com o cutelo no pescoço». Na verdade, a medida serve para que seja o governo, a partir de 4 de Novembro, a tentar um acordo... ou a impor o «acordo» pretendido.



Numa greve geral que a comunicação social ignorou, tal como as inúmeras lutas laborais que diariamente assolam o país, os belgas disseram bem alto que é preciso mudar o sistema de exploração e corrupção em que vivemos

Zaire

A catástrofe anunciada

No Zaire, centenas de milhar de refugiados estão abandonados à sua sorte sem abrigos, alimentos, água potável e medicamentos. Segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), na segunda-feira 500 mil pessoas encontravam-se em fuga pelas estradas da região de Goma. Os números aumentam constantemente. Não foi detectada qualquer epidemia, mas a aproximação da estação das chuvas faz recear esse problema.

A fuga maciça da população iniciou-se porque os *banyumulengues*, um grupo de etnia tutsi de origem ruandesa, avançaram para o Zaire, reclamando o direito de residência naquele país, pelo facto de há dois séculos se ter radicado nas províncias de Kivu Sul e Kivu Norte. O governo de Mobutu Sese Seko não os aceita.

Os *banyumulengues* são um grupo minoritário que desde há alguns séculos se considera como uma classe social privilegiada e instruída. Neste conflito contam provavelmente com o apoio do Burundi e do Ruanda (liderados respectivamente pelos tutsis Pierre Buyoya e Pasteur Bizimungu).

Os confrontos e o recente golpe de Estado nos países vizinhos anunciavam há algum tempo que a situação poderia repetir-se no Zaire. Contudo, as consequências são mais graves e a ACNUR afirma já que é possível «uma catástrofe humanitária maior que a de 1994», acrescentando que a situação é «desesperada».

A União Europeia já mandou evacuar os cerca de 400 europeus residentes no Zaire e na sua declaração apelida a situação como «desastrosa». Os Quinze enviaram Aldo Ajello para promover o diálogo entre o Zaire e o Ruanda.

O Ruanda, por seu lado, nega qualquer interferência no conflito e considera que é inútil uma conferência sub-regional para resolver a questão, como foi proposto por Butros Ghali, secretário-geral da ONU.

A greve, particularmente sentida na Valónia e em Bruxelas, onde a FGTB domina, afectou sobretudo os transportes, os correios (em reestruturação) e os serviços públicos, justamente os sectores mais afectados com a política restritiva imposta pelos critérios de Maastricht. No sector industrial, os metalúrgicos - sector onde as greves locais se multiplicaram nas últimas semanas - voltaram a marcar presença.

O facto de estes serem justamente os sectores onde se

registaram paralisações espontâneas em protesto contra o afastamento do juiz Connerotte do caso Dutroux não é certamente mera coincidência.

O significado desta greve, silenciada nos principais meios de comunicação, não pode ser escamoteado. Basta ter em conta que ocorre quando na Bélgica se regista uma taxa de desemprego da ordem dos 14 por cento (em certas regiões da Valónia chega a atingir os 30 por cento); após décadas de paralisia ditada pelo medo de

perder o emprego; e num país que, sendo sede das principais instituições europeias, não tem por tradição opor-se às decisões dos Quinze.

A crise aberta com a descoberta da rede de pedofilia veio pôr em causa todo o sistema, mostrar que muita coisa vai mal na paz podre que se vive no velho continente e demonstrar que, afinal, ao contrário dos que alguns tanto se empenham em afirmar, a luta de classes aí está, bem viva, em pleno coração da Europa.

Argélia

Um referendo polémico

Um dos principais partidos da oposição argelina, a Frente das Forças Socialistas (FFS), apelou sexta-feira ao «não» no referendo sobre a revisão da Constituição, agendado para 28 de Novembro.

O apelo foi feito pelo primeiro secretário do partido, Seddik

Debaili, que considera a revisão constitucional um «projecto totalitário do poder».

Já num comunicado divulgado a 28 de Setembro a FFS havia rejeitado o projecto de nova Constituição, no seu entender «destinado a instaurar uma ditadura constitucional», e exigido a

realização de eleições legislativas «verdadeiramente justas e livres».

A futura Constituição prevê a criação de duas câmaras no Parlamento, uma das quais, o «Conselho da Nação», terá 2/3 dos membros eleitos por sufrágio indirecto e 1/3 designado pelo presidente da República.

Para a FFS, esta segunda câmara destina-se a limitar as prerrogativas da Assembleia Nacional, eleita por sufrágio universal directo.

O projecto de revisão preconiza ainda a proibição pela Constituição dos partidos políticos que invocarem a religião ou a língua «amazig» (berbere), argumentos privilegiados por organizações extremistas como argumentos no exercício da política.

Segundo o presidente do Conselho Constitucional argelino, Said Bouchar, que esteve a semana passada em Portugal, «com as primeiras eleições para a presidência da República verdadeiramente pluralistas, e com a recente assinatura da Plataforma de Entendimento Nacional por vários partidos, em 15 de Setembro passado, a Argélia está em vias de passar a uma fase nova, de pluralismo e de alternância política».

Durante a sua estada em Portugal, o presidente do Conselho Constitucional argelino, Said Bouchar, efectuou visitas a diversas instituições políticas portuguesas, nomeadamente o Tribunal Constitucional e o Supremo Tribunal de Justiça.

Entretanto, no domingo, a instância executiva da Frente Islâmica de Salvação (FIS, dissolvida) no exterior acusou as forças armadas argelinas de terem disparado sobre um grupo de operários, causando a morte a dois deles, numa localidade do leste do país. A FIS afirma que os militares dispararam, com armas automáticas, sobre um grupo de trabalhadores agrícolas que regressava da recolha de cortiça.



A situação política na Argélia continua instável. O referendo do próximo mês ameaça tornar-se em mais um pomo de discórdia nacional

INTERNACIONAL

Alemanha Metalúrgicos em luta

Dezenas de milhar de metalúrgicos paralisaram o trabalho e manifestaram-se na passada quinta-feira, na Alemanha, em protesto contra a prevista redução dos subsídios de doença, assim que se tornou conhecido o malogro das negociações com os representantes do patronato.

O fracasso das negociações, segundo informações veiculadas pelo diário L'Humanité, ficou a dever-se à intransigência do patronato. Dizendo-se disposto a aplicar as convenções colectivas que estabelecem que os subsídios de doença devem ser iguais a 100 por cento do salário durante as seis primeiras semanas, o patronato exige compensações para aplicar as referidas convenções, designadamente a diminuição dos salários em termos reais.

Uma «proposta» que os trabalhadores alemães entendem como uma provocação e que está a provocar o incremento da luta em defesa dos seus direitos.

Respondendo ao apelo do sindicato IG Metall (que conta com 3 milhões de filiados), os trabalhadores paralisaram nas

fábricas Thyssen e Krupp (siderurgia), Mercedes-Benz e Audi (automóveis) nomeadamente.

Na Audi, em Neckarsulm, 4.500 pessoas participaram em acções de protesto, e em Stuttgart-Feuerbach mobilizaram-se cerca de 5.000 assalariados do fornecedor Bosch.

No Ruhr, as seis empresas de aço de Bochum (Ouest) paralisaram. «A produção de aço parou em toda a cidade», afirmou um porta-voz do IG Metall. A manifestação juntou cerca de 10.000 pessoas.

Nas empresas siderúrgicas da Renânia do Norte-Westefália, a produção parou na Thyssen, em Duisburg, e na Krupp Hoesch, em Dortmund. As negociações salariais à escala regional começaram entretanto nesta zona da Alemanha.



100 000 trabalhadores alemães desceram à rua em luta contra a redução dos subsídios de desemprego, a 24 de Outubro. Uma data muito especial: o 40º aniversário de uma greve que passou à história como um marco fundamental da luta operária por direitos sociais. Os mesmos direitos que agora o governo de Kohl pretende pôr em causa

Segundo Ursula Engelen-Kefer, vice-presidente da confederação sindical DGB (que conta com 10 milhões de aderentes), após o fracasso das negociações a nível sindical «tudo depende agora do que se conseguir a nível regional».

A federação patronal Gesamtmetall condenou as manifestações, afirmando em comunicado que «provocam prejuízos duradouros à competitividade alemã, na medida em que mostram aos investidores que a manutenção

das regalias sociais é mais importante do que defesa da competitividade».

O secretário-geral do SPD (social-democrata), Franz Müntefering, afirmou por seu turno que os trabalhadores se sentem «vítimas de um pacto injusto estabelecido entre o governo e os patrões».

O patronato pretende reduzir os subsídios de doença para 80 por cento do salário bruto durante as seis primeiras semanas de baixa, de acordo

com a legislação aprovada pela coligação governamental do chanceler Helmut Kohl em meados de Setembro, no âmbito de um plano mais vasto para a redução drástica das despesas sociais.

As acções de luta de dia 24 coincidiram com o 40º aniversário do início da grande greve de 1956, a mais longa do pós-guerra, e que justamente consagrou o direito ao reembolso a 100 por cento em caso de doença.

As recentes eleições na Nicarágua

■ Honório Novo

Na Nicarágua, país de longa e bem conhecida história de ditaduras e dominação estrangeira, actualmente o mais pobre da América Central, tiveram lugar eleições gerais no passado dia 20 de Outubro. Um processo difícil e complexo, desde a inexistência de recenseamento permanente (que teve de ser feito de raiz), até à realização simultânea de seis eleições (Presidência da República, deputados à Assembleia Nacional, deputados regionais, presidentes de Câmara, conselheiros municipais, deputados ao Parlamento Centro-Americano), com seis boletins de voto, cada um dos quais com vinte e quatro forças políticas concorrentes (!). Num país com enormes debilidades, onde os transportes são muitas vezes feitos de... mula, onde falta electricidade e as comunicações telefónicas são deficientes, onde o analfabetismo volta a atingir mais de 35% da população, são evidentes as dificuldades deste processo, ainda por cima (multi)eleitoral.

A cooperação técnica e financeira da comunidade internacional (na qual a UE e alguns dos seus estados-membros, individualmente, participaram com mais de 50%) foi decisivo para a concretização de todo o processo eleitoral. A presença durante a votação de centenas de observadores internacionais — entre os quais se contava uma delegação de cinco eurodeputados —, foi (apesar dos atrasos na abertura de mesas de voto, da impaciência de horas de espera nas filas, da enorme lentidão das contagens, e de outros problemas) garantia, senão do rigor, pelo menos de uma tradução mínima do sentido de voto.

Principais candidaturas: a FSLN, e o seu candidato Daniel Ortega, e a Aliança Liberal (AL) e o seu líder Arnoldo Aleman (advogado ligado ao somozismo que reuniu a extrema-direita e a direita mais conservadora do país); das outras candidaturas, de centro-direita ou centro-esquerda, mais as tradicionais e revolucionaríssimas m-l, não rezará a histó-

ria dos votos, pois apenas duas ou três das restantes vinte e duas obterão lugares (mais ou menos isolados) na Assembleia Nacional, condição *sine qua non* imposta pela Lei Eleitoral para continuarem a desempenhar actividade política.

As interferências no processo

A campanha eleitoral terminou a 16 de Outubro. Nesse dia, AL e FSLN encerram campanhas com comícios em Manágua, no mesmo local. De manhã, Aleman, a meio da tarde, Ortega. Todos os observadores testemunham a enorme diferença de participação popular, com clara vantagem para a FSLN que reuniu cerca de trezentos mil apoiantes.

Este facto e porventura as últimas sondagens que, apesar de certa falta de credibilidade, davam indícios de uma clara recuperação de Ortega fazem «saltar a tampa» daqueles que deveriam permanecer neutros. E que nos três dias de reflexão, de 16 a 20, decidem intervir na campanha, manipulando de forma indevida a consciência popular. Foi a Presidente da República, Violeta Chamorro, a abandonar o centro e a decidir-se pela direita conservadora, anunciando que «não votaria Ortega», foi a confederação patronal a reavivar fantasmas e apelar à concentração de votos nos herdeiros do somozismo; foi a homilia do arcebispo de Manágua, a 17 de Outubro, falando de víboras disfarçadas; foi um serviço religioso logo a seguir organizado, ainda a tempo de mostrar Aleman ao lado do arcebispo lendo os evangelhos; foi a declaração do Departamento de Estado americano recordando que, afinal, Ortega era o inimigo de ontem... Tudo com total e insistente cobertura noticiosa dos órgãos de comunicação social, todos a prosseguirem a campanha eleitoral para lá do encerramento, até ao dia da votação.

Os resultados provisórios...

Os atrasos na contagem causaram evidente tensão e mal-estar. O escrutínio concentrou-se no Centro Nacional de Contagem sob a direcção do Conselho Superior Eleitoral (CSE) de cuja decisão final não há lugar a recurso. Em todas as assembleias de voto havia sempre mais de uma dúzia de fiscais das diferentes forças políticas, que não arredaram pé e aí permaneceram bem mais de doze horas. Finalizado o apuramento, as cópias das actas, assinadas pelos membros da mesa e pelos fiscais, eram distribuídas a todos os representantes das forças políticas, após o que se enviavam os resultados, por telegrama, ao Centro Nacional de Contagem.

Os resultados processados com base nestes telegramas foram sendo conhecidos muito lentamente (às três da manhã de 21 de Outubro, com apenas 2,58% dos votos contados, e uma diferença de 48% para 39%, já Aleman proclamava vitória na primeira volta...).

Curioso é assinalar que, antes do acto eleitoral, o candidato da AL foi o único de entre os vinte e quatro que nunca afirmou claramente aceitar a correcção do processo eleitoral e os resultados daí decorrentes. Por seu lado, Daniel Ortega afirmou antecipadamente que a FSLN reconheceria os resultados após a conclusão oficial da contagem nos termos previstos na Lei Eleitoral.

Os resultados apurados com base nos telegramas enviados pelas assembleias de voto, são favoráveis ao candidato da AL à Presidência da República por uma margem de cerca de nove pontos percentuais. Só que estes resultados são, à base da Lei, provisórios.

... e a confirmação solicitada por várias forças políticas

Por isso, e perante a suspeita de que há muitos telegramas viciados que não tradu-

zem o apuramento constante das actas do escrutínio cujas cópias estão na posse dos fiscais das forças políticas, a FSLN solicitou a reconfirmação de contagem através das actas, e consequente confrontação com o teor dos telegramas. Segundo Ortega, podem estar em causa mais de sessenta mil votos, seguramente suficientes para estreitar a diferença entre a FSLN e a AL e, eventualmente, obrigar a uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados, o que acontecerá caso nenhum deles atinja mais de 45% dos votos válidos.

Igual procedimento foi solicitado nas restantes eleições onde, sublinhe-se, os resultados provisórios das duas principais forças políticas eram muito mais próximos e onde, consequentemente, a importância de uma recontagem pode assumir papel ainda mais determinante. Designadamente na Assembleia Nacional, onde a diferença entre a AL e a FSLN é de dois/três pontos percentuais, e a formação de maiorias pode depender de forma decisiva de uma contagem rigorosa e isenta de vícios.

Este procedimento está previsto na Lei Eleitoral e os resultados só serão oficiais após a sua conclusão. Aliás, as dúvidas, que devem ser fundamentadas, pois havia uma enorme quantidade de fiscais eleitorais em todas as mesas, não são exclusivas da FSLN. Mais de uma dezena de outros partidos concorrentes solicitaram também a recontagem por intermédio das actas, e até Jimmy Carter, ex-presidente americano e observador eleitoral, corroborou a legalidade da solicitação sandinista.

Alguma comunicação social (local e não só) deturpou claramente a intenção desta solicitação, afirmando que a FSLN não queria aceitar os resultados eleitorais. As intenções são claras por parte de quem antes do acto eleitoral nunca afirmou aceitar os resultados e que, agora, pretende pressionar para que o processo não se conclua de acordo com a lei.

É que os resultados provisórios, mesmo que eventualmente viciados, já lhe servem os interesses...

capital do Curdistão pouco antes da entrada em vigor do cessar-fogo.

Direitos humanos na Turquia

A Amnistia Internacional lançou no sábado uma campanha em mais de 20 países pelos direitos humanos na Turquia, tendo como principal objectivo a reforma dos procedimentos de detenção e a redução do período máximo de detenção sob custódia policial, que é actualmente de 30 dias. Em 1995, pelo menos 30 turcos «desapareceram», enquanto no ano anterior se registaram mais de 50 casos de «desaparecimentos». Segundo o Grupo de Trabalho sobre Desaparecidos criado pela ONU, os «desaparecimentos» continuam em todo o país.

200 mil manifestam-se em Itália

Cerca de 200 mil estudantes dos Ensinos Secundário e Superior manifestaram-se contra a reforma do sistema educativo em mais de 70 cidades italianas, na sexta-feira. Os estudantes, que decretaram greve às aulas, reivindicam o acesso directo à universidade, a supressão dos «numerus clausus», a representação estudantil equivalente à dos professores nos órgãos colegiais e um estatuto de direitos dos estudantes. «As nossas ideias farão a escola» foi a palavra de ordem mais ouvida.

Paquistão em greve

O comércio paquistanês parou totalmente no sábado em resposta à greve convocada pelo principal partido da oposição, exigindo a demissão da primeira-ministra, Benazir Bhutto. Em Lahora, no leste do país, dezenas de estudantes saíram à rua acusando Bhutto de corrupção e má gestão financeira. No dia seguinte, centenas de islamitas manifestaram-se na periferia da capital contra a política do Governo.

Lutas no Canadá e na França

Dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se em Toronto, no sábado, contra as restrições orçamentais do Governo de Ontário, que levaram já ao encerramento de vários hospitais, ao despedimento de muitos funcionários públicos e reduziram as ajudas sociais em 22 por cento. No dia anterior, os serviços públicos da cidade entraram em greve, bem como os transportes. Em França, estão já agendadas várias jornadas de luta. As cinco federações das indústrias de vestuário, couro e têxteis organizaram ontem uma jornada nacional pelas questões do emprego e a redução do horário de trabalho sem a diminuição dos salários. As reivindicações tomaram diversas formas: greves, suspensão de trabalho e petições.

Para 14 de Novembro está prevista uma greve dos jornalistas pela manutenção do abatimento fiscal de 30 por cento. Dia 20 realiza-se uma manifestação nacional em frente à Assembleia Nacional contra a privatização do grupo electrónico Thomson.

Encontro de quadros da ORL PS está a instrumentalizar aparelho de Estado

O PS prepara-se para instrumentalizar o aparelho de Estado já nas próximas eleições autárquicas. «É o regresso aos sacos azuis», denunciou Carlos Carvalhas, no encerramento do Encontro Distrital de Quadros da ORL, realizado no passado sábado, na Faculdade de Ciências de Lisboa. Carlos Carvalhas não deixou margem para dúvidas: ao mesmo tempo que o FEF não é cumprido, a verba do próximo Orçamento de Estado para os chamados contratos-programa entre Governo e as autarquias, aumenta 52 por cento! Fica por saber quem serão ao certo as autarquias contempladas, mas ninguém arriscará muito se pensar que as beneficiadas serão sobretudo as câmaras PS. De resto, o PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) mostra claramente a sua opção eleitoralista. Como frisou o secretário-geral do PCP, só no distrito de Lisboa os exemplos abundam:

O PIDDAC tem inscritas 19 instalações de forças de segurança das quais 9 em concelhos PS (Azambuja 1; Alenquer 1; Cascais 3; Sintra 2; e Torres Vedras 2). Lisboa recebe 5 e Mafra (PSD) recebe 1. Nos concelhos CDU surgem 2 instalações em Loures 2 na Amadora, sendo que destas, 3 vão para freguesias PS (Damaia, Brandão e Santo António dos Cavaleiros). Na área da Saúde estão inscritos 18 centros de saúde, 11 dos quais recebem dotações simbólicas. É o caso Alcábaldeche, Estoril, S. Domingos de Rana e Santo António dos Cavaleiros contemplados com 2.500 contos; Póvoa de Santo Adrião, S. João da Talha, Paço de Arcos e Ericeira, com 5 mil contos; e Olivais, Odivelas e Torres Vedras, com 10 mil contos. A par desta engenharia eleicoeira, Carvalhas observou que projectos fundamentais, prometidos pelo PS antes das eleições, não estão incluídos no PIDDAC/97. É o caso do metro ou eléctrico rápido no corredor de Odivelas, o Hospital de Loures, o prolongamento do metro até à Falagueira/Venda Nova, a partir da Estação da Pontinha, ou

ainda o prolongamento do Metro até Sacavém a partir da futura gare do Oriente, entre outros. Falando para cerca de três centenas de quadros comunistas da ORL, o secretário-geral do PCP condenou ainda a atribuição de 60 milhões de contos aos latifundiários do Alentejo como indemnizações pela reforma agrária: «O Governo dá 60 milhões a meia dúzia de famílias, mas diz que não há dinheiro para aumentos salariais dos trabalhadores.» Sobre o quadro político em que se realizarão as eleições autárquicas, Carvalhas disse que «o PS já está em perda. Muitos que nele votaram estão desencantados». Por outro lado, salientou os perigos decorrentes dos acordos entre PS e PSD em torno da revisão constitucional, alertando para a alteração da lei

- denunciou Carlos Carvalhas

eleitoral, que ao permitir os círculos uninominais irá distorcer o princípio da proporcionalidade. Ainda no encerramento do Encontro, António Andrez, do Executivo da DORL e do Conselho Nacional do PCP, falou das medidas para o reforço da interno do Partido e para a necessidade de organizar a luta contra a política de direita. Este dirigente deu realce à campanha em curso contra o desemprego, e manifestou apoio à marcha dos reformados no próximo dia 30 de Novembro, à jornada da CGTP-IN, bem como à vigília de 24 horas dos eleitos das freguesias, que hoje termina em Lisboa. Entre as medidas de reforço da organização, António Andrez referiu, em particular, as relativas aos sectores profissionais e às freguesias, falou do plenário mensal de militantes, do



envolvimento de jovens no trabalho de direcção, e de outras experiências com resultados positivos. Afirmando que é importante divulgar a obra realizada pelo eleitos do PCP e da

CDU nas autarquias, Andrez manifestou-se confiante em relação às próximas autárquicas: «Temos boas condições para obter um bom resultado»

Autárquicas 97

Uma batalha de todo o Partido

«O PCP encara com justificada confiança o objectivo de fazer progredir a diversificada representação política no conjunto das autarquias do distrito de Lisboa», afirma a resolução do Encontro de Quadros da ORL.

O documento, aprovado por unanimidade, recorda que, em 1993, «a par do reforço das posições de maioria», a CDU conseguiu conservar «importante presença em municípios de minoria (Azambuja, Alenquer, Oeiras e Cascais), aumentar o número de vereadores em Torres Vedras, recuperar a presença na vereação do município da Arruda, aproximar-se da eleição de um vereador em Mafra e manter em Sintra um resultado e uma presença que legitima a aspiração de discutir a presidência deste município».

Prevendo que, a exemplo de eleições anteriores, seja desencadeada «uma forte ofensiva» contra o PCP e a CDU ameaçando a forte posição no poder local, o Encontro sublinhou a necessidade de «se encarar desde já a preparação das próximas eleições como uma batalha de todo o Partido a exigir a adopção de um conjunto de medidas indispensáveis para a travar com êxito».

Sacos «azuis» no orçamento

A análise dos comunistas da ORL chama a atenção para o facto de as próximas eleições autárquicas se disputarem com o Governo PS «em plena execução de um conjunto de políticas decorrentes da aplicação dos critérios de convergência nominal impostas pela 3ª fase da construção da União Europeia com potenciais repercussões negativas na sua imagem e prestígio. Os repetidos anúncios de um orçamento de contenção para 1997 destinados a preparar a opinião pública para o incumprimento de muitas das suas promessas deixam antever um ano de novos sacrifícios para as camadas trabalhadoras e mais desfavorecidas da população».

Simultaneamente, a resolução observa que o Partido Socialista dispõe de «uma importante margem de manobra fundada na instrumentalização do poder e dos dinheiros públicos que procurará não desaproveitar». Disto são exemplo «o intenso e notório activismo já em curso de ministros e secretários de Estado, a margem de manobra não controlada de acção do Governo Civil e da Comissão de Coordenação Regional, as verbas não consignadas do Orçamento de Estado para 1997, o jogo com os prazos de anúncio do lançamento de obras e o uso do montante injustificadamente elevado destinado para o próximo ano para contratos-programa».

Para além destes «recursos e argumentos que o PS não parece disposto a abdicar de utilizar na próxima batalha eleitoral» o documento chama a atenção para «a agitação patenteadada pelo PSD e o PP

(...) a propósito de um eventual acordo entre ambos com vista às eleições autárquicas», considerando que é reveladora da «fragilidade de apoio das populações e de falta de credibilidade da sua política autárquica. Incapazes de se afirmarem em torno dos problemas locais e das populações, PSD e PP procuram o espectáculo, protagonizado por ambos nos últimos tempos, ocupar espaço e protagonismo nos órgãos de comunicação social».

«Concretizem-se ou não os anunciados acordos em Lisboa ou em outros concelhos, o que move estes partidos, por mais que o tentem negar, é a lógica da mera busca de cargos e lugares para prosseguir políticas autárquicas ao serviço de interesses especulativos de que a gestão da sua responsabilidade durante uma década na cidade de Lisboa e em Sintra é a mais expressiva confirmação».

Praticamente afastada a possibilidade de se realizarem eleições regionais em simultâneo com as autárquicas, o Encontro alertou para o perigo de o PS poder ainda «impor no quadro da revisão constitucional um modelo de eleição das Câmaras reductor da democracia e representatividades democráticas».

Prosseguir a obra

Em todo o distrito, o PCP apresentar-se-á às próximas eleições no quadro da CDU. Entretanto, refere a resolução aprovada, «a experiência e os resultados da Coligação «Com Lisboa», aferidos à luz dos reais interesses da população e da cidade, reclamam o empenhamento das forças integrantes da coligação no sentido de assegurarem o prosseguimento da obra de renovação e transformação iniciada com a derrota da ruínoza gestão da responsabilidade dos executivos presididos por Kruz Abecasis, na década de 80. O PCP reafirma a sua inteira e sincera disponibilidade para, sem prejuízo da afirmação das suas identidades e das suas posições próprias, num quadro de lealdade e respeito mútuo, viabilizar a continuidade da Coligação «Com Lisboa».

O Encontro Distrital de Quadros definiu três níveis de intervenção que requerem uma acção simultânea e conjugada:

«Ao nível das medidas especificamente eleitorais que tenham em vista mobilizar o Partido, dinamizar as estruturas da CDU, alargar apoios, aporrear candidaturas, elaborar programas eleitorais, planificar a campanha e adoptar o conjunto de medidas de direcção e quadros julgadas indispensáveis;

- Ao nível do desenvolvimento da actividade nos órgãos autárquicos que tenha em vista aumentar a capacidade de realização e resposta aos problemas locais, adequar os planos de actividade para 1997 às áreas, locais, sectores e problemas que melhor correspondam aos objectivos definidos, melhorar os níveis de divulgação e de valorização do trabalho realizado, aprofundar o contacto com as populações e os trabalhadores da autarquia, rentabilizar politicamente o trabalho e investimentos realizados, afirmar o valor do nosso projecto autárquico em curso nas situações de maioria e a necessidade de o apresentar como alternativa nas situações de minoria;

- Ao nível da acção do Partido no quadro do desenvolvimento da luta global contra a política de direita, indispensável à denúncia da demagogia e consequente clarificação da real natureza das opções



A gestão CDU tem dado continuidade ao trabalho de planeamento de requalificação da vida urbana, de valorização sociocultural das populações e da melhoria da sua qualidade de vida

políticas fundamentais do PS, que contribua para a justa fragilização política do Governo e do partido que o constitui. A apresentação do Orçamento de Estado e do respectivo Plano de Investimento confirma as graves consequências para as condições de vida dos trabalhadores e das populações e acentua a necessidade e importância do desenvolvimento da sua luta.

Com as populações

O Encontro salientou que «o PCP participa desde o primeiro momento e de corpo inteiro na Coligação «Com Lisboa». Fê-lo com a convicção de que o prosseguimento da sua actividade corresponde aos interesses gerais da cidade e da sua população. Com as Coligações «Por Lisboa» e «Com Lisboa» não só se rompeu com uma ruínoza gestão de uma década da responsabilidade da direita, e com a qual o próprio PS foi conivente, como se lançou na base de um novo

projecto e programa as bases de uma inadiável renovação e modernização urbana de que a cidade carecia. Com uma expressiva posição em todos os órgãos autárquicos os eleitos do PCP dão uma contribuição decisiva para o trabalho da Coligação num quadro de simultânea lealdade e respeito para com os seus parceiros e de afirmação própria das suas posições e identidade».

Por outro lado, a resolução indica que «o prosseguimento da Coligação em Lisboa não pode nem deve perturbar a aberta e justificada crítica à actividade da política nacional e autárquica prosseguida pelo Partido Socialista no Governo e nas autarquias do distrito».

A valorização da actividade desenvolvida nas autarquias com gestão à responsabilidade da CDU e do PCP foi outro dos aspectos sublinhados no Encontro que destacou os municípios de Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e Lisboa, onde, «apesar do quadro financeiro que enfrentam, a obra realizada neste mandato deu continuidade ao trabalho de planeamento de requalificação da vida urbana, de valorização sociocultural das populações e da melhoria da sua qualidade de vida».

Importantes investimentos estruturantes ao nível de rede urbana, na criação de novos equipamentos acompanhada por políticas com vista à sua plena rentabilização, na melhoria dos serviços prestados na área do saneamento, na extensão da rede verde e ambiental dos concelhos e o prosseguimento do trabalho de planeamento e reconversão urbanística a par de uma gestão marcada pela proximidade, envolvimento e participação das populações constituem os traços mais marcantes da acção prosseguida no actual mandato».

Tarefas prioritárias

Pronunciando-se por uma campanha de massas que privilegie um intenso contacto directo com as populações e apresente um claro projecto de base municipal, o Encontro definiu como «uma das tarefas de importância maior» a elaboração e apresentação das listas às próximas eleições autárquicas.

Porém, «a par do processo de definição dos cabeças de lista, cuja divulgação oportunamente será dada a conhecer em cada concelho, deverá ser prestada cuidada atenção à composição do conjunto dos candidatos que virão a constituir a equipa de trabalho na autarquia, assegurando uma renovação das equipas que garanta no futuro estabilidade e garantindo na sua composição um número significativo de jovens e mulheres». O Encontro confirmou ainda «a importância da observância e respeito pelo princípio estatutário de não ser prejudicado nem beneficiado pelo exercício de cargos públicos».

«A mobilização e empenhamento dos militantes do PCP e dos activistas da CDU na base de um clima de legítima confiança nas possibilidades e perspectivas eleitorais definidas é uma sólida garantia da concretização com êxito dos objectivos eleitorais e da confirmação da CDU como a principal força de Região de Lisboa».



Uma política semelhante terá idêntica resposta

Lutar é o caminho



CONGRESSO
PCP

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Foi a luta de massas, travada pelas mais variadas camadas sociais não monopolistas, que isolou e derrotou o cavaquismo. O PS capitalizou nas urnas este descontentamento, mas prossegue uma política que não resolve os grandes problemas da sociedade portuguesa. Apesar das dificuldades e de estarmos perante um combate muito desigual, o prosseguimento da luta é o caminho para conseguir verdadeiras soluções, que implicam uma modificação das políticas.

Sobre desigualdades, poder económico e lutas sociais — problemas que são tratados em vários momentos das Teses apresentadas pelo Comité Central do PCP para discussão nas organizações do Partido e que servem de proposta de resolução política do próximo congresso — conversámos com os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Adelaide Pereira, da comissão junto ao CC para os problemas e a luta das mulheres, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e José Ernesto Cartaxo, do CC.

«Avante!»: Números recentemente divulgados evidenciam um agravamento das desigualdades económicas. Será que também se acentuam as desigualdades no acesso ao exercício do poder político?

Domingos Abrantes: A evolução económica tem levado à progressiva destruição do aparelho produtivo industrial e a uma grave situação na agricultura, particularmente com a destruição da reforma agrária. Isto tem como consequência maior, em primeiro lugar, o desemprego, que atinge já números extremamente preocupantes e tem sido combatido com planos completamente ineficazes, porque se mantém a política económica que o gera.

Se se agrava a situação social, se aumenta o número de desempregados, se as pessoas deixam de ter horizontes, é óbvio que tal realidade tem que ter reflexos na chamada democracia participativa. Não é este o único factor, há também problemas de medos e da natureza do próprio regime democrático. Mas a crise social tem gravíssimas consequências na disponibilidade e nas condições da participação das pessoas na vida democrática e cívica. Isso é verdade muito particularmente para as mulheres.

Adelaide Pereira: As desigualdades económicas geram retrocessos sociais, económicos, políticos, culturais que enfraquecem a democracia no seu todo e levam a que haja uma diminuição efectiva da participação das mulheres nas várias esferas da vida. Este enfraquecimento da democracia é acompanhado por uma grande ofensiva contra os direitos das mulheres, que leva a uma regressão clara no processo emancipador e no exercício da cidadania.

As mulheres são 55 por cento dos desempregados e as mais afectadas no desemprego de longa duração; têm os salários mais

baixos; alastra o trabalho a tempo parcial que visa, de facto, afastar as mulheres do mundo do trabalho — tudo isto tem uma importância muito grande na regressão das mentalidades que, depois, também se vai reflectir no afastamento das mulheres na vida social e política, no exercício dos direitos de cidadania.

Mas as Teses referem, a par do aumento do desemprego, um crescimento do peso das mulheres na população activa.

AP: Sim, mas com que custos? As mulheres são 43 por cento da população activa, mas grande parte delas, sobretudo as mais jovens, têm empregos precários; têm salários baixíssimos em muitos sectores, particularmente no têxtil, no comércio e na hotelaria, entre outros. As mulheres ganham em média menos de um terço menos que os homens, para trabalho igual; quando exercem o direito de assistência à família ou a licença de maternidade, são penalizadas e discriminadas nos subsídios de assiduidade e de produtividade, apesar de isso ser ilegal.

Poder económico e poder político

São conhecidas listas das maiores fortunas e das maiores empresas, que mostram uma forte concentração da riqueza e do poder económico em torno de uns quantos nomes. É também tão reduzido o número dos que tomam as decisões políticas?

Jerónimo de Sousa: Quanto mais o poder político estiver submetido ao poder económico, mais inevitável é uma ligação

dependente ao nível de quem exerce os cargos. Existem beneficiários desta política, determinada para servir os grandes interesses e para afastar aqueles a quem a Constituição reconhece o acesso ao exercício do poder. Geralmente este é associado ao Governo, à Assembleia da República... Mas a Constituição portuguesa, num conceito de democracia participativa, considera a participação e intervenção dos trabalhadores e das suas organizações. Também se acentua a desigualdade, a discriminação e a secundarização desta participação.

Veja-se o que aconteceu, por exemplo, em relação à lei da polivalência e da flexibilidade, em que houve a maior resposta das organizações de trabalhadores numa audição pública. Este Governo ignorou totalmente tal fenómeno e rejeitou liminarmente a opinião expressa — logo, acentuou as desigualdades e afunilou a própria democracia.

Inevitavelmente, esta política levará a que sejam uns quantos «políticos» a exercer o poder, com a marginalização dos trabalhadores e da generalidade dos cidadãos, das suas organizações e associações.

Nestas condições, há espaço para os trabalhadores e outros estratos, desfavorecidos do ponto de vista económico e político, poderem fazer valer os seus interesses?

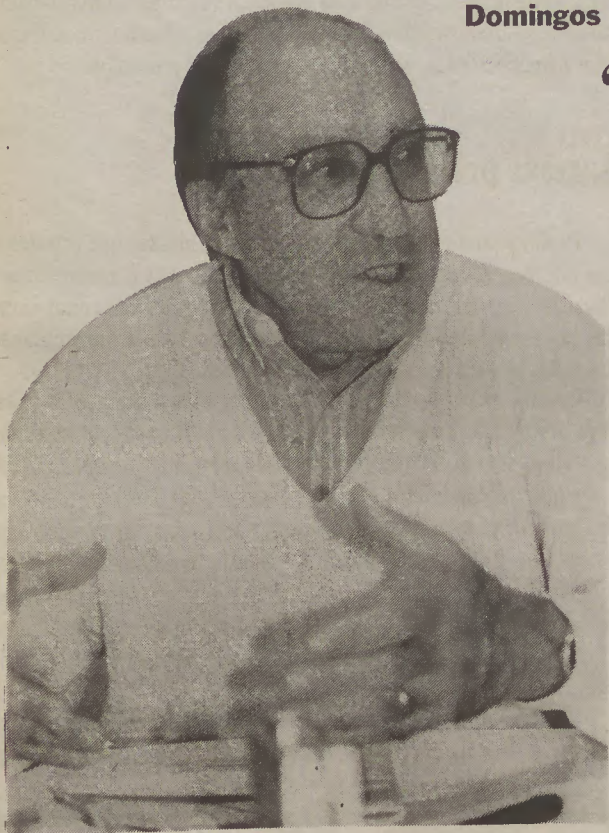
José Ernesto Cartaxo: Naturalmente que o espaço existe, e há que trabalhar muito para que ele seja aproveitado e fortalecido.

É uma evidência que, com a concentração da riqueza e do poder económico (ganhando este maior agressividade), o poder sindical é seriamente afectado, chegando ao ponto de, a nível de locais de trabalho, não serem reconhecidos direitos elementares de cidadania, que têm a ver com a liberdade sindical e o exercício de toda a actividade sindical. Isto deve-se a pressões de diversa ordem por parte do poder económico, servindo-se em particular da existência de um verdadeiro exército de desempregados e de uma grande precariedade de emprego.

Para alterar esta situação é necessário que haja um grande empenhamento do Partido e dos quadros sindicais, por forma a que o poder sindical se reforce a partir dos locais de trabalho, em torno de problemas concretos, lutando pelo exercício dos direitos de cidadania que são desrespeitados e ficam à porta da empresa.

DA: Com exemplos concretos, mas também desenvolvendo alguma teoria e tocando questões de princípio, as Teses tratam abundantemente o papel da luta das massas populares e a própria acção do Partido. Sem esta luta de uma vasta frente social que se tem oposto à política de direita, o quadro da regressão social seria muitíssimo mais grave. Não só se diz

Domingos Abrantes



“Sem esta luta de uma vasta frente social que se tem oposto à política de direita, o quadro da regressão social seria muitíssimo mais grave”

Adelaide Pereira



“O enfraquecimento da democracia é acompanhado por uma ofensiva contra os direitos das mulheres, que leva a uma regressão clara no processo emancipador e no exercício da cidadania”

EM FOCO



que há espaço, como se considera tal luta determinante. Se este é um princípio geral, que decorre da experiência do movimento operário e da luta das massas, então num quadro de profunda crise social é ainda mais necessário este combate.

Capitalismo monopolista de Estado

Também se avança alguma coisa, nas Teses, acerca da concentração da riqueza e do poder.

Dizemos que a grave crise (económica, social, cultural) atesta o fracasso da política de direita. Mas dizemos, mais, que a expressão essencial da política de direita se traduz na restauração do capitalismo monopolista de Estado, com os seus elementos constitutivos.

Na verdade, existe capitalismo monopolista de Estado, que se exprime nas estruturas socioeconómicas — assistimos à reconstrução acelerada dos velhos e de novos grupos económicos e financeiros e à restauração do latifúndio — e também na fusão do poder económico com o poder político. Se vimos hoje a dança dos indivíduos que transitam dos grupos económicos para o Governo e do Governo para os grupos económicos, a lista é bastante significativa.

Mas há uma outra componente: a política económica e social é, no essencial, determinada pelos interesses desses grupos, é uma política a favor da grande burguesia. Isto não se traduz só na crise social, tem outras expressões. Uma das expressões concretas desta política é que a riqueza se concentra cada vez mais num pólo restrito, enquanto a miséria aumenta no outro pólo: diminui o número de ricos, que são cada vez mais ricos, e cresce o número de pobres, que são cada vez mais pobres — e nas Teses são referidos números demonstrativos.

Esta tendência não é apenas nacional, desenvolve-se também no plano internacional.

É com base nisso que se afirma nas Teses a convicção de que as manifestações de descontentamento são inevitáveis? Ou é necessário algo mais?

JS: É preciso ter presente que o actual Governo tem uma base social e eleitoral diferente do anterior. Conseguiu capitalizar descontentamentos, esperanças e uma grande vontade de mudança; beneficiou, por um lado, da política desastrosa do Governo do PSD, do seu carácter arrogante e autoritário; e está a beneficiar ainda de algumas promessas e até da perspectiva de que não há alternativa a este Governo. Mas a realidade objectiva vai sobrepor-se a esta expectativa.

Referem as Teses que foi pela luta de massas que o Governo do PSD foi derrotado. Quem capitalizou este descontentamento foi, fundamentalmente, o Partido Socialista. Mas a prática da mesma política levará os trabalhadores a aperceberem-se de que os problemas se mantêm e agravam, pelo que é inevitável que vá engrossar a corrente dos que lutam contra tal política.

As lutas já estão aí

Já hoje assistimos em diversos sectores da sociedade, com destaque para os trabalhadores, a movimentação de descontentamento que há dois ou três meses seria difícil prever.

Continuamos a acreditar que é necessária outra política, uma política de esquerda, que responda aos anseios e esperanças que muitos milhares de trabalhadores acreditaram ser possíveis ver satisfeitos após as eleições do ano passado e a derrota do PSD.

AP: É preciso insistir muito no combate às concepções retrógradas que atravessam a sociedade e fazer ver às mulheres, por exemplo, que as discriminações de que são alvo não constituem uma fatalidade.

Há uma grande ofensiva ideológica para convencer as pessoas de que «é normal isto ser assim». Cabe-nos a nós demonstrar que não é obrigatório que seja sempre assim e que há outras soluções, outra política, em que os direitos das mulheres sejam assegurados. Para tal, como se diz nas Teses, são necessárias profundas transformações económicas; mas não podemos ficar à espera das transformações económicas e

tratar isto apenas no plano teórico, temos que intervir cada vez mais no dia-a-dia, esclarecendo e mobilizando as mulheres para uma participação cada vez maior nas lutas em defesa dos direitos e pelo progresso social.

JEC: As manifestações de descontentamento, neste quadro, não serão apenas inevitáveis, como já se começam a verificar. Ainda há muitos trabalhadores que vivem debaixo de alguma anestesia, debaixo do discurso do diálogo e da concertação. Mas o efeito desta anestesia acabará por passar, já que ao diálogo e à concertação têm que corresponder actos concretos para a resolução dos problemas que afligem as classes trabalhadoras.

É com alguma confiança que devemos encarar os tempos próximos, exigindo respostas e soluções para os problemas concretos, intensificando o esclarecimento e a luta em torno de questões como o emprego, os salários, os direitos, a Segurança Social, o desagravamento da carga fiscal... Há um conjunto de problemas a que o diálogo anunciado não tem dado resposta, mas é notório um despertar que se vai intensificar, por forma a que haja respostas aos problemas e sejam criadas as condições para, mais tarde ou mais cedo, exigir a alteração do rumo seguido nas políticas.

DA: Ao contrário do que muitas vezes se insinua, a luta de massas não é obra de agitadores profissionais que só se preocupam em fomentar focos de protesto.

A par do discurso do diálogo, há toda uma campanha do Governo no sentido de levar à resignação, de mostrar que esta política é inevitável, que se está a trabalhar para o futuro, pelo que é preciso «apertar o cinto» agora e esperar pelos melhores dias que hão-de vir. O facto é que a mesma política terá os mesmos resultados, agrava os problemas e não deixa às massas outro recurso senão protestar, defender os seus interesses.

Um problema fundamental é o da expressão política da vasta frente social que se tem oposto à política de direita e que levou ao isolamento e à derrota do cavaquismo, mobilizando praticamente todas as camadas não monopolistas atingidas pela política de direita. Mas, quando se chega às eleições, esta frente social exprime-se votando em partidos que vão prosseguir a política anterior.

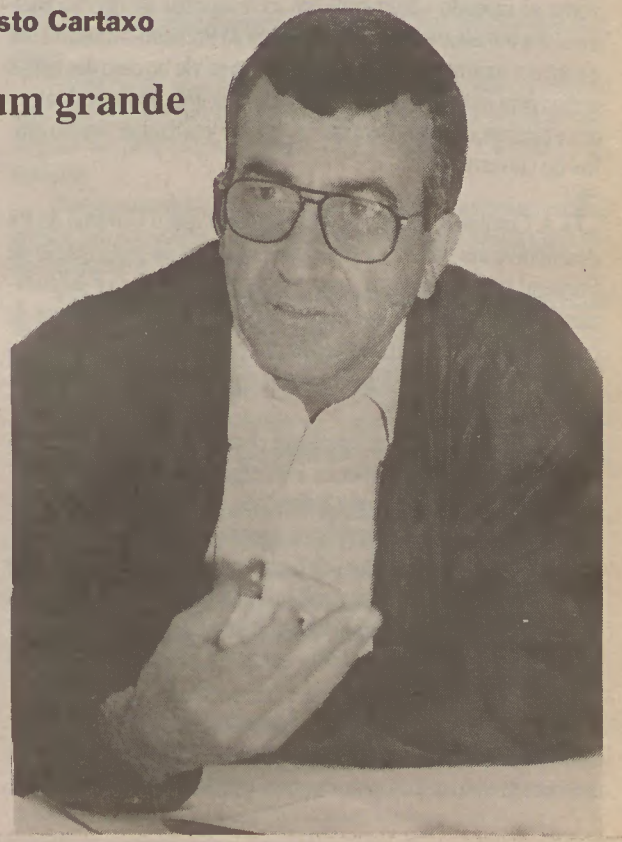
O próprio desenvolvimento da luta social, como se refere nas Teses, é uma condição para que as massas ganhem consciência política, consciência da política necessária. Pelo caminho da luta, acabará por produzir-se a ruptura com os partidos responsáveis pela política contra a qual protestam os trabalhadores, os agricultores, as mulheres, os reformados, os jovens, os professores, os médicos, os enfermeiros e tantos portugueses atingidos no dia-a-dia pela política de direita.

Jerónimo de Sousa



“Quanto mais o poder político estiver submetido ao poder económico, mais inevitável é uma ligação dependente ao nível de quem exerce os cargos”

José Ernesto Cartaxo



“É necessário um grande empenhamento do Partido e dos quadros sindicais, por forma a que o poder sindical se reforce a partir dos locais de trabalho, em torno de problemas concretos”

EM FOCO

Comunicado da Comissão Política do CC do PCP Com a participação na moeda única Portugal mais prisioneiro da lógica neoliberal de Maastricht

Reunida em 28 de Outubro, a Comissão Política do PCP analisou os principais aspectos da situação política nacional, com destaque para as seguintes questões.

1. A Comissão Política do PCP salienta que as celebrações pelo PS e pelo seu Governo do seu primeiro ano de actividade ficaram caracterizadas por elementos de pompa e circunstância, de auto-satisfação e autoglorificação que são próprios dos que se recusam a enfrentar a realidade e imaginam que doses reforçadas de palavreado são susceptíveis de iludir duradouramente os cidadãos.

A verdade porém é que, um ano após a formação do novo Governo do PS, não apenas os principais problemas do povo e do país - desemprego, condições de vida e de trabalho, injustiças sociais, desigual repartição do rendimento nacional, crise e dificuldades na esfera produtiva e na economia real, etc., etc. - mantêm intacta a sua extensão e gravidade como não se vislumbram nas orientações e projectos do Governo do PS sinais que permitam alimentar a esperança de mudanças de políticas e de opções de fundo que seriam necessárias e urgentes para os enfrentar eficazmente.

Se, como infelizmente se está a verificar, o projecto do PS, apesar de tudo quanto proclamou e prometeu na campanha eleitoral, era apenas o de fornecer uma nova equipa para a execução, nas matérias fundamentais, da mesma política do PSD, então o Governo do PS talvez tenha razão para se mostrar tão satisfeito com o seu desempenho.

Mas os responsáveis do PS e do seu Governo enganam-se a si próprios se, iludidos com leituras apressadas ou enviesadas de sondagens e com títulos sobre o «estado de graça», não querem perceber que há já hoje na sociedade portuguesa um expressivo e crescente movimento de desilusão, frustração e descontentamento com a sua política.

2. A Comissão Política do PCP destaca ainda que, numa inequívoca demonstração de que, com o passar do tempo a identificação nas políticas essenciais acaba por induzir estilos e posturas políticas também idênticas, se verifica uma veloz e chocante cópia pelo Governo do PS de alguns dos mais lamentáveis tiques e de algumas das concepções mais arrogantes do cavaquismo.

Da apresentação do partido do governo como o «único referencial de estabilidade» à invocação das opiniões de meios financeiros internacionais como argumentos de autoridade sobre a excelência da política do Governo, da qualificação das «oposições» como só sabendo «dizer mal» até ao ressuscitar do famoso «deixem-nos trabalhar», passando pela fuga do Primeiro-Ministro a dar a cara nos assuntos mais abrasivos, como se viu no caso das tarifas aéreas para as regiões autónomas - vai toda uma panóplia de atitudes e concepções que põem em causa o tão proclamado «novo estilo» do Governo do PS.

3. A Comissão Política do PCP sublinha que o Governo do PS desenvolve em defesa da prioridade absoluta da participação de Portugal na moeda única, uma propaganda capciosa e infundamentada que procura fomentar e instrumentalizar expectativas de equiparação a níveis de bem-estar dos países mais desenvolvidos da UE em tudo desconformes com as reais consequências da passagem à 3ª fase da UEM.

O PCP considera indispensável chamar a atenção para que o cumprimento dos critérios de convergência nominal e a marcha forçada para a moeda única, não significam constrangimentos, dificuldades e sacrifícios apenas para 1997 antes representam constrangimentos, dificuldades e sacrifícios também para 1998 e 1999 que se prolongarão depois da criação da moeda única com uma apertadíssima vigilância sobre a política orçamental dos países integrantes da moeda única e a sua sujeição a pesadas sanções.

A estagnação ou degradação dos salários reais dos trabalhadores, o aumento do desemprego, a destruição e ruína de importantes sectores produtivos, as pressões para cortes nas despesas sociais,

uma política cegamente deflacionista contrária a um significativo crescimento económico, os baixos salários como principal esteio da competitividade da economia portuguesa, longe de serem o preço conjuntural ou episódico a pagar

pela adesão à moeda única são antes duradouras consequências dessa nefasta opção.

Não basta que o Governo do PS assumas as suas claras responsabilidades por esta insensata obsessão coma moeda única. É indispensável que fale verdade aos portugueses sobre as suas consequências.

4. A Comissão Política do PCP salienta igualmente que não têm qualquer razoabilidade as grandiloquentes proclamações do Governo do PS de que, integrando o núcleo inicial da moeda única, Portugal ficará no «centro da construção europeia» e que, de outro modo, ficaria irremediavelmente condenado à «periferia».

Com efeito, é tão absurdo supor que Portugal, com uma economia fraca e sendo um dos países mais atrasados da UE, só por vir a ter uma moeda forte passaria a ter uma especial influência na marcha da actual «construção europeia» como supor que países como a Espanha, a Itália ou a Grã-Bretanha, com economias fortes, só porque não conseguiram ou não quiseram integrar a moeda única, ficariam por isso remetidos para a «periferia» ou passariam a pesar menos que Portugal.

Com a sua (ainda incerta) participação na moeda única, Portugal não só não ganharia nenhum acréscimo do seu peso específico como perderia sim instrumentos essenciais para a condução de uma política económica nacional efectivamente apostada em aproximar Portugal dos padrões de vida, salários e desenvolvimento socio-económico dos países mais desenvolvidos da UE.

Com a sua (ainda incerta) participação na moeda única, Portugal ficará é mais prisioneiro da lógica neoliberal de Maastricht de que a 3ª fase da UEM e a moeda única são uma espécie de fecho de abóbada e mais subordinado aos ditames aos interesses dos países mais desenvolvidos da UE e do todo-poderoso Banco Central Europeu, cuja proclamada «independência» face aos governos não o impedirá seguramente de funcionar como executor da vontade da Alemanha e como inflexível guardião da ortodoxia monetarista e dos interesses do grande capital.

5. É neste contexto global que as «reformas» nas principais áreas sociais - saúde, segurança social e educação - que o Governo anuncia ser seu propósito promover, suscitam as mais fundadas preocupações de estarmos perante um plano não de plena concretização das funções sociais do Estado constitucionalmente consagradas, mas de acrescida selectividade e de retrocesso social, em direcção as responsabilidades sociais do Estado de dimensão mínima e de carácter residual e caritativo.

O PCP que tem insistentemente sustentado a necessidade de profundas reformas, de orientação democrática, nas áreas da saúde, da segurança social e da educação e que, com esse objectivo, apresentou detalhados estudos de situação acompanhados por propostas de orientações políticas estratégicas e por um vasto conjunto de medidas, alerta em relação a uma política gradualista e de factos consumados em que o Governo visivelmente aposta. E lança o seu desafio para um alargado debate nacional, com apropriada expressão pluralista nos meios de comunicação social, em torno dos problemas da saúde, da segurança social e da educação.

6. A Comissão Política do PCP renova as inquietações já manifestadas pelo Grupo Parlamentar do PCP quanto à aproximação verificada em sede de revisão constitucional entre o PS e o PSD para a consagração de círculos uninominais que seriam susceptíveis de afectar, de forma directa ou reflexa, a proporcionalidade do sistema eleitoral. E sublinha que o PS não têm qualquer autoridade para reagir tão indignadamente as acusações formuladas pelo PCP.



Vitor Dias informou a imprensa das conclusões da reunião da Comissão Política

A verdade é que, tendo passado mais de dois anos desde que o PS lançou o tema da «reforma do sistema político» e da criação de círculos uninominais, exceptuando declarações avulsas de carácter vago, impreciso e até contraditório, nunca até hoje o PS quis ou foi capaz de explicar que sistema eleitoral pretende.

E, por isso, o PCP lança hoje ao PS o desafio para que, finalmente, esclareça de forma pública, responsabilizante, detalhada e concreta qual é o novo sistema eleitoral para a AR que propõe e designadamente como é que nele se assegura a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos.

O PCP salienta que esta política de ocultação e falta de transparência é absolutamente inaceitável. E afirma ser também absolutamente inaceitável que PS e PSD pretendam alterar formulações constitucionais quanto ao sistema eleitoral que funcionariam como uma espécie de cheque em branco para concretizações de alterações às leis eleitorais que só mais tarde seriam reveladas e conhecidas.

Ainda ontem, o Secretário-geral do PS voltou a proclamar a necessidade da criação de círculos eleitorais em que só se eleja um deputado como forma indispensável de cada eleitor saber quem é o deputado que o representa.

Dado que o Secretário-geral do PS continua a insistir imperiturbavelmente neste sofisma, o PCP por seu lado volta a insistir que, com círculos uninominais em que só seria eleito o candidato mais votado, o que aconteceria é que grande parte, ou mesmo a maioria, dos eleitores desse círculo deixariam de ter deputados que os representassem, uma vez que, como é óbvio não se sentirão representados pelo candidato vencedor em quem não votaram e em quem não confiam politicamente.

7. O PCP exprime a sua firme e activa solidariedade com todos os portugueses que, sacudindo as pressões no sentido do conformismo e da resignação, não abdicam de lutar pelos seus interesses e direitos.

A deslocação dos mineiros de Aljustrel a Lisboa exigindo a activação da mina em defesa dos seus postos de trabalho e da comunidade que deles depende; a greve às horas extraordinárias e a vigília dos trabalhadores ferroviários contra o desmembramento da CP; o Plenário Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública e sua combativa determinação de lutar por aumentos salariais condignos; a participação de meio milhar de membros de Comissões de Trabalhadores num Encontro Nacional onde foi reafirmada unanimemente a disposição de desenvolver a acção em torno da defesa da Constituição social e laboral e do Sector Empresarial do Estado; a concentração de trabalhadores de Lisboa e Setúbal em direcção à Assembleia da República convocada para amanhã; a acção de reformados e pensionistas também prevista para amanhã em reclamação de aumentos dignos das pensões e reformas, a decisão dos eleitos autárquicos nas freguesias de exigirem o cumprimento das promessas do Governo; as corajosas tomadas de posição de dirigentes associativos criticando a política do Governo em relação ao ensino superior e as movimentações estudantis que, embora contendo elementos contraditórios, exprimem o vivo descontentamento que alastra neste sector - constituem valiosos exemplos de um caminho de protesto, de intervenção e de luta que é essencial para travar os golpes aplicados pela política do Governo e assegurar a satisfação de justas e prementes reivindicações populares.

EM FOCO

À laia de balanço de um ano de Governo PS

NAS duas últimas semanas, têm estado na berra os balanços da actividade do Partido Socialista no seu primeiro ano como Governo.

Uma forma possível de me abalançar a tão árdua tarefa é partir de um artigo, sobre o tema, publicado no "Público" pelo Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro.

Em meu entender, há uma frase nesse artigo que é fundamental: "para muitos portugueses, a vida continua tão difícil e madrastra como há um ano atrás" (sic).

Ora, esta é a questão central para qualquer análise, que se pretenda serena e objectiva, do primeiro ano de governação do PS: para a grande maioria dos portugueses, nada mudou, tudo continua como dantes!

Esta triste realidade é um facto indesmentível e comprovado. E por isso a indistigável frustração e desencanto de muitos e muitos milhares de portugueses. Particularmente naqueles que há um ano votaram no PS por um profundo desejo, e correspondente expectativa, de mudança nas orientações e políticas governamentais. Mesmo que essa frustração possa não se ter ainda transformado em diferente opção de voto.

É significativo, aliás, que nos balanços avulso que o Governo vem fazendo sobre o seu primeiro ano de actividade coloque sempre à cabeça dos seus créditos, como "elemento identificador do novo estilo de governabilidade", a sua política de diálogo.

O Governo dialoga, de facto. E nesta óptica se diferencia dos Governos do PSD, bastante mais autistas e autoritários.

Mas o diálogo não pode ser um pretexto para adiar e justificar a "não acção", como muitas vezes se tem verificado. E, essencialmente, o diálogo não pode ser, não é, um objectivo em si mesmo. Tem que ser, e só assim terá valor, um instrumento para a acção.

Ou, na linguagem mais sofisticada do Secretário de Estado-Adjunto, um instrumento para a "contratualização das políticas e das suas principais soluções e medidas".

E é inequívoco que o Governo dialoga mais à direita que à esquerda, mais com o patronato que com os trabalhadores. Em consequência, a "contratualização das medidas e soluções" tem sido feita, no essencial, com a direita e com o patronato. Exemplos demonstrativos não faltam.

Na concertação social com a CIP, conduzindo à lei da flexibilidade e polivalência. Contra os interesses e os direitos dos trabalhadores, mas de acordo com os desejos há muito acalentados pelo grande patronato.

O contrato relativo ao Orçamento do Estado para 1996 foi feito com o CDS-PP, porque esse Orçamento agradava à CIP, e o relativo ao OE para 1997 já está na calha para ser contratado com o PSD porque é um Orçamento que este partido subscreveria de bom gosto.

Do mesmo modo que a "contratualização" da revisão constitucional está a ser feita com o PSD, não tanto pela necessidade dos dois terços, mas porque o objectivo essencial e comum é a alteração do sistema eleitoral. Para permitir obter maiores majorias com menores percentagens de votos. Distorcendo e deturpando a proporcionalidade na transformação de votos em mandatos.

Há ainda a "contratualização" da regionalização. E essa, enfim, poderá ser feita à esquerda, pensarão alguns mais optimistas. Mas esse contrato não estará já assinado com o PSD e o CDS-PP, com o congelamento do respectivo processo? Pessoalmente, estou em crer que assim é. E os autarcas socialistas, nomeadamente os da área do Porto, parece também já não terem grandes dúvidas sobre esse acordo, por aquilo que se vai lendo e ouvindo. E o Secretário de Estado-Adjunto, e porta-voz do eng. Guterres, parece confirmá-lo quando escreve que a "regionalização é um objectivo de legislatura, tendo como horizonte o ano de 1999"...

Mas cá estou eu a suscitar, apenas, alguns dos muitos espinhos do Governo socialista. Não haverá, também, algumas rosas que possam suavizar o quadro da sua governação nos últimos doze meses?

Rosas também as há, diz o tal Secretário de Estado. E lá as vai descrevendo uma a uma.

Desde logo a autoproclamada "estabilidade do sector da Educação". Mas convenhamos, com tudo o que tem acontecido neste sector, designadamente no âmbito dos exames do 12º ano e de acesso ao ensino superior, que é necessário muito despudor político para se falar em estabilidade. A não ser que com estabilidade se queira significar continuidade em relação à política do seu antecessor...

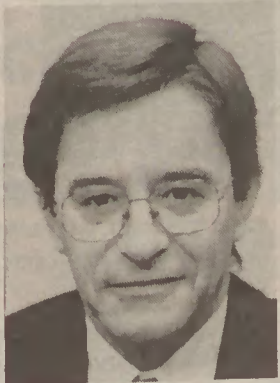
A seguir escreve ele esta outra acção decidida e destemida da governação socialista: "assim como foi porque agimos preventivamente que a área florestal ardeu menos 70% do que no ano passado e conseguimos, apesar do inverno rigorosíssimo, que as cheias tivessem consequências menores..." Palavras para quê?

Quando o Governo se sente na necessidade de contabilizar como crédito seu dislates desta dimensão, é porque a coluna do crédito da sua acção governativa é pobre, mas muito pobre mesmo.

Como a crédito do Governo deve ser contabilizado, ainda e sempre segundo o inefável Secretário de Estado-Adjunto, o "lançamento de acções decididas para combater a fraude fiscal". Espantoso. Eu, contristado, o confesso, desconheço essas acções. E não me consta que delas os portugueses se tenham apercebido.

A eliminação dos muitos e excessivos benefícios fiscais, ou muitas outras necessárias e urgentes reformas do sistema fiscal? Não, certamente. E o Orçamento de Estado para 1997 aí está para o reconfirmar. A não ser que aquele membro do Governo estivesse a pensar na acção decidida para promover um perdão fiscal aos clubes de futebol profissional... Mas essa, para além de uma acção errada, não passou. Foi chumbada.

E, naturalmente, não posso esquecer uma outra acção, referida pelo Secretário de Estado, que dá pelo nome de Plano Rodoviário Nacional - 2000. Não porque ainda esteja apenas no papel e para discussão pública. Embora já esteja lançada a crédito da acção governativa dos últimos doze meses, tal é a carência de acções positivas que o Governo tem para mostrar. Não pode ser esquecida porque o Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro a exhibe publicamente por "abrir novas perspectivas à iniciativa privada". E esta já aparece no OE para 1997, com a proposta do Governo de alienar



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

É inequívoco que o Governo dialoga mais à direita que à esquerda, mais com o patronato que com os trabalhadores.

aos privados troços de estradas já construídas com dinheiros públicos e que, actualmente, não estão sujeitas a portagem...

E este é um exemplo concreto do grande busilis deste Governo do PS.

É que a preocupação fundamental das suas políticas e das suas principais soluções e medidas tem sido a dos interesses do grande capital.

Por isso, o presidente da CIP afirmava, há meses, que com a lei

das 50 horas tinha conseguido do Governo do PS aquilo que nunca conseguira dos Governos do PSD. E idênticas razões terão levado o presidente da AIPortuguesa a afirmar, há tempos, que é mais fácil aos empresários fazerem lucros com o Governo do PS. E também por isso seja significativo que o Primeiro-Ministro, ou melhor, o eng. Guterres enquanto Secretário-Geral do PS, se tenha deslocado a Nova Iorque, a uma reunião da Internacional Socialista, acompanhado da fina flor dos capitalistas nacionais.

Por isso, igualmente, que o "ponto cardeal" da estratégia política do Governo seja a participação na moeda única em 1999, a todo o custo e com total desprezo pelas profundas e negativas consequências económicas e sociais que dessa estratégia, cega e surda, resultam para o País e para os portugueses. Não apenas no "período de transição", no curto

prazo, mas igual e mais duramente para o futuro, para o depois da moeda única.

Estratégia tão cega e irresponsável que terá já levado o Primeiro-Ministro António Guterres a recusar uma proposta de actuação convergente dos países do sul (Portugal, Espanha e Itália) no seio da União Europeia.

Os resultados dessa estratégia estão à vista, são conhecidos e não se diferenciam daqueles que levaram a maioria dos portugueses a derrotar eleitoralmente o PSD.

A incapacidade, e ausência de efectiva vontade política, para atacar os problemas centrais e prementes que se colocam à sociedade portuguesa. O aumento persistente do desemprego. A redução dos direitos laborais e dos níveis salariais reais. O progressivo desmoronamento da estrutura produtiva. A continuação da desertificação do interior, da insegurança, da pobreza e da marginalidade que se acumulam nos grandes centros urbanos.

E também no comportamento por omissão o Governo do PS tem vindo a copiar os maus exemplos dos Governos do PSD. Tudo aquilo que o Governo já deveria ter feito e não fez, porque não quis, tem vindo a ser "reprometido", continuamente, para as calendas gregas. Na Educação como na Saúde. No Emprego ou no Sistema Fiscal como na Segurança Social.

Em suma, o balanço destes primeiros doze meses de Governo do PS pode sintetizar-se, definitivamente, na constatação, e acusação, de que para a maioria dos portugueses, e em particular para os trabalhadores, a vida continua difícil e madrastra como há um ano. Nisto tem o Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro toda a razão.

EM FOCO

■ Vítor
Gonçalves

Questão Salarial da Função Pública

O paradigma social do Governo

Ao apresentar-se perante os Sindicatos da Administração Pública com uma proposta de aumentos salariais que nem sequer cobre a inflação real, o Governo revela a pouca importância que atribui ao nível de vida de meio milhão de famílias, esclarece o que «lhe vai na alma» enquanto patrão da Função Pública e evidencia o seu conceito de «Justiça Social».

A questão salarial da Função Pública ganha hoje, a vários títulos, o papel de paradigma da atitude social do Governo. Desde logo porque, no mesmo dia em que apresenta aos Sindicatos a proposta com o milimétrico valor de 2,375% para os aumentos da Função Pública, anuncia que irá diminuir até 2% a carga fiscal das empresas no IRC.

Trata-se, obviamente, de privilegiar o incentivo ao factor capital em detrimento do factor trabalho.

O esfumar das ilusões

A primeira consequência é de, com isso, conseguir fazer estalar o verniz de «um poder humanizado» com que o seu «marketing» eleitoral o cobriu e de desfazer a ilusão de que, com este Governo, as pessoas estariam sempre primeiro.

A segunda – mas não menos importante – consequência é a de vir mostrar a falsidade do argumento da «necessidade de con-

Dois pesos e duas medidas

Como chocante é também que se diga que não há dinheiro para aumentos salariais condignos e, ao mesmo tempo, haja um tal despesismo com o supérfluo.

Característico da hipocrisia social do Governo é o apregoado plano de «moralização fiscal e de combate à evasão e fraude social».

Para consumo público, reconhece-se que são os trabalhadores por conta de outrem que estão a suportar quase sozinhos o Orçamento do Estado, pois são os únicos que não fogem ao fisco. Mas, na prática, o que se faz é perdoar a evasão fiscal e despenalizar a prática de crimes fiscais. A pergunta que ocorre fazer é se esta despenalização é para desafogar o movimento dos tribunais ou porque já começa a aparecer no banco dos réus muita «gente importante», alguma da qual costuma frequentar as alcantifas do poder?...

Todas estas «curiosidades comportamentais», esclarecem-nos acerca do que seja, para este Governo, «colocar as pessoas primeiro», ou qual a sua ideia de «Justiça Social». Notoriamente, há, no seu conceito, pessoas que são mais pessoas do que outras pessoas. Há uns e há os outros...

Dir-se-ia que, nesta matéria, a imagem bíblica preferida por Guterres parece ser a de que «muitos foram chamados (para votar), mas poucos são os escolhidos» (para ganhar).

Se assim fosse, como explicar, por exemplo, que o vencimento-base da Função Pública esteja 4,5% abaixo do Salário Mínimo Nacional ou que os trabalhadores da Função Pública nos últimos cinco anos tenham perdido 8% do seu poder de compra relativamente aos trabalhadores do sector privado?

... ou a vontade de privatizar?

Mas esta «onda de preocupação» com o funcionamento dos Serviços Públicos não regressa agora por acaso.

Quem dirige a Função Pública é, como se sabe e diz a Constituição, o Governo e só a ele podem ser imputadas responsabilidades pelo mau funcionamento dos Serviços Públicos.

Dizer mal dos Serviços e pô-los a servir mal os utentes não quererá dizer que se pretende entregar de bandeja funções públicas a interesses privados?

Por que será que as seguradoras se mostram tão interessadas no negócio da Segurança Social e da Saúde? Será por acaso que tanto se fala da privatização dos notários, ou da rede rodoviária e da fiscalização e controlo do espaço aéreo? Serão inocentes os interesses que se movimentam nas obras públicas? Será que o apetite privado por estas e muitas outras funções do Estado tem algum intuito altruísta de melhoria do serviço aos utentes?

Será por estas e por outras que o Governo prevê na sua proposta salarial a participação sindical na privatização dos Serviços Públicos?

Esta é uma encenação de há muito conhecida dos trabalhadores da Função Pública, expressa no velho ditado «quem desdenha quer comprar».

Quem manda no País?

Ao propor para a Função Pública aumentos inferiores à evolução da inflação, o Governo sabia que isso iria condicionar toda a contratação colectiva do País, porque, como é hábito, o patronato iria servir-se disso para se estripar e dar o menos possível.

Daí a gritaria que as Confederações Patronais fazem, sempre que se fala de aumentos para a Função Pública.

O Governo sabe também que os aumentos da Função Pública têm servido sempre de referência na própria Concertação Social.

Ninguém acredita que isto seja feito com ingenuidade. Então, sendo deliberado, o Governo está objectivamente a facilitar os objectivos do patronato, em contradição com todo o seu discurso político!

Ora, as evidentes contradições no discurso, nas posições e nas medidas tomadas pelos actuais governantes não podem ser meros «acidentes».

O que levanta a questão de se saber quais os interesses a quem o actual Governo serve.

E, como diz a Bíblia, «não se pode servir a dois senhores».

A única explicação possível é a de que quem manda, de facto, no País não é o Governo! É, de novo, quem tem o poder económico!

A prova está na forma como a riqueza do País se encontra distribuída: dez por cento da população detém metade (47,5%) da riqueza. Isto diz tudo!

Por explicar fica apenas a razão por que o Governo se propõe aumentar o poder dos mais ricos, tirando ainda mais aos trabalhadores...

Cada um que procure a sua resposta!



ter a despesa pública com obediência aos «Critérios de Convergência» para a moeda única», que utilizou para a ridícula proposta salarial apresentada.

Se não bastasse aquele exemplo da diminuição do IRC às empresas, vários outros casos mostram à saciedade a falácia de tal álbi.

Onde param os sacrossantos «Critérios de Convergência» quando se trata de contratar gente para os gabinetes ministeriais e ganhar muito acima da tabela da Função Pública e, em alguns casos, acima do ordenado de ministro?

Não se lembrou dos «Critérios de Convergência» quando gastou, este ano, mais de 200 milhões de contos em benefícios fiscais às empresas e também já se esqueceu dos mesmos «Critérios» ao pretender pôr em prática um plano de despenalização das fraudes e fugas ao fisco a favor do patronato mais prevaricador da Europa, o qual – segundo estatísticas oficiais – em 90% dos casos não paga impostos porque consegue apresentar, anos a fio, prejuízos de exercício sem que nada lhes aconteça...

Choca, pela crueza, a contradição entre a atitude para com os trabalhadores e para com o eufemisticamente designado «tecido empresarial» (leia-se empresas e patrões).

«Aqui-del-Rei», grita o patronato...

Outro paradigma da atitude social do actual Executivo, é o modo como entende o diálogo e a negociação colectiva, bem como os aliados que procura.

Logo após ter apresentado a sua afrontosa e provocatória proposta de aumento, o Governo fez constar através dos órgãos de comunicação social que estaria disposto, afinal, a um «último esforço» e chegar aos... 2,9%!!!

O berreiro não se fez esperar. As Confederações Patronais vieram gritar «aqui-del-Rei», que isso seria um exagero e que o Governo teria perdido a cabeça ao dispor-se a dar à Função Pública aumentos mirabolantes. (Curiosamente, este mesmo patronato, que tanto ódio tem ao Estado, não se esquece de lhe pedir apoio e, até, a benção, quando se trata de defender os seus interesses...)

Entretanto, em alguns media, são lançados anátemas sobre os Serviços Públicos e os seus trabalhadores. Diz-se que «o mau funcionamento da Administração Pública é da responsabilidade dos seus trabalhadores», «que fazem pouco e ganham muito», etc., etc., etc.

EM FOCO

Sector Empresarial do Estado

«Absolutamente necessário»

A situação do Sector Empresarial do Estado foi motivo de um encontro que, no passado dia 24, a Organização Regional de Lisboa do PCP promoveu com as estruturas dos trabalhadores das empresas que integram este importante sector da nossa economia. O debate, enquadrado na preparação do XV Congresso do PCP, contou com a participação de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do Partido.

A escassez de tempo para debate levou a que algumas intervenções fossem feitas sob pressão e outras nem mesmo tivessem sido proferidas. E foi pena. Porque a «amostra» - notoriamente interessante - deixava antever um debate profícuo e enriquecedor. Não deixou, contudo, o encontro de ser proveitoso.

Para além de Carlos Carvalhas, a mesa que presidiu aos trabalhos integrava Paula Henriques e Alexandre Teixeira, membros da DORL e do Comité Central, Carlos Abrantes, da CT da Caixa Geral de Depósitos, Artur Malheiros e Custódio Luz respectivamente dos Organismos de Direcção do Sector Público e de Transportes. Paula Henriques, depois de introduzir o debate e garantir que os contributos ali surgidos seriam tidos em conta no projecto de Resolução Política para o XV Congresso, deu a palavra ao Secretário-geral do PCP que, numa pequena síntese da situação económica (em separado), deu o mote para o arranque da discussão.

Cimpor

Nenhum fundamento económico ou financeiro foi até hoje apresentado para justificar a privatização da Cimpor, garante Fátima Mesias, da Comissão de Trabalhadores, afirmando a seguir serem os grandes grupos económicos quem ganha com o «auténtico leilão» das empresas públicas. E denunciando a campanha de propaganda que tem sido feita para a privatização da Cimpor, «com testemunhos até de um pretenso trabalhador/patrão», informa que a anterior fase de privatização custou mais de 50 mil contos. «Esta quanto custará?», pergunta.

A posição da CT - contrária à privatização - tem como fundamento a defesa do interesse nacional, o carácter estratégico da Cimpor, os seus lucros e as suas potencialidades, diz ainda esta representante dos trabalhadores, para quem «é o próprio processo de integração europeia que justifica a existência de um forte Sector Empresarial do Estado, absolutamente necessário para o crescimento, o emprego, o progresso social».

Sector da Energia

Portugal é um país que não possui matérias-primas energéticas em volume significativo, daqui decorrendo uma situação de dependência em relação ao estrangeiro. Sendo contudo a energia um sector vital para o país, este não pode ficar inteiramente dependente das multinacionais dos combustíveis.

Hugo Bastos, da Comissão de Trabalhadores da Petrol, defende assim uma posição determinante do Estado na empresa e considera indispensável uma gestão integrada das empresas que

compõem este sector: EDP, Gás Portugal e Petrol.

Lamentando que para muitos trabalhadores a batalha contra a privatização seja ainda entendida como uma luta dos comunistas, Hugo Bastos dá

Sector Financeiro

A ligação da banca e dos seguros é a forma de uns quantos grupos económicos dominarem a vida económica e política, afirma por seu turno João Lopes, intervindo sobre este sector. Existem já hoje cinco grandes grupos que, em relação aos antigos, têm de diferença apenas uma «nuance»: a forte e por vezes determinante posição do capital estrangeiro.

Considerando que em Portugal o desemprego está relacionado com as privatizações, João Lopes diz que a estas segue-se sempre redução de postos de trabalho, aumentos brutais e desumanos dos ritmos de trabalho, pressões directas ou indirectas para que os trabalhadores não respeitem direitos que o C.C.T. lhes garante, processos disciplinares com intenção de despedimento, um clima de medo. Surge o trabalhador com a «cultura da empresa», disposto a tudo para não perder o emprego.

É a desregulamentação e a consequente perda de direitos duramente conseguidos, considera João Lopes, defendendo a necessidade de alertar para estes problemas as novas gerações de trabalhadores.



São os grandes grupos económicos que ganham com o «auténtico leilão» das empresas públicas, considerou o encontro sobre o S.E.E. realizado no sábado

conta, por outro lado, da vontade dos trabalhadores - expressa no recente Encontro Nacional realizado no Porto - de intensificar o combate contra o desmembramento da empresa e a manutenção dos postos de trabalho, já ameaçados pela administração.

Transportes

Os Transportes é um sector onde o Governo do PSD durante 10 anos desenvolveu uma violenta ofensiva centrada em três linhas fundamentais: desmembramento das empresas, despedimentos e privatização.

O PS, agora, seguindo embora um estilo diferente, desenvolve a mesma política. E, assim, fala-se já em desmembrar a CP e a ANA, cada uma em três áreas - duas empresas e um instituto - e em privatizar a TAP, sendo que também sobre a Carris e o Metropolitano pairam ameaças, diz Carlos Carvalho na sua intervenção sobre este sector.

No caso da CP, o pretexto para o desmembramento é a existência de elevados défices, esquecendo-se que esta empresa tem uma importante componente social que devia ser paga pelo Estado e não é! Obrigada a recorrer à banca para o seu funcionamento, a empresa cria naturalmente pesados encargos financeiros.

O que se pretende, de facto, com o desmembramento destas empresas é a sua entrega ao capital privado. Entretanto, os serviços prestados aos utentes vão-se deteriorando, diz Carlos Carvalho.

Comunicações

As Comunicações e Telecomunicações são sectores estratégicos para o desenvolvimento do país, diz, por sua vez, Amélia Monteiro, trabalhadora dos CTT. Referindo-se particularmente ao sector dos Correios, afirma que este é fundamental para o desenvolvimento das regiões e das actividades económicas e para o bem-estar das populações.

Tem sido, entretanto, esquecida a vertente social deste serviço, verificando-se o encerramento de serviços considerados não rentáveis e a diminuição considerável dos recursos humanos. Contudo, é perfeitamente viável um sector de Correios que preste um serviço de carácter social e sem prejuízos se a gestão for correcta e acompanhada pela modernização dos serviços, considera Amélia Monteiro.

E depois de referir os perigos de liberalização dos serviços até aqui reservados aos operadores públicos, pretendida pela Comunidade Europeia, pergunta o que é que vai ficar nos CTT: «Certamente o que não dá lucro e não interessa aos privados», conclui.

Carlos Carvalhas sobre privatizações

O País perde mas... «há quem ganhe!»

Na intervenção que proferiu, Carlos Carvalhas, lembrando que o encontro sobre o S.E.E. se processava um ano após a tomada de posse do governo socialista, considerou que nesse espaço de tempo, a crise da agricultura e das pescas não foi travada e que o aparelho produtivo industrial está hoje mais fragilizado, continuando a processar-se a substituição da produção nacional pela produção estrangeira.

Dos sectores económicos, a Banca «engordou» - disse - mas à custa das actividades produtivas e do endividamento das empresas, verificando-se nos outros sectores o marasmo ou mesmo o retrocesso.

E se é certo que pontualmente houve respostas positivas, é tam-

bém certo que o balanço final para os que acreditaram na mudança é decepcionante.



O desemprego vai continuar a aumentar com a «marcha forçada e acelerada» em curso para a moeda única, disse Carlos Carvalhas

A par da estagnação do poder de compra, o desemprego, com a actual política de «marcha forçada e acelerada» para a moeda única, vai continuar a aumentar. Ou seja, a primeira prioridade do Governo PS - o combate ao desemprego - foi desde logo esquecida. Como esquecida foi a «paixão» pela educação e o combate ao seu inimigo nº 1 - a droga.

Portugal precisa de crescimento económico, de emprego e de justiça social, defendeu Carlos Carvalhas. Em vez disso, o Governo inscreve no Orçamento de Estado milhões

de contos de benefícios fiscais, no fundamental para as actividades financeiras; anuncia a entrega de 60 milhões de contos de indemnizações aos latifundiários do Alentejo; promove a concentração de riqueza, seja com a sua política fiscal e orçamental seja com a vergonhosa política de privatizações que prossegue.

Entretanto, o argumento para a sua política de privatizações - os prejuízos das empresas públicas - é agora claramente desmentido pela inscrição no Orçamento de Estado para 1997 de 150 milhões de contos de dividendos, de 117 milhões de contos de IRC e de 49,5 milhões de contos de IRS de contribuição destas empresas. Ou seja, um total de 376,5 milhões de contos.

«Final o bolo é gordo e por isso mesmo apetecível», diz o Secretário-geral do PCP que refere também o «escândalo» da Telecom avaliada para venda em metade do seu valor (600 milhões em vez de 1.200 milhões de contos), com o Banco Espírito Santo a ser, «simultaneamente, avaliador, promotor de venda e comprador da empresa!!!».

Com as privatizações, o Governo desfaz-se de património público, o Estado perde receitas e o País alavanca fundamentais de desenvolvimento, diz por fim Carlos Carvalhas, sublinhando que «há quem ganhe» com todo este processo: «a reconstituição do poder económico, financeiro e político de meia dúzia de famílias...».

EM FOCO

Homenagem a Cesina Bermudes

MDM apresenta
Carta Reivindicativa

A Distinção de Honra do MDM a Cesina Bermudes - médica que se distinguiu pelo seu trabalho na introdução e divulgação do método psicofilático em Portugal - foi atribuída em cerimónia realizada sábado passado em Loures, com a participação de mais de 500 pessoas. Nesta cerimónia, que decorreu na Auditório Municipal de Santo Adrião, foi lançada a Carta Reivindicativa: Saúde Materna em Portugal que, visando assegurar os direitos fundamentais até ao ano 2000, equaciona como princípios imprescindíveis: a implementação do parto psicofilático nos serviços públicos de saúde; a saúde materna, através de diversas medidas básicas, nomeadamente uma eficaz cobertura de assistência materno-infantil e de acompanhamento à gravidez; instalação urgente de uma unidade hospitalar com a valência de maternidade no Concelho de Loures; a realização de campanhas de sensibilização nos principais meios de comunicação e nos programas escolares sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar.

O Movimento Democrático de Mulheres defende ainda o alargamento do prazo para a interrupção voluntária da gravidez de 16 para 22 semanas, em caso de malformação do feto e a consideração das razões socioeconómicas, a pedido da mulher, até às 12 semanas.

A actualidade da luta
pelo parto sem dor

Hoje com 88 anos de idade - e mantendo uma espantosa energia - Cesina Bermudes, a introdutora em Portugal do parto sem dor, mantém-se disponível para lutar pela divulgação deste método psicofilático.

"Esta iniciativa vem muito a propósito", foi um dos seus comentários - num encontro com a imprensa - à iniciativa do MDM de lhe atribuir a Distinção de Honra. Em causa as graves deturpações da própria ideia de parto sem dor, actualmente de alguma forma identificado à anestesia epidural. Método com riscos, utilizado nos anos 30 nos Estados Unidos, e agora introduzido em Portugal como uma novidade.

Cesina Bermudes pensa que "é oportuno que se volte a recordar a possibilidade de parto sem dor" e propõe-se prosseguir com o que foi a

luta de toda a sua vida. Quatro décadas e mais de três mil partos, utilizando um método que o regime fascista não poderia deixar de rejeitar - porque provindo da então União Soviética, e porque se afirmava ao arripio da ortodoxia cristã que ligava necessariamente o parto à dor, como uma maldição divina -, o parto sem dor continua a esbarrar com claras resistências. Nos nossos dias, por razões diversas, que terão a ver com os vícios de uma filosofia de vida dominante. "O parto sem dor dá muito trabalho", diz Cesina Bermudes. Não apenas as lições teóricas e práticas ao longo dos nove meses de gestação (em que, sempre que possível, deverão estar presentes os pais). Mas durante as longas horas do próprio parto - "Eu não saía de ao pé

delas, para evitar coisas erradas. O que nem as parteiras estão dispostas a fazer."

Um processo em que entretanto todos ganham. "Um pai que assiste ao parto, fica a amar mais o filho e com mais amor e consideração pela mulher."

Por tudo isto - e no fundo dando continuidade a uma vida de luta, de afirmação e desafio - Cesina Bermudes propõe-se fazer conferências pelo país - começando talvez por Loures, local em que sábado passado foi homenageada pelo MDM - para ensinar, ou re-ensinar, o parto sem dor. Para que se generalize a ideia e a prática de que é possível a uma mulher participar activa e conscientemente no nascimento do seu filho e sair pelo seu pé da sala de parto. E mesmo carregando o recém-nascido nos braços.

Assembleia Mundial da Paz
aclama Cuba no México

Foi diferente das anteriores, pelo cenário e a atmosfera, a Assembleia Mundial da Paz, reunida na Cidade do México, de 23 a 27 de Outubro. Pela primeira vez realizou-se fora da Europa. A escolha recaiu sobre o México, um dos gigantes da América Latina imperializada mas insubmissa.

Centenas de delegados e participantes de mais de 40 países debateram durante aqueles dias não apenas o grande tema da Paz mas muitos dos problemas dela inseparáveis que condicionam o futuro próximo da humanidade.

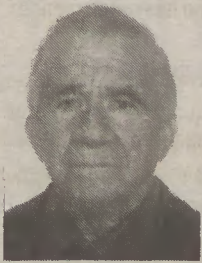
Tendo por pano de fundo a crise da humanidade no final do milénio, resultante de hegemonismos imperiais e da irracionalidade da estratégia da globalização e das políticas neoliberais, o debate em defesa da Paz ficou assinalado por uma diversificação dos temas que o enriqueceu e lhe conferiu profundidade. Obviamente, a luta pelo desarmamento e contra a barbárie nuclear foi uma constante.

Discursos muito diferentes, na forma e no conteúdo, a reflectir a pluralidade de culturas e mundividências, não impediram as convergências necessárias no tocante aos grandes objectivos compartilhados por mulheres e homens de todos os continentes.

No amplo salão onde um número reduzido de delegados introduziu os assuntos mais candentes da agenda, os debates passaram para as secções dos workshops onde prosseguiram com participação intensa e empenhada de muita gente. O váivém democrático e criador prosseguiu com o regresso às sessões plenárias onde os relatores apresentaram sínteses que, por sua vez, foram fonte de novas intervenções.

Coube-me a honra (porque Mari Alkatiri, da Fretilin, não pode deslocar-se ao México) de ser o porta-voz da causa do povo martirizado de Timor-Leste.

A Assembleia ouviu com emoção o embaixador da Polónia no México quando este levou ao plenário a saga da



■ Miguel Urbano Rodrigues

nação Sarauí. Não foi fácil porque a delegação marroquina - cujo comportamento foi permanentemente provocatório - tentou impedir que a questão sarauí fosse levantada, repetindo a sua lengalenga colonialista sobre a «marroquinidade» do Sahara Ocidental.

Angola não foi também esquecida na Declaração Final. Cuba foi, naturalmente, o tema maior da solidariedade. Da Lei Helms-Burton e do cerco imperial à Ilha se disse o que era justo e necessário e todos esperavam ouvir.

A dureza do discurso condenatório do imperialismo norte-americano respondeu a um sentimento generalizado. A atmosfera não podia ser mais propícia. Uma vaga espontânea de solidariedade a Cuba subia naqueles dias do povo mexicano. A Assembleia reuniu-se na semana seguinte ao furacão Lili que devastou a Ilha, provocando enormes estragos materiais. Do México seguiram logo medicamentos e ajuda diversificada.

O ambiente e a circunstância pesaram. Poucas vezes numa conferência internacional terá sido tão firme e unânime a

condenação do bloqueio a Cuba e da política imperial e desumana que o determina.

Um dos momentos mais emocionantes da Assembleia foi aquele em que o representante do Movimento da Paz norte-americano apresentou uma moção sugerindo à Assembleia que fizesse seu o apelo à ajuda humanitária dirigido à ONU pelo governo cubano sobre a «tragédia nacional» provocada pelo furacão Lili.

Acabava de falar um delegado de Cuba. No abraço que o norte-americano e o cubano trocaram ficou plasmado o espírito da Paz e a fraternidade internacionalista da Assembleia. Longe, é difícil imaginar a atmosfera. Rolaram lágrimas pelas faces de velhos combatentes da causa da Paz vindos dos quatro cantos do mundo.

Foi um abraço que simbolizou o espírito da Assembleia e o seu objectivo e ambição: contribuir para um Século XXI de Paz. De pé, a Assembleia aclamou Cuba.

O presidente do México, Ernesto Zedillo, inaugurou a Assembleia cuja sessão de encerramento contou com uma intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Angel Guria. Ambos, nos seus discursos, expressaram a total solidariedade mexicana aos objectivos da Assembleia. O presidente do Movimento pela Paz do México (que organizou a reunião), Gonzalo Corvalá, condenou repetidamente nas suas intervenções não apenas o bloqueio a Cuba, mas a estratégia imperial norte-americana e a política da globalização como seu instrumento.

A delegação portuguesa teve uma participação ampla nos trabalhos da assembleia. António Pedro Carvalho - reeleito membro do Executivo do Conselho Mundial da Paz - interveio ao longo de toda a Assembleia, presidiu a algumas sessões e coube-lhe apresentar o Relatório do Executivo do CMP. O brigadeiro Pedro Pezarat Correia e Miguel Urbano Rodrigues intervieram em duas sessões plenárias com trabalhos introdutórios de temas de fundo.

Albertina Sisulu foi reeleita Presidente do Conselho Mundial da Paz.

Alentejo

As alternativas existem

Dez propostas para o desenvolvimento do Alentejo e um conjunto de projectos com vista ao Orçamento de Estado para 1997 e até ao ano 2000 - são os dois documentos debatidos e aprovados na Assembleia do MARD / Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, realizada em Estremoz, em 28 de Setembro passado.

Documentos que, antes do mais, testemunham que as alternativas existem e que é possível superar a situação de profunda crise que se vive na região.

Caracterizando a situação actual como de "crise económica e social muito profunda", a análise avançada pelo MARD sobre o Alentejo sublinha sobretudo as possibilidades reais de uma alternativa.

No plano económico, a análise do sistema produtivo indica a necessidade de "realizar um conjunto de reformas, diversificar a base produtiva, criar uma indústria transformadora "que acrescente valor às matérias-primas e crie postos de trabalho sustentáveis".

Neste quadro, o MARD avança diferentes propostas: a organização do sistema produtivo numa óptica de *fileira de produção*; uma reforma da agricultura que resolva "a questão histórica da posse e do uso da terra"; o superar de travões ao desenvolvimento da agricultura, como é o caso da Política Agrícola Comum (PAC), os elevados custos dos factores de produção, as políticas fiscais; a necessidade de estimular um sector diversificado da indústria transformadora e a actividade turística; a organização do comércio tradicional em novos moldes, sublinhando-se que "devido por um lado à incapacidade organizativa da agricultura actual e por outro lado devido aos moldes em que funcionam as *grandes superfícies*, estas não têm impactos significativos em termos de estímulo ao desenvolvimento económico e da criação de emprego sustentável na região".

No plano dos **empreendimentos**, o MARD refere os "preocupantes atrasos e indefinições no que respeita a projectos estruturantes, particularmente no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva".

Num contexto social de "desertificação humana, desemprego estrutural e duplo envelhecimento" - o Alentejo sofre a mais alta taxa de desemprego do país e uma das mais altas da União Europeia - o sublinhar dos **aspectos novos e positivos** é a tónica que irá concretizar-se nas **10 propostas para o desenvolvimento**.

Nesta perspectiva, parte-se de alguns factos novos:

- O arranque do Empreendimento do Alqueva "que possibilitará o Plano de Rega do Alentejo, estimulará reformas e reconversões na agricultura e na agro-indústria, terá impactos positivos, podendo assim, assumir-se como *motores* de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo"

- A existência de um "Poder Local Democrático empreendedor"
- A perspectiva da instituição das Regiões Administrativas
- A necessária solidariedade, pois "para a região sair da crise económica e social não são suficientes o esforço e os recursos endógenos".

Um quadro em que o **processo de regionalização** ganha particular acuidade.

"No âmbito da consulta promovida pela Assembleia da República, mais de 80% das Assembleias Municipais (AM) do Alentejo que se pronunciaram, sobre a Regionalização, fizeram-no a favor da criação de uma única Região Alentejo" - afirma-se no documento do MARD que refere ainda que o Conselho da Região do Alentejo assumiu idêntica posição.

É com base nesta análise que a reunião de Estremoz avança, de par das 10 propostas para o desenvolvimento, um conjunto de projectos, a serem considerados no Orçamento de Estado para 97 e seguintes, até 1999, e que abarcam - as infra-estruturas hidráulicas, nomeadamente o Alqueva, vários projectos de pequenos e médios regadios colectivos e a barragem do Pisão; projectos de combate e prevenção às fontes de poluição dos rios e albufeiras; construção de uma rede de infra-estruturas de comercialização, de apoio, sobretudo às pequenas e médias explorações agrícolas; um programa na área das acessibilidades.



Dez propostas para o desenvolvimento

A Assembleia do MARD apresentou dez propostas para o desenvolvimento do Alentejo, de que aqui apresentamos uma síntese.

1. Elaboração de um plano de desenvolvimento integrado para o Alentejo. Um plano que coloque como *questões centrais*: "a criação de uma nova base económica regional, com as adequadas reformas democráticas e a dinamização do sistema produtivo, a criação de emprego sustentável e durável, melhorar os salários, as pensões e as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral".

2. Definição de uma política de posse e uso da terra e de um projecto agrícola regional, tendo em conta a questão fundiária, o empreendimento do Alqueva, uma nova política de gestão dos recursos hídricos, o ordenamento dos espaços florestais e das explorações, novas políticas de custos dos factores de produção, de créditos e de preços e escoamento da produção, o apoio ao associativismo, uma nova Política Agrícola Comum (PAC).

3. Construção de uma nova base económica, designadamente através da promoção de fileiras de produção de base regional, referindo-se as potencialidades das fileiras de: vinha e vinho, olival e azeite, hortofrutícolas, beterraba sacarina, pecuária, alimentos preparados para animais, cortiça e madeira, rochas ornamentais e ambiente, concentrados piritosos.

A que há que acrescentar os recursos pesqueiros, a inserção de grandes infra-estruturas (como o complexo de Sines, a Base Aérea de Beja e o Alqueva) e o desenvolvimento da indústria turística.

4. Concretização das obras do empreendi-

mento de fins múltiplos do Alqueva, "com base no desenvolvimento simultâneo dos três subsistemas previstos, num total de 111 mil hectares" e concretização do plano de rega do Alentejo.

5. Programa de apoio à criação de um sistema de comercialização das produções agro-pecuárias e florestais.

6. Definição de uma política de apoio ao investimento, que crie condições privilegiadas para a captação de investimentos e reforce as verbas dos investimentos públicos.

7. Criação de um programa de construção, obras públicas, nomeadamente nas áreas de acessibilidades e infra-estruturas hidráulicas, do saneamento básico e abastecimento de água às populações, habitação, apoio à terceira idade, saúde e parque escolar, recuperação de monumentos e centros históricos.

8. Programa de conclusão e modernização das acessibilidades numa dupla perspectiva de potenciar o desenvolvimento endógeno e ligar o Alentejo à rede de acessibilidades nacionais e comunitárias.

9. Definição de uma nova política de formação profissional e investigação aplicada que tenha em conta as necessidades de desenvolvimento actuais e futuras da região.

10. Institucionalização, em 1997, das regiões Administrativas, garantindo, em simultâneo, o reforço do poder local democrático.

O que é o MARD?

O Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento (MARD) é um movimento aberto à participação de todos e tem por vocação promover o progresso e o desenvolvimento do Alentejo.

Conta actualmente, entre os seus aderentes, com mais de 600 instituições e organizações económicas, sociais e culturais do Alentejo.

A Comissão Promotora é constituída pelas seguintes entidades: Conselho da Região do Alentejo; Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre; Associações de Municípios dos Distritos de Beja e Évora, do Norte e do Litoral Alentejanos.

Hollywood e as eleições

Rezava a notícia - a propósito do longo entremez das eleições presidenciais norte-americanas - que Bob Dole «não tem razão» quando acusa Hollywood de ser um covil de «liberais de esquerda elitista» que só apoia o Partido Democrata. Quem o afirma é uma tal Jennifer Qeen, citada pelo *Público* e falando em nome do «Center for Responsive Politics», uma «organização independente» que publicou um estudo sobre os financiamentos desta campanha. Diz a Qeen que é «insignificante» o dinheiro dado à campanha eleitoral

norte-americana por Hollywood: por junto e atacado não passa de um mísero milhão de dólares, mesmo assim rateado entre uma multidão de unhas de fome - as produtoras cinematográficas de Hollywood, as cadeias de TV por cabo e as empresas de comunicação social, como a Murdoch Corp. ou o Grupo Chicago Sun-Times. Mas o melhor guardou a senhora para o fim, quando explicou o fundo da sua argumentação. «Além disso - esclareceu ela -, o dinheiro deste grupo foi dividido quase em duas partes iguais pelos dois partidos: 604 mil dólares para os democratas e 527 mil para os republicanos. Em muitos casos, os partidos

PONTOS CARDEAIS

recebem dinheiro das mesmas fontes.»

Ainda bem que o confirma, minha senhora. De facto, há muito que se sabe que a «grande democracia americana» não passa de um colossal embuste, onde votar num ou noutro partido vai dar essencialmente ao mesmo. Sabem-no os capitalistas, que patrocinam indiferenciadamente tanto o Partido Democrata como o Republicano, e sabem-no os eleitores norte-americanos, que há várias décadas dedicam à «democracia americana» e às

suas eleições presidenciais a mais gigantesca abstenção do mundo ocidental: mais de 50%!

O demissionista

Mikhail Gorbatchov continua a fazer pela vidinha e a acalantar sonhos de grandeza. Desta vez foi a Londres promover o seu livro «Memórias» e, enquanto garantia assim a entrada de mais uns cacaos para a sua conta bancária, foi dizendo coisas sobre a Rússia, tema que, pelos vistos, o continua a

entusiasmar. «Hoje a Rússia encontra-se à deriva, é inadmissível!», lamentou o homem que inadmissivelmente contribuiu para o drama que afirma lamentar. Mas como não dá ponto sem nó, Gorbatchov explicou cruamente ao que vinham as suas lamentações, afirmando, acerca do actual presidente russo, Bóris Ieltsin: «Espero que ele continue vivo, mas para funcionar correctamente o país tem necessidade de outro presidente.» Como? Através de novas eleições, nas quais a Rússia «tem necessidade da unificação das forças democráticas, de uma alternativa democrática». E onde está essa alternativa?

Obviamente... nele próprio. O pior é que o povo russo tem demasiado presente o que valem as «alternativas» de Gorbatchov...

Laranjada algarvia

No PSD/Algarve a confusão cresce a um ritmo ainda mais alucinante que no resto do partido, o que não admira: estão nele presentes duas personalidades com a envergadura de Mendes Bota e Macário Correia. Há dias, durante a Assembleia do partido realizado em São Brás de Alportel, o primeiro garantiu que «correm rumores» de que o segundo estava disponível para se candidatar à Câmara Municipal de Tavira. Macário Correia, ao ouvir tal coisa, aguentou calado até ao fim. A resposta devia estar a ser devidamente ponderada e não se fez esperar: encerrados os trabalhos, Macário apressou-se a comunicar aos órgãos de Comunicação Social que «é prematuro avançar com o meu nome para a Câmara de Tavira, embora não exclua a hipótese de vir a ponderar essa situação», posto o que afiançou saber também de «rumores» que dão Mendes Bota como candidato do PSD à Câmara Municipal de Loulé. Posto isto, Bota meteu a viola no saco invocando «motivos de ordem familiar» para se escusar ao desafio. Não há dúvida que a laranjada está fresquinha, no Algarve.

PONTOS NATURAIS

Hoje, o treinador sou eu

Jogador que melhor se integre na sua equipa, é o que melhor desintegra a equipa adversária.

A nossa força pode ter limites. A nossa vontade, não.

O jogador que exige de si próprio o impossível, acaba por nem o possível poder dar.

Cúmulo da imprudência: pôr o guarda-redes ao ataque. Cúmulo da sabedoria: pôr o ponta-de-lança a defender.

É tão mau levar a mulher para o campo, como levar a bola para a cama.

O bom guarda-redes é o que inicia um bom ataque.

Corre, passa, corre...

A boa regra manda que obriguemos o nosso adversário a jogar apenas com os seus onze jogadores.

Ser um bom jogador de xadrez ajuda a ser um bom jogador de futebol.

O defeito da bola é que ela não gosta apenas de ti. Mas se a souberes levar, ela irá contigo até ao fim do mundo, ou seja, até ao fim da baliza.

Que cada pontapé na bola seja como que um pontapé na desgraça.

A finalidade do jogo não é meter os golos, mas fazer por isso.

A baliza é um requerimento que leva sempre onze abaixo-assinados.

No futebol moderno, ganha o jogo quem ganhar os ressaltos. Quem dominar o acaso.

O jogador de futebol é como o pavão: morre se olhar para os pés.

Se três adversários te cercam, de duas uma: ou eles são 33 (absurdo!) ou haverá um teu companheiro livre de marcação.

Uma equipa com jogadores mais velozes, tem mais jogadores em campo.

O futebol executa-se nos limites de um segundo de tempo e de um milímetro de campo.

Quando um jogador não tem a quem passar a bola, isso quer dizer que a equipa não está a praticar bom futebol.

O segredo é estarmos no lugar onde a equipa precisa que estejamos.

Não mandes a bola para onde o teu companheiro está, mas para o sítio onde ele vai estar.

Nós procuramos a bola, mas às vezes, caprichosamente, é a bola que nos procura a nós. Então devemos estar à altura das circunstâncias.

Futebol não passa pela conquista do nosso território. A eterna lei da vida.

Ter ou não ter a bola, eis a questão.

Tudo sai bem quando o jogo que está no campo é o jogo que está dentro da nossa cabeça.

Os pés não são mais do que os braços da nossa cabeça.

Jogador que se lembra do essencial é o jogador que se esquece de si próprio.

Mário Castrinho

Desenho de Mordillo

AGENDA

AVEIRO

Aveiro - Reunião distrital de dirigentes e activistas do Movimento Sindical, com a participação de Domingos Abrantes: dia 5 às 15h, no CT; reunião de militantes das Empresas e Sectores Profissionais do concelho de Aveiro, também com Domingos Abrantes: dia 5 às 21h30, no CT; jantar-debate do sector Bancários no restaurante "o Buraco": dia 6 às 19h30.

S. João da Madeira - IV Assembleia da Organização Concelhia, que discutirá a actiyidade da organização e elegerá a nova Comissão Concelhia e incluirá também o debate das Teses: dia 9 às 15h no CT, com a participação de António Salavessa.

Espinho - reunião de militantes da JCP: hoje, 31, às 21h30, no CT.

Castelo de Paiva - Plenário da freg. de Pedrido: hoje, dia 31, às 21h30, na JF.

Feira - plenários das freguesias de S. Paio de Oleiros (dia 31 às 21h30) e Fiães (dia 3 às 10h, na JF local)

BEJA

Beja - da célula do Bº da Conceição e da célula da CM: dia 4 às 21h; do Bº do Pelame: dia 6 às 21h; de Reformados e Deficientes da cidade de Beja, também para eleição de delegados: dia 7 às 15h, no CT de Beja.

Mértola - da célula da CM: dia 4 às 18h; das organizações de S. Miguel dos Pinheiros, S. João Caldeireiros, S. Sebastião dos Carros, S. Pedro de Soliz, na JF de S. Miguel dos Pinheiros: dia 5 às 20h.

Castro Verde - Reunião de S. Marcos de Ataboeira: dia 7 às 21h, na Escola Velha.

Cuba - reunião da organização da freguesia, com José Soeiro: dia 7 às 20h30, no CT.

COVILHÃ

Assembleia Plenária das Minas da Panasqueira

(freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis e S. Jorge da Beira) dia 2 às 15h, na Barroca, com a participação de António Cardoso.

Assembleia plenária da Zona Sul da Covilhã (fregs. Barco, Casegas, Coutada, Erada, Ourondo, Paúl, Peso, Sobral de S. Miguel, Unhais da Serra, Vales do Rio): sala anexa à JF de Paúl, dia 2 às 21h00, com Armando Morais.

ÉVORA

Évora - Reunião do Sector Intelectual: dias 5 e 12 de Novembro, às 21h, no CT.

Cabeção - dos militantes da freguesia, com António Gervásio e António Luís: dia 1 às 15h na Casa do Povo.

Viana do Alentejo - integrado na preparação do XV Congresso, debate sobre "O projecto autárquico do PCP", com a participação de Raimundo Cabral e Abílio Fernandes: dia 7 às 20 na JF de Viana.

LEIRIA

Marinha Grande - da organização dos Professores: dia 5 às 21h30, no CT; da organização de Quadros Técnicos e de Pequenos Empresários: ambas no dia 7 às 21h30 no CT.

LISBOA

Alenquer - reuniões nas freguesias de Pereiro de Palhacana e de Merceana: dia 2 às 15h.

Amadora - plenário das Empresas do concelho: hoje, dia 31, às 18h30, no CT da Amadora; dos militantes da freg. da Reboleira: dia 2 às 15h, na JF da Reboleira; plenário da JCP para discussão das Teses: dia 2 às 15h no CT Amadora; dos militantes da freg. da Brandoa: dia 2 às 21h no CT da Brandoa; da célula da CM: dia 7 às 17h30, no CT da Amadora.



CONGRESSO
PCP

UM PARTIDO
MAIS FORTE
NOVO RUMO
PARA PORTUGAL



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

**Plenários
e reuniões
para
discussão
das TESES**

Cascais - Plenário de Reformados de S. Domingos de Rana: hoje, dia 31, às 15h30, no CT de Tires.

Lisboa - Reunião de camaradas dirigentes de colectividades e associações da freguesia de Olivais, para discutir as Teses e questões locais: hoje, 31, às 21h30 no CT dos Olivais; plenário da freguesia de Arroios: hoje, às 21h, no CT Vitória; de Reformados Bancários: hoje às 15h no CT Vitória; do colectivo de Jovens Comunistas: dia 2 às 15h30 no CT Vitória; Almoço-convívio e debate da freguesia de Ajuda: dia 2 às 15h no CT; de militantes do Sector Oriental de Empresas: dia 4 às 18h30 no CT dos Olivais; do OD da Zona Centro: dia 4 às 19h; do OD da Zona Oriental de Lisboa: dia 5 às 21h no CT Vitória; reunião de eleitos das Juntas de Freguesia da Zona Norte com os vereadores do PCP: dia 5 às 21h no CT Vitória; do OD dos Bancários: dia 5, no CT da Av. Duque de Loulé; plenário da célula dos Juristas: dia 5 às 21h30

no CT Vitória; debate promovido pelo Sector Seguros sobre *A situação política nacional e internacional e a validade dos ideais comunistas*: dia 6 às 18h no CT Vitória; plenário das células do MAP e MIE: dia 6 às 18h30 no CT Vitória; das células da TAP, ABA, SITAVA, Func. SITAVA, Aviação Civil: dia 6 às 18h no CT Vitória. Jantar-convívio / magusto do Sector Serviços de Lisboa: dia 7 às 20h no CT Duque de Loulé; plenário geral de militantes do Sector Público: dia 7 às 18h30; assembleia electiva da célula do Metro: dia 7 às 17h30 no CT Vitória; plenários dos sectores Intelectual e da Comunicação Social: ambos dia 7 às 21h30 no CT Vitória. Zona Centro - Jornadas de contacto com novos inscritos e venda militante do "Avante!": dias 31 e 7 de Novembro a partir das 15h.

Oeiras - Assembleia electiva da freg. de Oeiras: dia 5 às 21h no CT de Algés.

Sintra - plenário dos militantes da freguesia de

ÉVORA

Sábado, dia 2, no Palácio D. Manuel, às 10h

**Encontro de Quadros do Alentejo:
"O XV Congresso e as tarefas
do Partido no Alentejo"**

Participam José Soeiro, Luís Sá e
CARLOS CARVALHAS

Sessão pública de encerramento às 17h,
com intervenção do Secretário-Geral do PCP

COIMBRA

Dia 5, 21h30, Casa da Cultura

Reunião de Quadros do PCP
para discussão do XV Congresso
com a participação de Carlos Carvalhas

Terça-feira, dia 5, o Secretário-Geral do PCP desloca-se a Coimbra, onde, para além do Encontro de Quadros do PCP que se realiza à noite na Casa da Cultura, terá encontros com o Reitor da Universidade de Coimbra, na Reitoria da Universidade, às 15h, com a Presidente da Direcção da Associação Académica, às 16h30, e com comissões de luta das populações no CT do PCP da Rua da Sofia, às 18h.

Algueirão / Mem-Martins, com a participação de Henrique Sousa: dia 2 às 15h, no CT; plenário da célula CM / SMAS Sintra: dia 7 às 18h, no CT de Rio de Mouro, com Clarinda de Sousa.

Vila Franca de Xira - da organização da freguesia de S. João dos Montes, também para eleição de delegados: dia 2 às 21h30 no CT de A-dos-Loucos; plenário da célula dos Trabalhadores da CMSMAS, com Jerónimo de Sousa: dia 7 às 18h, no Refeitório Municipal.

PORTALEGRE

Soure - Assembleia plenária da organização concelhia para debate das Teses e eleição de delegados, com Sérgio Teixeira: dia 2 às 15h no CT.

PORTO

Santo Tirso - Assembleia plenária das organiza-

ções das freguesias de Vilarinho, Roriz, S. Mamede de Negrelos, S. Martinho do Campo, S. Tomé de Negrelos e Vila das Aves e da célula da Baiona: dia 2 às 21h na JF de Vilarinho.

Matosinhos - plenário da Com. Concelhia, com Serafim Brás: hoje, 31, às 21h30; do Sector Empresas do concelho de Matosinhos, com Valdemar Madureira: dia 6 às 18h, no CT de Matosinhos.

Gaia - de militantes da freguesia de Arcozelo: dia 2 às 21h30, na JF local; da freguesia de Sta. Marinha: dia 31 às 21h30 no CT de Gaia; da freguesia de Grijó: dia 31 às 21h30, na R. Vendas de Grijó, 200.

SETÚBAL

Alcácer do Sal - assembleias plenárias da célula dos Trabalhadores da CM e da freguesia de Santa Maria: hoje, dia 31, às 21h, no CT.

Almada - Reuniões das Comissões de Freguesia de Pragal (dia 5 às 21h, no CT) e de Feijó (dia 6 às 21h no CT)

Santiago do Cacém - plenário da freguesia de Ermidas-Sado: dia 3, às 15h, na Junta de Freguesia de Ermidas.

Seixal - plenário da freguesia de Paio Pires: dia 2 às 15h, no F.C. Paio Pires.

Setúbal - plenário da freguesia de Anunciada: sábado, 2, às 15h, com a participação de Luísa Araújo.

Sines - plenário da célula dos Trabalhadores das Autarquias: dia 2 às 17h, no CT.

VISEU

Reuniões de militantes de Viseu, Vila Nova de Paiva, Satão: no CT de Viseu, dia 3 às 15h30; dos militantes de Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Carregal do Sal, Sta. Comba Dão: dia 3 às 15h30, na Junta de Freguesia de Nelas.

ALJUSTREL

**COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE
com a luta dos trabalhadores e da população,
pela reabertura da Mina**

hoje, 31, às 21h, no Cinema
com Jerónimo de Sousa

JCP

Guimarães
Magusto-convívio
no Centro de Trabalho
do PCP

dia 2 a partir das 16h

SETÚBAL

**MAGUSTO DOS "FAZEDORES"
DA FESTA DO "AVANTE!"**

Sábado, 9, a partir das 15h
na Quinta de S. Paulo

APARECE!

TELEVISÃO

Quinta, 31

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Seleção RTP
15.25 Emoções Fortes
15.50 Liga dos Campeões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.50 Tudo às Escuras
22.25 Polícias
23.45 24 Horas
00.15 RTP/Financial Times
00.30 Olho Vivo

RTP 2

14.55 Basquetebol: Portugal-Estónia
16.30 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Notícias 2
19.10 Notas de Música
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabuloso
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 O Prisioneiro do Passado (de Delmar Daves, EUA/1947, com Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Bruce Bennett, Agnes Moorehead. Ver Destaque)
00.40 Musical: «Take That - The Movie» (I)

SIC

10.00 Buêréré
10.50 Ponto de Encontro
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal

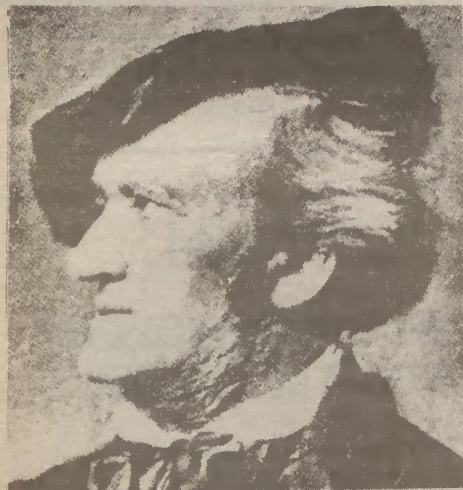


Jalna, um velho romance agora adaptado a série

13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêréré
17.00 Futebol: Lokomotiv-Benfica
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Notícia Escaldante
22.00 Carlos Cruz
23.30 Dr. Katz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter



Wagner em destaque domingo na RTP2

Sexta, 1

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Missa
11.00 As Viagens de Gulliver (de Dave Fleischer, EUA/1939. Desenhos Animados)
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Olho Clínico
15.15 Seleção RTP
15.55 Os Andrades
17.00 Notícias
17.15 A Lei das Ruas
18.00 Malha de Intrigas
19.10 O Campeão
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.50 A Mulher do Sr. Ministro
22.25 Ghost - O Espírito do Amor (de Jerry Zucker, EUA/1990, com Patrick Swayze, Demi Moore, Whoopie Goldberg. Fantasia / Romance)
00.45 24 Horas
01.15 RTP/Financial Times
01.30 Olho Vivo
02.00 Paixão Selvagem (de Jennifer Chambers Lynch, EUA/1992, com Sherilyn Fenn, Julian Sands, Bill Paxton, Art Garfunkel. «Thriller»)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Notícias 2
19.10 A Ver Vamos
19.40 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.10 Remate
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Veneno de Cobra (de Michael Curtiz, EUA/1954, com Humphrey Bogart, Joan Bennett, Aldo Ray, Peter Ustinov, Basil Rathbone. Ver Destaque)
00.40 Musical: «Take That - The Movie» (II)

SIC

09.00 Buêréré
10.50 Record Radicais
11.15 O Mundo dos Animais
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Estrelas de 4 Patas
15.00 O Regresso do Santo
16.00 Buêréré
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 Malucos do Riso
21.25 O Rei do Gado
22.25 All You Need Is Love
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 Sem Reservas
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

02.00 O Protector (de James Glickenhaus, EUA/1985, com Jackie Chan, Danny Aiello, Roy Chiao, Victor Arnold, Richard Clarke. Drama)

Sábado, 2

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.20 Sábado Jovem
12.00 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.30 Beverly Hills 90210
16.35 Magazine
17.05 As Aventuras do Irmão Mais Esperto de Sherlock Holmes (de Gene Wilder, EUA/1975, com Gene Wilder, Madeline Kahn, Marty Feldman, Dom DeLuise. Comédia / Mistério)
18.40 Superbébés
19.10 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Braga-Sporting
23.00 Os Imparáveis
23.30 Serviço de Urgência
00.35 24 Horas
00.55 Coração Americano (de Martin Bell, EUA/1992, com Jeff Bridges, Edward Furlong, Lucinda Jenney, Tracey Kapisky. Ver Destaque)
02.35 As Abelhas Assassinas (de Rockne S. O'Bannon, EUA/1995, com Robert Hays, Nancy Stafford, Dennis Christopher. Terror / Fantástico)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
11.50 Vida por Vida
12.10 Paixão pela Natureza
12.40 Para Além do Ano 2000
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (2)
19.00 Notícias 2
19.05 7ª W - Defesa do Consumidor
19.30 2001
20.05 Foyer - «Os Homens de Hollywood»
21.00 Notícias 2
21.20 Semana ao Sábado
22.00 Horizontes da Memória
22.25 Sinais do Tempo
23.30 O Mundo a Seus Pés (de Orson Welles, EUA, com Orson Welles, Joseph Cotten, Dorothy Comingore, Averett Sloane, Agnes Moorehead. Ver Destaque)
01.40 Jalna

SIC

08.30 Buêréré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.30 Malhação
15.30 Portugal Radical
16.00 Médicos Sem Fronteiras
17.00 A Mais Louca Odisseia do Espaço (de Mel Brooks, EUA, com Mel Brooks, John Candy, Rick Moranis. Comédia)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 O Último Herói da América (de Lamont Johnson, EUA/1973, com Jeff Bridges, Valerie Perrine, Geraldine Fitzgerald. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.30 É Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.00 Ténis
15.30 Animação
16.00 Só as Borboletas São Livres (de Milton Katselas, EUA/1972, com Goldie Hawn, Edward Albert, Eileen Heckart. Ver Destaque)
18.00 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.30 A Máscara
20.00 Telejornal
20.45 A Balada de Hill Street
21.40 Models
22.30 Últimas Notícias
22.50 Futebol
00.30 Humilhação (de Robert M. Young, EUA/1986, com Farrah Fawcett, James Russo, Diana Scarwid, Alfred Woodard. Drama)

Domingo, 3

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.30 África Selvagem
16.50 Avós e Netos
17.45 Caixa Mágica
18.15 Golos
18.25 Casa Cheia
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.35 Domingo Desportivo
00.05 24 Horas
00.25 Caçador Infernal (de Fred Williamson, EUA/1995, com Miles O'Keefe, Fred Williamson. «Thriller» Policial)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Droga, Máscara e Realidade
12.25 Máquinas
13.25 O Dinheiro Não Dorme
14.00 Desporto 2
18.05 Casa de Lava (de Pedro Costa, Port./Fr./Alem./1993, com Inês de Medeiros, Issach de Bankolé, Edith Scob, Pedro Hestnes. Ver Destaque)
19.25 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «A a Z de Wagner»
21.10 Cold Lazarus
21.50 O Nosso Século
22.55 Ópera: «Tannhäuser»
02.40 Instantes (com José Carlos Ary dos Santos)

SIC

08.30 Buêréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.40 Balada de Nova Iorque
16.30 Guerra dos Mundos
17.20 Seita Assassina (de Richard Danus, EUA/1992, com Kris Kristofferson, Drew Barmore, Martin Landau. Policial)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 Os Bravos do Pelotão (de Oliver Stone, EUA/1986, com Tom Berenger, William Dafoe, Charlie Sheen, Forest Whitaker, Kevin Dillon. Ver Destaque)
00.35 Último Jornal
00.55 O Ressuscitado

TVI

08.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 Os Deuses Devem (mesmo) Estar Loucos (de Billy Chan, EUA/199, com Nixau, Michele Bestbier, Saul Bamberger. Comédia)
18.00 I West Waikiki
19.00 O Detetive das Mil Caras
19.30 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Docas
22.25 O Último Dia
22.55 Notícias
23.15 Short Cuts - Os Americanos (de Robert Altman, EUA/199, com Andie MacDowell, Jack Lemmon, Anne Archer, Matthew Modine, Jennifer Jason Leigh, Tom Waits. Ver Destaque)



Ficheiros Secretos, agora semanalmente em dose dupla



José Carlos Ary dos Santos por "Instantes", em fim de emissão, domingo na RTP2

Segunda, 4

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.10 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.30 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
00.20 Segunda Parte

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.10 Nas Nossas Mãos
19.35 Missão Impossível
20.30 Spray
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Quem Casa Quer Casa (de Giorgio C. Simonelli, It., com Ugo Tognazzi, Delia Scala e Giovanna Pala. Comédia)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buêréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Ponto de Encontro
21.45 O Rei do Gado
22.45 O Momento da Verdade III (de John G. Avildsen, EUA/1989, com Ralph Macchio, Noryuki Morita, Robyn Elaine. Artes Marciais)
01.00 Último Jornal
01.20 Contos de Arrepiar
02.20 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos II
22.00 O Lado Oposto da Lei (de John Gray, EUA/1990, com Adrian Pasdar, Ally Sheedy, Titus Welliver, Anthony Crivello. Telefilme Dramático)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

Terça, 5

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.10 Euronews
16.30 Histórias da Noite
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times
01.05 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Rotações
19.20 Missão Impossível
20.15 Onda Curta
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Um Dia de Amor (de Giuseppe de Santis, It./1954, com Marcello Mastroianni, Marina Vlady. Comédia Dramática)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buêréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos II
22.00 O Lado Oposto da Lei (de John Gray, EUA/1990, com Adrian Pasdar, Ally Sheedy, Titus Welliver, Anthony Crivello. Telefilme Dramático)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

Quarta, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.05 Nós, os Ricos
16.30 De Par em Par
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
19.40 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 As Lições do Tonecas
22.25 Ilusões
23.25 Crime Violento
00.25 24 Horas
00.55 RTP / Financial Times
01.10 Olho Vivo

RTP 2

16.30 Informação Gestual
17.10 Infantil
19.10 Rumo à Lua
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpson
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 Um Belíssimo Novembro (de Mauro Bolognini, It./1968, com Gina Lollobrigida, Gabrielle Ferretti, Andre Lawrence. Drama)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buêréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Surprise
23.30 A Noite da Má Língua
00.50 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Madame Sousatzka, a Professora (de John Schlesinger, EUA-1988, com Shirley MacLaine, Peggy Ashcroft, Shabana Azmi, Twiggy. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Prisioneiro do Passado

(Quinta, 22.45, RTP2)

Eis um belo exemplar do filme negro norte-americano e, ainda por cima, dos melhores realizados por Delmer Daves, um dos mais destacados realizadores deste período, embora sobretudo no género *western*. Uma das maiores qualidades deste filme encontram-na ao nível da escrita do argumento (de que o realizador foi um notável especialista) adaptado a partir de uma história de David Goodies: um prisioneiro inocente, condenado à morte pelo alegado assassinio da sua mulher, foge da prisão e refugia-se junto da mulher que acredita na sua inocência. Submetendo-se a uma operação cirúrgica para transformar o rosto, o nosso homem vem então a descobrir que era uma outra mulher que cometera o crime - a qual, descoberta, acaba por se suicidar. Para além do tenso desenvolvimento da intriga, outros atractivos do filme são o prazer de vermos representar um par glorioso do cinema - Humphrey Bogart / Lauren Bacall - ou de apreciarmos a encenação de Delmer Daves, designadamente o achado dos primeiros vinte minutos totalmente rodados em *câmara subjectiva* - um processo essencialmente *dramatúrgico* de que o realizador *tecnicamente* também se serve para nos esconder o rosto (original) da personagem de Bogart durante a fuga! O filme foi uma vez passado em versão «colorizada» na TVI pelo que, os que então gostaram, podem agora vê-lo como deve ser, já que não acreditamos que a RTP2 cometa o mesmo crime.

Veneno de Cobra (Sexta, 22.45, RTP2)

Por muito que os condimentos do filme prometam, não há dúvida de que os papéis cómicos que aqui representam Humphrey Bogart, Aldo Ray ou Basil Rathbone, não colam às suas figuras, tão habituados que estamos a vê-los marcar outros géneros ou tão insuficiente se revela, neste ensejo, a direcção de actores de Michael Curtiz. Talvez por isso, o ar insólito desta comédia sobre as aventuras de três presidiários fugidos da celeberrima Ilha do Diabo e desembarcando no pacato ambiente de uma família para fazer das suas acaba por esgotar-se ao fim de algum tempo, sem que o filme chegue a ultrapassar as suas inerentes limitações. Curioso é que esta mesma história, baseada numa peça francesa - *La Cuisine des Anges* - também não resultaria num outro argumento, ainda por cima de um reputado especialista como é David Mamet, que mais uma vez não conseguiu encontrar o tom certo para uma nova adaptação que, anos mais tarde, viria a marcar a estreia como realizador de Neil Jordan e que não trouxe melhor sorte aos novos intérpretes, Robert De Niro ou Sean Penn.

Só as Borboletas são Livres

(Sábado, 16.00, TVI)

Uma jovem romântica, que sonha vir a ser actriz, conhece por acaso um dos seus vizinhos, um jovem da mesma idade mas cego e entre os dois nasce uma atracção que é contrariada pela mãe da jovem. Um *melodrama* que as referências apontam como sendo uma boa adaptação de uma peça original para a Broadway e com boas interpretações de Goldie Hawn, Edward Albert e Eileen Heckart, que arrebatou o Oscar para a Melhor Actriz Secundária.

O Mundo a Seus Pés

(Sábado, 23.25, RTP2)

Personagem multifacetada e fulgurante do mundo da arte e do espectáculo - ele já fora actor de teatro de ambos os lados do Atlântico, produziu festivais de Teatro, fundara grupos teatrais, encenara para o palco Shakespeare, Marlowe, Shaw e, para a rádio, peças de teatro rádiófonico - Orson Wells vê, em 1939, aos 24 anos de idade, a RKO proporcionar-lhe a oportunidade da sua vida: um contrato único nos anais da história de Hollywood, o de «produzir» anualmente um filme em que ele poderia ser o que quisesse - Produtor, Realizador, Autor, Actor. Surgiria, assim, o seu primeiro filme, *Citizen Kane*, que Wells (sem experiência anterior no cinema) pôe de pé após meses de clausura e estudo visionando na *moviola* os grandes clássicos da 7ª Arte. Deste filme se poderá falar como de uma obra que inaugura um novo período na história do Cinema: o do termo da grande tradição cinematográfica anterior à guerra (uma poderosa influência presente no filme) e o do



Orson Welles e Joseph Cotton, intérpretes de «O Mundo a seus Pés», a obra-prima realizada pelo primelro

começo do riquíssimo período do cinema dos anos 40 e 50 que o realizador inevitavelmente influenciou. Sabe-se das decisivas inovações técnicas e formais que Orson Wells trouxe para o cinema com este filme: os inusitados pontos de vista da câmara ou as objectivas especialmente fabricadas que permitiam focar, indiferentemente, os planos próximos ou mais afastados da câmara, dando-lhe a oportunidade de aproveitar, de forma invulgar (e com consequências dramatúrgicas) a *profundidade de foco*. Poderá falar-se, ainda, dos incríveis *planos-sequência* ou das inovações da *montagem* presentes no filme ou do original carácter dramatúrgico da sua música. Mas só o peso de um grande talento poderia transformar em uma grande obra de Cultura - um dos maiores filmes de sempre - aquisições técnicas tão impressionantes se as compararmos com as que hoje existem, na maior parte dos casos ao serviço da exibição de meros e efémeros espectáculos comerciais, em que qualquer semana televisiva tirada ao acaso é pródiga.

Coração Americano (Sábado, 00.55, RTP1)

Inspirado no seu próprio documentário *Streetwise*, premiado em 1985 com um Oscar da categoria, o realizador Martin Bell ensaia aqui o seu primeiro filme de ficção em que trata alguns dos temas e personagens já abordados naquele filme. Trata-se de uma crónica amarga das relações entre um pai e seu filho e das frustradas tentativas de comunicação entre eles num ambiente familiar marcado pelo facto de o primeiro ser um cadastrado destruído pela vida e de o segundo



Willem Dafoe, Charlie Sheen e Tom Berenger, num fotograma de «Os Bravos do Pelotão / Platoon», de Oliver Stone



Huey Lewis, Fred Ward e Buck Henry, em «Short Cuts - Os Americanos», de Robert Altman

hesitar na melhor forma de lhe provar o seu amor. Duas grandes interpretações de Jeff Bridges e de Edward Furlong.

O Último Herói Americano

(Sábado, 01.55, SIC)

Um filme surpreendente que transpõe com eficácia para o cinema uma história real passada nos meios das corridas de *stock-cars*, retratando com realismo as personagens, o ambiente e o «sistema». Excelentes interpretações de Jeff Bridges, Geraldine Fitzgerald e Valerie Perrine nos principais papéis.

Casa de Lava (Domingo, 18.05, RTP2)

Trata-se do segundo filme do jovem cineasta Pedro Costa, uma co-produção luso-franco-alemã. A história mostra-nos uma enfermeira portuguesa que acompanha até à Ilha do Fogo (Cabo Verde) um trabalhador cabo-verdiano que ficara ferido num acidente de trabalho e que é confrontada com uma trágica realidade para si desconhecida. Nos principais papéis: Inês de Medeiros, Pedro Hestnes e Isaach de Bankolé.

Os Bravos do Pelotão

(Domingo, 22.15, SIC)

Para além do tremendo êxito de público que alcançou, *Platoon* fica como exemplo dos mais impressionantes de um cinema que remava contra as cíclicas vagas do militarismo reaccionário, também ele omnipresente na década de 80 no cinema americano. Com efeito, logo perante os primeiros sons e imagens, o espectador mergulha num filme fortemente antibelicista, em profundo contraste com os vários *Rambos* que profusamente tentavam manipular, na época, a consciência dos americanos. Contando na primeira pessoa do singular, através da dramática e traumatizante experiência de um jovem soldado - personagem brilhantemente interpretada por Charlie Sheen - a sua própria vivência de um

conflito terrível, inútil e absurdo, o realizador Oliver Stone dá-nos uma visão fortemente crítica da guerra. E fá-lo quer através das imagens extremamente cruas e violentas da destruição e da mortandade quer sobretudo através de uma atmosfera de paranóia que, com raro domínio dos mecanismos do cinema, ele sabe criar a partir de um outro tipo de sequências (talvez ainda mais terríveis e eficazes) onde o pavor da guerra está «presente» apenas de forma implícita, nos estranhos ruidos da floresta a ferver e nas movimentações do imprevisível «inimigo», sempre pressentidas mas insuportavelmente «ausentes» dos planos da *câmara subjectiva* em que todos nós nos transformamos. Mas, como acontece com a maioria dos filmes esta semana transmitidos no pequeno *écran*, o problema é que a enésima repetição de *Platoon* não pode deixar de significar a profunda crise de renovação e actualização que assola as nossas televisões neste domínio.

Short Cuts - Os Americanos

(Domingo, 23.15, TVI)

Filme no fundo inspirado por *Nashville* - uma sua obra anterior data de 75 - esta recente película de Robert Altman é como que um retrato multifacetado de várias personagens arrancadas à vida real da classe média suburbana do Sul da Califórnia mas fruto da ficção que o realizador foi encontrar em pequenas histórias originais de Raymond Carver. Quer a crítica cinematográfica quer os admiradores do escritor parece terem ficado desconfortados com o filme, quer pelo retrato das personagens em geral ser demasiado frio quer pelo facto de essa frieza resultar do amontoar das histórias que protagonizam. Mas para quem, como nós, não conhece o filme, o melhor é ver para melhor julgar.

Madame Sousatzka, A Professora

(Quarta, 22.00, TVI)

Seguramente um dos mais destacados realizadores britânicos, a fazer a maior parte da sua carreira nos Estados Unidos, John Schlesinger encena aqui a sensível e curiosa história de uma professora de piano que, para além de iniciar os seus alunos no mundo da criação musical dos grandes compositores, os prepara do mesmo passo para as realidades da vida. Shirley MacLaine (pese embora alguma falta de contensão) é a emocionante protagonista principal, brilhantemente acompanhada por alguns «secundários», entre os quais avulta Peggy Ashcroft. De assinalar que o argumento saiu da pena do realizador e, ainda, de Ruth Prawer Jhabvala, habitual parceira de James Ivory.



Shirley MacLaine e Navin Chowdhry, em «Madame Sousatzka, A Professora», de John Schlesinger

... e traz outro amigo também...

«**E**u imagino que ele vai assim e depois se afunda... Vai sempre a navegar e, a certa altura, está quase a morrer... E Neptuno percebe que ele só fez coisas boas e dá-lhe a possibilidade de respirar debaixo de água, durante anos... Mas como ele tem saudades dos homens da terra, Neptuno dá-lhe a possibilidade de voltar à superfície... Graças, talvez, a um submarino atómico... ou a um tremor de terra que o faça subir à superfície... Mas é impossível que ele não volte, que ele desapareça assim...»

Quem isto dizia era uma voz *off*, com timbre de meia idade, que nos falava enquanto víamos as imagens em que ele - o gigante-marioneta - se afastava do porto, rio fora em direcção ao mar, sobre uma jangada em que o haviam colocado com extremos cuidados. Era, como costuma dizer-se, a voz sem rosto de um «popular», de um entre milhares e milhares, ao acaso falando como se fosse na circunstância o porta-voz sussurrante de toda uma multidão maravilhada e comovida, assistindo aos derradeiros momentos de uma inesquecível experiência. Uma experiência inultrapassável que a câmara havia registado e agora acabava de nos devolver, num programa de televisão absolutamente excepcional, em relação ao qual as palavras se revelam insuficientes, na sua pobreza, para sequer dele darem uma pálida ideia.

Os factos

A experiência que a câmara de vídeo em boa hora acompanhou foi um espectáculo invulgar montado no Havre (França),

o começo da reportagem deixava entender, primeiro pela montagem solta de comentários dos adultos e miúdos cujas recordações o microfone ia registando - «era um gigante que desapareceu nas nuvens...» - ao mesmo tempo que imagens a preto e branco se iam intercalando e nos deixavam as primeiras impressões do que se havia então (1993) pela primeira vez passado.

Até que um genérico nos esclarecia tratar-se de «O Gigante caído do Céu, A Última Viagem» - um espectáculo do Royal de Luxe», transmitido no passado domingo, na RTP 2.

Um ano depois

Mas o mais espantoso sucederia no ano seguinte. O documentário havia-nos preparado para perceber o estado de disponibilidade face ao maravilhoso em que a população da cidade ficara. Não apenas as crianças, naturalmente convincentes e espantosas na espontaneidade das suas reacções e no acto de contar para o microfone a experiência passada; mas também os adultos que falavam do acontecimento como de algo que havia profundamente marcado as suas vidas.

Até que, de súbito, e funcionando como um diário que vai anotando o quotidiano e as pequenas alterações nas rotinas sem-

-se de todo e qualquer empecilho e mostram à multidão, que de novo ali se juntara, a marioneta a querer surgir do interior daquela casa - naturalmente devoluta e meio em ruínas - escolhida pela companhia para que o Gigante finalmente regressasse ao terreno real de todas as fantasias. E é por entre um fogo de artifício que explode e ilumina os céus e os rostos que de novo se anuncia a presença tão ansiada. «Está a cuspir as tripas!» «O coração não bate como o nosso, mas está vivo!» «Estão a enervá-lo!». «Ele vai mexer os dedos!». «Olhou para mim!» «Ele sonhou que era verdadeiro!»

As pessoas, de forma espontânea, como que adivinhando e inventando o roteiro do próprio espectáculo, passam então a uma fase superior de fruição, já dele participando voluntariamente, deitando-se mesmo a adivinhar o que vai acontecer em seguida. E de novo o Gigante esplendorosamente vai caminhar pelas ruas da cidade, dirigir-se para o porto, mostrar-se às pessoas, dormir, acordar (ressonar até) e assistir, com as pessoas, ao espectáculo da maravilha.

Do lado de cá e do lado de lá

O que mais impressionante e invulgar esta reportagem nos deixa ver é, no fundo, a constante coexistência, à frente de todos - captado de perto ou de longe pela câmara ou investigado e observado pelos olhares curiosos do público, próximo ou afastado da cena - de tudo o que costuma ser o insondável «segredo dos bastidores», com todo o complexo funcionamento de curiosíssimos mecanismos e maquinarias, e, ao mesmo tempo, o resultado artístico dessa manipulação, dada a ver sempre a par do efeito de reconhecimento ou surpresa que provoca no público.

Não admira, assim, estar-se perante a situação invulgar de o espectador assistir em casa pela televisão a um espectáculo duplo e até triplo: por um lado, o da câmara seguindo com precisão cirúrgica o manejar das cordas, das roldanas e das máquinas e a enérgica, vertiginosa e quase louca movimentação dos actores-trabalhadores nesse manejo; depois, a própria movimentação quase humana da gigantesca marioneta e da espantosa expressividade dos seus movimentos, da sua respiração, das suas alegrias ou das suas tristezas face ao que vai acontecendo no argumento de que é protagonista; finalmente, o insubstituível e comovente espectáculo (captado com o mais rigoroso dos pudores e das sensibilidades, na constante preocupação de jamais serem violadas as intimidades) dos rostos das pessoas a participarem, espantadas, maravilhadas, de tudo aquilo que se desenrola perante os seus olhos e os seus corações.

Por isso ficarão para sempre na memória as belíssimas expressões de espanto e felicidade dos rostos de crianças e de adultos que a câmara vai descobrindo por entre os milhares de espectadores, formando um amplo conjunto no qual o irreprimível fascínio do espectáculo e da fantasia fez juntar todas as gerações, todas as classes, todas as raças, num acto social, cultural e artístico verdadeiramente fraterno e democrático. Como jamais se esquecerá, a comovente «troca de olhares» (!) entre a soprano que acabara de cantar uma ária de ópera do alto de uma grua, à altura dos olhos da marioneta-gigante a quem a bela música tocara bem fundo; ou a multidão a prescrutar a reacção do Gigante à passagem de filmes de Méliés, num *écran* para ele virado e a que ela (multidão) voltara as costas (!); ou os rostos dos próprios actores-manipuladores ao despedirem-se no cais com um último e sereno olhar, enquanto se ouvem em *off* as mais espantosas interrogações e hipóteses que vozes jovens ou idosas se colocam e nos colocam: «Ele está a dormir?» «Irá afogar-se?» «Vai para o espaço!» «Não! Vai para a América!» «Para a Ásia!» «Para a Lua!»; ou, por fim, as lágrimas silenciosas daquele homem dramaticamente só que, já na despedida final no porto, diz para a câmara «espero que ele volte»...

Também tu, televisão, quando fores assim, não deixes de voltar. Não precisas de avisar, nem de telefonar, vem outra vez, aparece! E traz outro amigo também...



primeiro em 1993 e depois em 1994, pela Royal de Luxe, uma companhia especializada em teatro de rua. Os portugueses - e em particular os lisboetas - talvez se recordem de uma outra experiência que a mesma companhia montou na nossa capital aquando das Festas da Cidade de 89. Na altura e durante uma semana, a Royal de Luxe transformou uma árvore do jardim do Cais Sodré no centro das atenções dos milhares de pessoas que por ali passavam, na ida ou na vinda dos seus empregos, ao colocar sobre ela uma casa completa e encenando o quotidiano de uma família.

Desta vez, no Havre, a companhia como que exorbitou da sua imaginação e, porventura sem calcular a repercussão que iria desencadear (sem falar dos riscos eventuais a que poderia ter-se arriscado) inventou uma gigantesca marioneta que um belo dia surgiu na cidade, para espanto de todos, e ali se manteve durante algum tempo, tendo depois partido sem deixar rasto. Era isto que

pre repetidas, a câmara nos vai mostrando e antecipando, pouco a pouco, que algo está prestes de novo a acontecer, precisamente em consonância com os sinais visíveis ou audíveis que a companhia teatral vai deixando aqui e ali, pelas ruas da cidade. Primeiro, é um autocarro dos serviços de transportes públicos que surge, em plena avenida, cortado ao meio por uma gigantesca faca - uma imagem estranha, por um lado intimidatória (que faz a alguns dos passantes recear qualquer coisa de esquisito), mas, ao mesmo tempo, suficientemente insólita e misteriosa para despertar de novo a imaginação e a aventura do desconhecido. Depois, é uma gigantesca mão que se descobre a sair da janela da água-furtada de um prédio de altura média. E a excitação começa a crescer, a notícia passa de boca em boca: «Ele vai voltar!» Até que, dias depois, já é a cabeça e até mesmo o tronco e o outro braço e a outra mão que conseguem como que libertar-

ESCAPARATE



DISCOS

Cantos revolucionários irlandeses

Disponíveis em várias lojas de importação de discos de Lisboa - e possivelmente no Porto também - estão edições de uma coleção francesa intitulada **Playasound** em CD da etiqueta *Sunset-France*. Trata-se de uma coleção de música popular de todo o mundo onde parece existir, com maior ou menor felicidade, a predominância de um critério que, sem sacrifícios ao rigor, consegue juntar ilustrações etnográficas de várias partes do globo com exemplos de modernidade de cada uma dessas músicas.

Portugal aparece nesta coleção com um disco de cantares alentejanos, vários exemplos de Fado (com **Carlos do Carmo**, **Lucília do Carmo**, **Rodrigo**, a guitarra de **J. M. e Nóbrega** e **Alexandra**) e uma edição do grupo **Maio Moço**. O exemplo português serve aqui apenas para ilustrar as qualidades e defeitos da coleção: há uma nítida intenção de seriedade que pode ser vítima de alguma ignorância ou falta de acesso ao melhor que, em cada género e em cada país, se poderia oferecer.

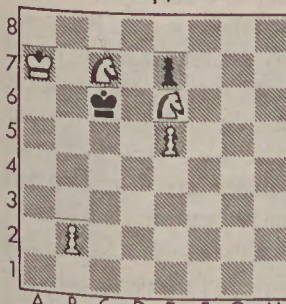
Os mais de 100 discos editados passam pelo flamenco de Espanha, o cajun da Louisiana, as percussões brasileiras e outros sons mais exóticos para ouvidos europeus como a música clássica instrumental da China, música da Arábia, a *kora* dos griots do Senegal e pelas músicas tradicionais da Etiópia. Também lá está música de Angola, do Vietname, Cuba, Roménia, Macedónia, Polinésia, Escócia...

Para destaque fica este «*Chants de La Revolution Irlandaise*». O grupo que gravou este álbum é liderado por **Tony Malone** que com os seus **Rapparees** revive hinos - que a revolta irlandesa católica contra o domínio britânico e protestante tem muitos anos - como «*Kelly the Boy from Kilanne*», «*God Save Ireland*», ou «*A Nation Once Again*», passando por outras que contam histórias de personalidades que se tornaram símbolos revolucionários irlandeses como a de «*Kevin Barry*» (um estudante irlandês executado em 1920 pelos britânicos, apenas com 18 anos) ou a de «*Roddy McCorley*», escrita no final do século passado a propósito de um filho de um mineiro, executado após a revolta de 1798.

XADREZ

DLXXXIII - 31 DE OUTUBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X044
Por: **Hendel**
Ilustr. *Fam Journal*, 1859

Pr.: [2]: P67 - R66
Br.: [5]: Ps, b2, 65 - Csç7, 66 - Ra7



Mate em 5 [cinco] lances

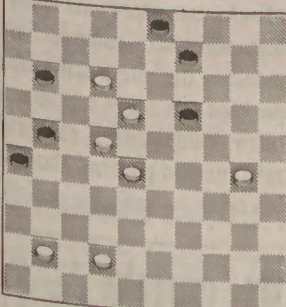
SOLUÇÕES DO Nº DLXXXIII

Nº 1996X044 [HL]: 1. b4!, Rd7; 2. b5, Rç8; 3. b6, Rd7; 4. b7, Rç6; 5. b8-C!!!
A. de M. M.

DAMAS

DLXXXIII - 31 DE OUTUBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D044
Por: **Georges Post** 1º Prémio FFJD, 1973
[Concurso Internacional de Miniaturas Estratégicas]

Pr.: [6]: 3-9-11-19-21-26
Br.: [7]: 12-18-22-28-30-41-42



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXIII

Nº 1996D044 [G.P.]: 1. 41-37!, (19-24); 2. 30x19, (9-13); 3. 19x8, (21-27); 4. 22x31, (11-17); 5. 12x21, (3x41); Mas!; 6. 42-37!, (26x17); 7. 37x46, (17-22); 8. 31-27, (22x31); 9. 46-41 +
A. de M. M.

Pedro de Freitas Branco evocado na Gulbenkian...

Os concertos que hoje e amanhã se realizam no **Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian**, e integrados na Temporada de Música e de Dança 1996/1997, são dedicados à memória de **Pedro de Freitas Branco**, grande figura da música e da cultura portuguesas, cujo centenário do nascimento se comemora precisamente hoje, 31 de Outubro.

Do programa constarão obras de **Carl Nielsen** (Concerto para Clarinete e Orquestra, op. 57), **Johann Hummel** (Concerto em Mi bemol Maior, para Trompete e Orquestra), **Richard Strauss** (Concerto nº. 2 em Mi bemol Maior, para Trompa e Orquestra) e **Dimitri Chostakovitch** (Concerto nº. 1 em Dó menor, op. 35, para Piano, Trompete e Cordas).

Os solistas serão **Esther Georgie** (clarinete), **Sergei Nakariov** (trompete), **David Pyatt** (trompa) e **Tania Achot** (piano) e a **Orquestra Gulbenkian** será dirigida pelo maestro **Muhai Tang**.



Pedro de Freitas Branco (31 de Outubro de 1896 - 24 de Março de 1963)

... e na Antena 2

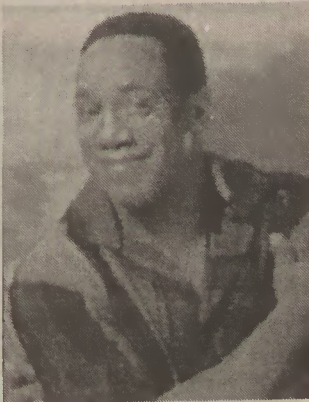
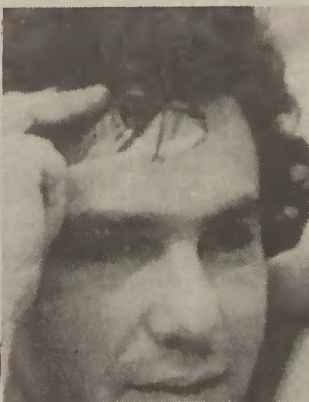
Também hoje à noite, entre as 20 e as 22 horas, a **Antena 2** transmitirá uma entrevista

do a realização a cargo de **José Manuel Gonçalves**.

JAZZ

Fusões no Teatro S. Luiz

Pela primeira vez vem actuar em Portugal um virtuoso músico libanês - **Rabih Abou Khalil** - um notável especialista do *oud*, um instrumento de corda árabe, o qual, nos últimos tempos, tem dado que falar em contextos relacionados com o



Jazz, a música improvisada e a música étnica. O quarteto de **Khalil** inclui aliás três músicos que navegam nessas águas, como **Michel Godard** (tuba), **Howard Levy** (harmónica) e **Mark Nauseef** (percussões). Também um trio cujos

membros costumam frequentar as áreas do Jazz-rock e de outras fusões actua neste concerto - o trio do americano **Billy Cobham** (bateria) com **Wolfgang Schmidt** (contrabaixo) e **Bill Bickford** (guitarra). E ambos se reúnem em palco para alguns números em conjunto. É o que vai passar-se no próximo sábado, 2, no **Teatro S. Luiz**, em Lisboa, pelas 21.30 horas.

CINEMA

Monteiro e Allen de regresso

Nos sete dias abrangidos por esta recensão, poderá continuar a ver no cinema **Medeia**, no **Centro Comercial A. C. Santos** (Av. da Igreja, em Lisboa) mais alguns filmes integrados no ciclo «**O Regresso dos Autores**». Assim, por exemplo, hoje começa uma série de três filmes realizados por **João César Monteiro** (*Recordações da Casa Amarela*, *A Comédia de Deus* e *À Flor do Mar*) e na próxima 3ª feira é a vez de começar uma outra série com filmes de **Woody Allen** (*Annie Hall*, *Manhattan*,

Diane Keaton e Woody Allen numa cena de «Annie Hall»

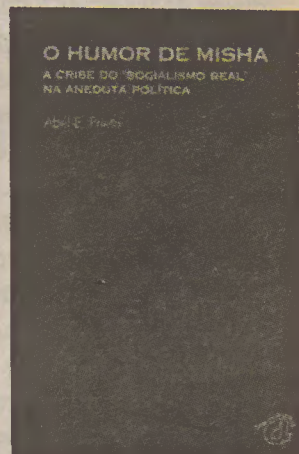


Balas Sobre a Broadway e *O Misterioso Assassínio de Manhattan*), o primeiro dos quais é um dos que melhor retratam as temáticas essenciais à obra do grande realizador: a história de um cómico profissional constantemente deprimido, sobretudo a partir do momento em que a sua companheira *Annie Hall* acaba de abandoná-lo, uma separação inevitável apesar dos bons esforços desta para se adaptar a uma impossível vida em comum. Momentos de grande cinema.

LIVROS

O Humor de Misha

A crise do «socialismo real» na anedota política é o subtítulo deste livro que a **Campo das Letras** recentemente deu à estampa, em tradução de **Ligia Calapez Gomes**. O autor é nada menos que **Abel Prieto**. Dirigente comunista cubano, foi Vice-Ministro da Cultura do seu país e preside à União dos Escritores e Artistas de Cuba. Quando aqui assinalamos estas qualidades do autor, fazemo-lo como que advertindo o leitor possivelmente distraído. É que, embora recheado de anedotas, que fazem realmente rir, este é um livro sério, que procura ir às razões dessa rizibilidade. Como diz, escrevendo o Epílogo, o também cubano - e Ministro da Cultura - **Armando Dávalos**, «as dramáticas contradições que estão por detrás destes gracejos não fazem rir quem, como eu, sente todos estes aconte-

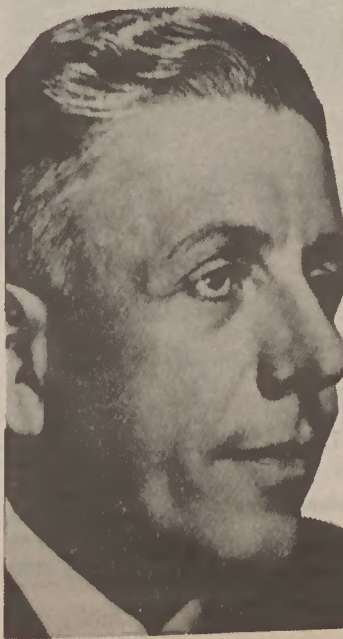


cimentos como uma grande desgraça. Há que tirar as devidas lições. Por isso me emocionou um cartaz que se diz ter sido colocado em Berlim, onde se afirmava: *Da próxima vez será melhor*. Deveria mesmo dizer: *Da próxima vez será de verdade*».

Ao leitor, sorrindo das piadas e reflectindo sobre a realidade - aquela que passou e a que aí está - a oportunidade de tirar conclusões.

Phenomenae

Oito contos de sombrio terror, reunidos sob o título *Phenomenae*, pelo seu autor, **Ricardo Lopes Moura**, é outro dos livros agora editado pela **Campo das Letras**, na sua coleção *Estreia*. Trata-se efectivamente de um livro de estreia de mais um jovem escritor português que a editora lança. **Ricardo Lopes Moura** revela aqui, em despretenhosa escrita, a ambição de ir mais longe do que as sombras «fenomenais» destes seus contos, onde se lê mais do que as palavras dizem, oferecendo ao leitor a possibilidade de libertar os demónios que imaginar. Esses demónios que, segundo o autor, *se escondem nas sombras durante o dia, e à noite caminham ao luar, cantando e rindo...*



Francis Poulenc (1899/1963)

A TALHE DE FOICE

O Chile, de novo

A notícia chegou à hora do fecho da edição, inesperada e brutal: Gladys Marin, secretária-geral do Partido Comunista do Chile, foi presa. De súbito, é como se o tempo tivesse regredido, como se vivêssemos de novo os trágicos acontecimentos que levaram ao derrube de Salvador Allende e à ditadura de Pinochet que durante 17 anos mergulhou o Chile na mais feroz repressão. A situação é sem dúvida diversa, mas o espectro do fascismo continua a pairar num país onde ainda não sararam as profundas feridas deixadas por quase duas décadas de despotismo. O «crime» de Gladys Marin é o mesmo de sempre. A sua voz corajosa e destacada de dirigente da liberdade e da democracia continua a gritar bem alto os crimes de Pinochet e do seu consulado, exigindo justiça para os milhares de vítimas do terror de Estado. É a voz que não se cala quando no Chile o poder militar continua a usar todas as suas forças para passar uma esponja sobre todos os processos de presos políticos desaparecidos e assassinados durante a ditadura.

A aberração extrema é que seja o actual regime chileno, dito democrático, a mandar prender Gladys Marin, uma das tantas vítimas de Pinochet, perseguida, exilada, obrigada a viver na clandestinidade, cujo marido faz parte do imenso rol dos «desaparecidos», na sequência de um processo interposto contra ela por... Pinochet. A aberração é que seja o actual poder judicial chileno, pretensamente democrático, a determinar a prisão de uma combatente da liberdade, em vésperas das eleições autárquicas, numa evidente manobra de intimidação do eleitorado.

A aberração é que Pinochet, responsável por crimes contra a Humanidade e repetidamente condenado no passado pelas Nações Unidas, continue não apenas impune mas a actuar e a intervir na vida política chilena, intimidando e ameaçando com a prisão quantos têm a coragem de manter viva a memória dos seus crimes, graças ao poder que mantém - e lhe consente o regime dito democrático - no mais alto cargo das chefias militares.

O processo contra Gladys Marin e a sua prisão é uma ofensa ao povo e às vítimas da ditadura chilena, é a expressão acabada da impunidade que reina no Chile. E é também, como denuncia o Partido Comunista chileno referindo Pinochet, «um acto de abuso de poder, uma vingança espúria de quem, apesar do terror de Estado e dos crimes com que submeteu a pátria durante 17 anos, não conseguiu destruir o espírito e a acção libertadora dos que finalmente o afastaram do poder absoluto».

O PCP reagiu de imediato à prisão de Gladys Marin, em telegrama ao Presidente chileno, Eduardo Frei, e em carta enviada ao embaixador do Chile em Lisboa, exigindo «a libertação imediata da dirigente comunista e o fim de todas as perseguições e intimidações contra os democratas e antifascistas chilenos».

Esperemos que em Portugal os campeões nacionais da democracia, dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social encontrem tempo, na agenda sobrecarregada de debates sobre conversas em off, ética, deontologia, referendos e outras coisas que tais, para expressar em in a sua solidariedade com os democratas chilenos e a condenação inequívoca dos que persistem em tentar amordaçá-los.

■ AF

ÚLTIMAS/ Com fortes motivos e boas razões Trabalhadores saem à rua

Hoje uma «marcha-caravana» pelo emprego percorre o distrito de Évora. Ontem desfilaram até São Bento trabalhadores e activistas de Lisboa, e os ferroviários realizaram concentrações na capital e no Porto e um plenário na Figueira da Foz.

A concentração promovida ontem (com início à hora do fecho da nossa edição) pela União dos Sindicatos de Lisboa teve por principais objectivos exigir resposta aos graves problemas dos trabalhadores do distrito e, ao mesmo tempo, expressar o apoio às reivindicações apresentadas pela CGTP, nomeadamente no que toca à política de rendimentos para o próximo ano.

Também para ontem a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses convocou um plenário na cantina da CP na Figueira da Foz e concentrações em Lisboa (frente ao Ministério do Equipamento Social) e no Porto (estação de São Bento). Ao anunciar a iniciativa, a federação recorda que na semana passada, em reunião com as comissões de trabalhadores das empresas ferroviárias, foram reafirmadas as propostas das estruturas representativas «para o desenvolvimento e



Trabalhadores manifestam-se por todo o país em defesa dos seus direitos

modernização do caminho-de-ferro», apresentadas em Junho.

Federação e CTs criticaram severamente algumas intervenções feitas no recente congresso sobre o futuro da ferrovia, notando que, com a sua presença, o ministro e o secretário de Estado da tutela «apadrinharam uma política que conduziu à degrada-

ção do serviço ferroviário e à destruição de mais de 7 mil postos de trabalho». Registrando que «os principais patrocinadores foram empresas com grandes interesses neste sector», a nota

da federação pergunta «o que as fez patrocinar este congresso», já que «não são sociedades filantrópicas».

A União dos Sindicatos de Évora e as estruturas de trabalhadores e reformados do distrito realizam amanhã uma «marcha-caravana pelo emprego e o desenvolvimento do Alentejo»,

procurando alertar os trabalhadores e a opinião pública para a falta de medidas políticas, económicas e sociais e para o não cumprimento, por parte do Governo, das promessas feitas há um ano.

Membros de estruturas representativas dos trabalhadores vão participar em iniciativas em Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estermoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal e Reguengos de Monsaraz. Para as 16.30 horas está convocada uma concentração na Praça do Giraldo, em Évora.

Antieuropeístas vencem eleições em Malta

O dirigente do Partido Trabalhista de Malta, Alfred Sant, de 48 anos, foi convidado a formar governo após a vitória do seu partido nas eleições gerais de sábado, substituindo o antigo Primeiro-Ministro Eddie Fenech Adami, que se

encontrava no poder desde 1987.

O Partido Nacionalista (direita) de Adami procedeu nos últimos nove anos a profundas reformas que alteraram significativamente toda a tradicional estrutura económica de Malta:

imposição da economia de mercado, drástica redução da presença do Estado nos diferentes sectores da economia e, em 1990, foi pedida a adesão de Malta à Comunidade Europeia.

O aumento do Produto Interno Bruto, a redução do desem-

prego e a baixa da taxa de inflação para valores aceitáveis no âmbito dos critérios de Maastricht, aparentemente favoráveis à política governativa, têm no entanto custos que os 370000 habitantes de Malta não estão dispostos a continuar a pagar.

Não foi por acaso que os trabalhistas usaram como principal argumento a crítica à introdução do IVA para favorecer a adesão do país à UE, à qual o Partido Trabalhista se opõe. Para o partido de Sant, Malta deve manter «estreitas relações» com a UE, mas não aderir porque o impacto das leis e regras do mercado europeu seria desastroso para um pequeno país como Malta.

A decisão de Adami de dissolver o Parlamento, em 23 de Setembro, considerando o momento favorável para conseguir uma terceira vitória eleitoral consecutiva, custou-lhe cara. As eleições antecipadas (a legislatura só deveria terminar em Abril de 1997) foram aproveitadas para dizer não à política de enfeudamento à União Europeia.

O dirigente trabalhista, que considera o IVA gerador de inflação, tem agora uma importante promessa a cumprir: Sant anunciou durante a campanha que «nos seis meses seguintes a uma eventual vitória eleitoral trabalhista, o governo aboliria esta taxa».



Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, acompanhado de Octávio Teixeira, Presidente do grupo parlamentar comunista, visitou anteontem a sede da Caixa Geral de Depósitos. A delegação, que integrava membros da DORL do PCP, foi recebida pelo Presidente daquela instituição, João Salgueiro, e participou igualmente num encontro com as organizações representativas da empresa



«Celestino de Castro, arquitecto» foi tema de um colóquio, realizado terça-feira, por iniciativa do Sector Intelectual da ORL do PCP, e que contou com a participação dos arquitectos Celestino de Castro, Justino Morais, Manuel Tainha, Pires Martins e Vasco Croft, e de José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo do CC do PCP.

